

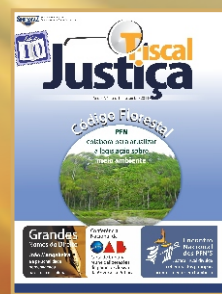


Justiça Fiscal

Coletânea

10

EDIÇÕES



Dia Nacional da Justiça Fiscal

17 de Março

Justiça Fiscal

Procurador da Fazenda Nacional

A gente faz



Mais empregos

Mais Educação

Mais saneamento básico

Construção e manutenção
de estradas

Construção de hospitais.

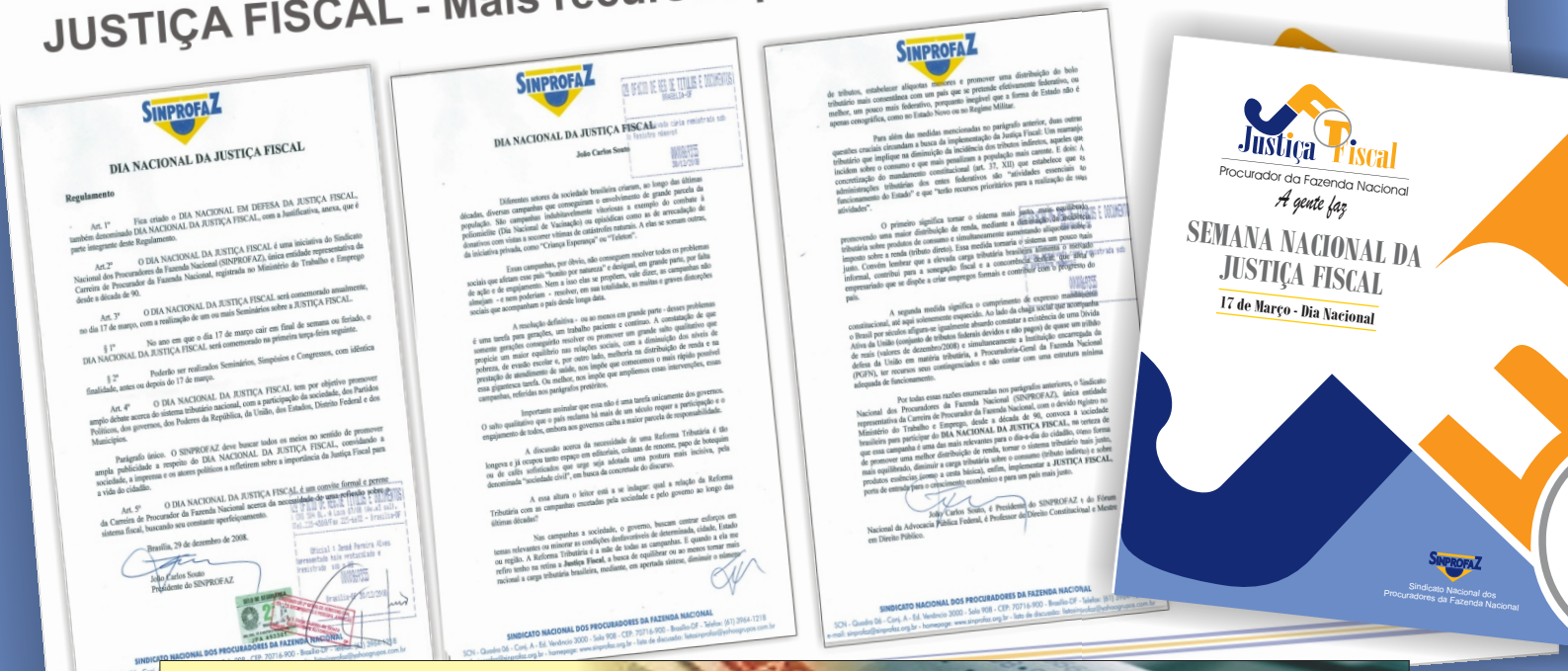
Investimento em
segurança pública

A Carreira de Procurador da Fazenda Nacional convida toda a sociedade brasileira para participar da **Semana Nacional da Justiça Fiscal**.

Justiça Fiscal, a construção de um país mais justo.

Participe, acompanhe a programação da **Semana Nacional da Justiça Fiscal** pelo site www.sinprofaz.org.br

JUSTIÇA FISCAL - Mais recursos para investimentos no Brasil



Semana Nacional da Justiça Fiscal

17 de Março - Dia Nacional

O SINPROFAZ, ao longo dos últimos anos, tem produzido diversos documentos (dirigidos às autoridades dos três Poderes), peças publicitárias (folders, outdoors, taxidoors e inserções em rádio) nos quais encontram-se registradas a relevância da Carreira para a implantação da **Justiça Fiscal**.

A equação é relativamente simples: A atuação do Procurador da Fazenda Nacional é **decisiva e imprescindível** para estabelecer a “isonomia” entre o devedor e o cidadão que paga tributos, compelindo o primeiro a cumprir com suas obrigações tributárias. O que se afirmou sobre “cidadão” se aplica, sem restrições, às empresas. A atuação do Procurador da Fazenda Nacional contra empresas que não honram suas obrigações tributárias impede ou dificulta que essas atuem de forma predatória contra aquelas que cumprem e recolhem os tributos devidos. A Carreira de PFN colabora, portanto, **contra a concorrência desleal**, que causa desequilíbrio e desemprego.

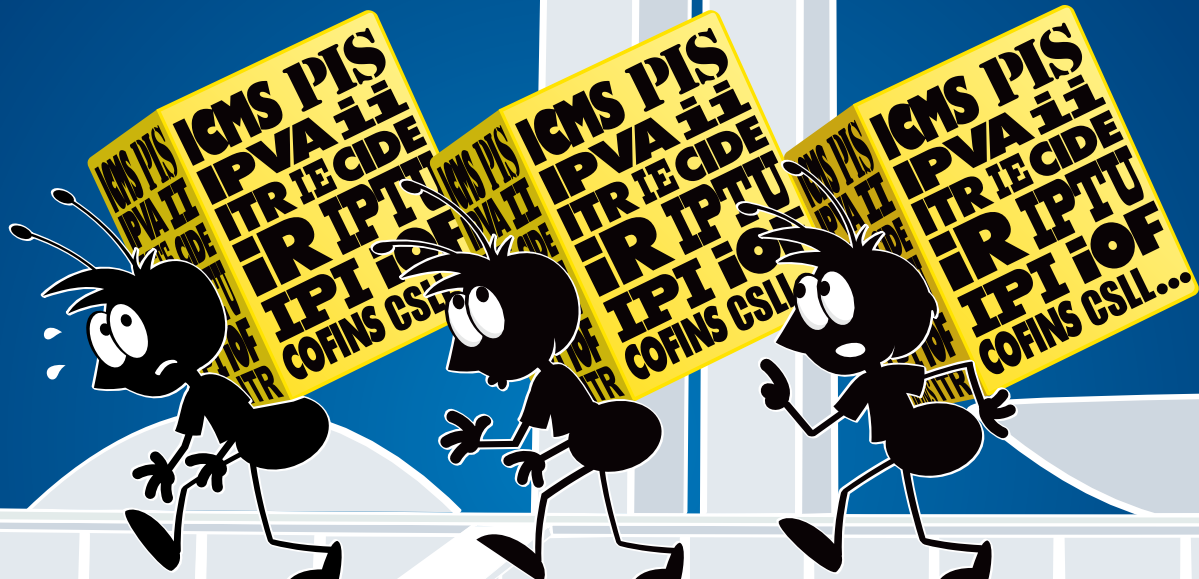
Para além da mera atuação institucional, a Carreira de Procurador da Fazenda Nacional defende uma **Justiça Fiscal** ainda **mais ampla**, com a implementação de medidas que **simplifiquem o sistema tributário**, tornando-o mais justo e equilibrado. Essas medidas passam pela **redução da carga tributária** sobre o consumo (tributo indireto) e sobre produtos essenciais (como a cesta básica), o que contribuiria para uma **melhor distribuição de renda**, considerando que a tributação indireta afeta a camada mais humilde da população, configurando-se na antiisonomia tributária. Enfim, a Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, conforme restou consignado no documento que criou a SEMANA NACIONAL da **JUSTIÇA FISCAL** (e o **Dia Nacional da Justiça Fiscal**, 17 de março), entende que essa medida é a “porta de entrada para o crescimento econômico e para um país mais justo”.

O SINPROFAZ envidará todos os esforços para que a **SEMANA NACIONAL da JUSTIÇA FISCAL** passe a constar no calendário dos **grandes temas nacionais**, como um marco da reflexão perene em busca da melhoria contínua e crescente do sistema tributário, em benefício de toda a sociedade brasileira.

João Carlos Souto
Presidente do Sinprofaz - 17 de março 2009

Campanha Nacional da Justiça Fiscal

QUANTO CUSTA O BRASIL PRA VOCÊ?



MARCHA DAS FORMIGAS

**REFORMA TRIBUTÁRIA
E COMBATE À SONEGAÇÃO JÁ!**



**PROCURADOR
DA FAZENDA
NACIONAL**

A Campanha Nacional da Justiça Fiscal – Quanto Custa o Brasil pra Você? é parte de um programa de responsabilidade social criado em 2009 pelo SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Sem nenhuma conotação político-partidária, tem por objetivo conscientizar a população brasileira sobre a urgente necessidade de mudanças no sistema tributário e levar ao Congresso Nacional propostas de reforma tributária, no âmbito da redução da tributação indireta, contemplando a ampliação da base contributiva através do incentivo às atividades produtivas e do fortalecimento ao combate à

Para saber mais, visite o site:

WWW.QUANTOCUSTAOBRASIL.COM.BR

ESSENCIAL PARA A JUSTIÇA FISCAL

tvre

APOIO:



GRUPO DE PESQUISA ESTADO, CONSTITUIÇÃO E DIREITO TRIBUTÁRIO
FACULDADE DE DIREITO - UnB

REALIZAÇÃO:



Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional

Uma Revista Plural

O presente número da Revista Justiça Fiscal celebra uma marca importante para uma publicação editada por um Sindicato. Em um certo sentido a edição nº 10 assume maior relevância que a nº 1, especialmente se considerarmos que desde o primeiro número, em março de 2009, ainda na nossa Presidência, a Revista Justiça Fiscal teve seqüência normal, sem sofrer qualquer solução de continuidade.

Trata-se, portanto, de um feito que merece ser celebrado por toda a Carreira e pelos muitos profissionais (PFNs e não PFNs) que de uma forma ou de outra contribuíram para que atingíssemos esta etapa. Do mesmo modo que merece ser celebrado o crescimento da Campanha Nacional da Justiça Fiscal, da qual esta Revista é fruto.

O número 10 é um número plural e a pluralidade tem marcado a Revista Justiça Fiscal desde o seu nascedouro. Como dissemos no editorial da segunda edição (junho/2009): “A Revista Justiça Fiscal nasceu com um propósito muito claro e definido de ser um veículo de informação, entretenimento e reflexão de temas relevantes para a Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, para a comunidade jurídica e para a sociedade brasileira”.

Ao celebrarmos o primeiro ano, com a edição nº 4 (abril/2010), esse aspecto restou reiterado: “Nesse primeiro ano, nos quatro números que ora completamos, procuramos nos manter fiéis às diretrizes que nos guiaram na criação da Revista Justiça Fiscal: um veículo de divulgação da Semana Nacional da Justiça Fiscal, da opinião e da produção intelectual dos membros da Carreira, e, além disso, um instrumento de comunicação plural, leve, com assuntos variados e sobre temas dos mais diversos.”

Advogados, ministros, professores de Direito, escritores, secretários de estado, deputados, senadores, profissionais da saúde e jornalistas já passaram e continuam ilustrando as páginas da Revista Justiça Fiscal nessas dez edições.

A eles se somam Procuradores da Fazenda Nacional de diversos matizes: da Consultoria, do Contencioso, do Planalto, da capital e do interior; professores, escritores, ensaístas e roqueiros.

A todos eles dedicamos essa Revista Plural.

João Carlos Souto
Diretor de Redação da Revista Justiça Fiscal
Coordenador do CEJURIS



Diretoria do SINPROFAZ – Biênio 2011/2013

Presidente

Allan Titonelli Nunes

Vice-presidente

Roberto Rodrigues de Oliveira

Diretora Secretária

Kalyara de Sousa e Melo

Diretor Administrativo

João Soares da Costa Neto

Diretora Jurídica

Deysi Cristina D'rolt

Diretor de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos

Heráclio Mendes de Camargo Neto

Diretor de Relações Intersindiciais

José Valter Toledo

Diretora Cultural e de Eventos

Chrissie Rodrigues Knabben Gameiro Vivancos

Diretor de Assuntos Relativos aos Aposentados

José Vilaço da Silva

Diretor de Comunicação Social

Jânio Nunes Vidal

Diretor de Assuntos Parlamentares

Filemon Rose de Oliveira

Suplentes

Regina Tamami Hirose

Joélcio Martins da Silva Filho

Edson Soares da Costa

Bradson Camelo

SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional
SCN - Quadra 06 - Ed. Venâncio 3000 - Salas 403, 415 e 416 - CEP 70716-900 - Brasília-DF
Telefax: (61) 3964-1218
E-mails: sinprofaz@sinprofaz.org.br infosind@solar.com.br

REVISTA JUSTIÇA FISCAL – Edição Especial, fevereiro/2012

Editada por: F4 Comunicação - Tel.: (61) 3321-8200

Idealizador e Diretor de Redação: João Carlos Souto

Editora e jornalista responsável: Viviane Ponte Sena

Reportagem e Redação: Fabrício Marques e Viviane Ponte Sena

Projeto Gráfico: Fernanda Medeiros

Capa e fotos: Eurípedes Teixeira e arquivo Sinprofaz

Tiragem: 10 mil exemplares



Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não se constituem necessariamente a linha editorial da revista.

Justiça Fiscal: uma necessidade para o país

Na atualidade temos debatido muito sobre o comportamento social, a moral, a ética, a conduta, entre outros temas congêneres, os quais, geralmente, ocupam a imprensa jornalística e televisiva sob o enfoque de corrupção, sonegação, mensalão, fraude, lavagem de dinheiro, etc.

As reportagens, que possuem como tema os assuntos em epígrafe, dão destaque ao desvio das verbas públicas, a quantidade do dinheiro desviado, a falta de um controle mais rígido dos gastos públicos, nos acordos políticos escusos e assim por diante. Na maioria das vezes não se debate a raiz do problema, deixando-se de apresentar soluções para que a conduta socialmente repugnável não se repita.

Parte considerável dessas matérias se relaciona aos desvios inerentes ao processo político governamental, à política econômica e financeira, os quais estão ligados, em certo aspecto, à atividade financeira do Estado.

Para a concretização dos interesses da sociedade, o Estado necessita captar, gerir e executar os recursos públicos. Logo, os objetivos e atividades a serem exercidos pelo Estado carecem da arrecadação de recursos, a qual não se esgota em si mesma, sendo um instrumento para a concretização daqueles.

Todavia, para a construção de um país mais igualitário, diminuindo a desigualdade social existente, é primordial que todos contribuam, na medida de suas possibilidades. Entretanto, sempre haverá aqueles que deixam de cumprir com suas obrigações.

Nesse pormenor, o Ordenamento Jurídico Brasileiro incumbiu à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a arrecadação dos tributos e demais receitas, não pagas e inscritas em dívida ativa da União. Assim, o Procurador da Fazenda Nacional é o agente capaz de garantir a isonomia entre o devedor e o cidadão que paga seus tributos, através da cobrança dos créditos da União.

Na medida em que todos passarem a contribuir haverá mais disponibilidade de caixa para a execução das políticas públicas, bem como possibilitará a realização de uma maior transferência da carga tributária, saindo da incidência sobre consumo para a renda. Contudo, esses objetivos somente serão alcançados se o princípio da capacidade contributiva for o vetor de interpretação e execução do Sistema Tributário Nacional, onde cada cidadão contribuirá na medida de suas riquezas, concretizando, conseqüentemente, a isonomia tributária, e garantindo uma Justiça Fiscal.

O Brasil não pode continuar tributando essencialmente o consumo, o que enseja uma distorção na efetivação do princípio da capacidade contributiva, na medida em que aquele detentor de menor renda tem, proporcionalmente, maior parte de seus ganhos tributados.

Ocorre que essa realidade não será alterada sozinha, necessitando, assim, de uma mobilização social. Outrossim, para que essa mobilização se faça, é imprescindível que o cidadão tenha uma consciência fiscal atrelada às suas atividades sociais.

Percebendo a necessidade de alterar essa realidade, o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ) lançou diversas campanhas de educação e conscientização fiscal. Exemplo disso é a Campanha Nacional da Justiça Fiscal, que tem como objetivo promover um debate sobre o combate à sonegação fiscal, a Reforma Tributária e a inclusão do Procurador da Fazenda Nacional nos respectivos temas, podendo ser visualizada através do site e das redes sociais do movimento *QuantoCustaoBrasilpraVocê?*¹

Na mesma linha de atuação, o SINPROFAZ também publicou uma revista intitulada “O Manual do Contribuinte”², em que se esclarece para o cidadão-contribuinte sua relação com o Fisco Federal e serve como material de consulta aos profissionais que atuam na área fiscal.

A perspectiva de se concretizar uma melhor distribuição de renda e maior prestação de serviços públicos por parte do Governo Federal poderá ser alcançada, em certa medida, se houver uma melhor estruturação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Isso porque a PGFN tem papel estratégico na recuperação dos créditos federais, e sua modernização permitirá a adoção de medidas mais eficazes na diminuição do estoque da dívida ativa da União, resultando em receitas “extras” para o Governo, o que possibilitará a ampliação de sua atuação em prol do cidadão.

Pode-se sugerir, da mesma forma, outras ações para que seja alcançada uma Justiça Fiscal, como: a) a adoção de medidas que simplifiquem o sistema tributário, eliminando-

se os inúmeros tributos sobre o consumo e substituindo-os pelo imposto sobre o valor agregado, o que tornaria mais justa e equilibrada a tributação; b) a redução da carga tributária sobre o consumo (tributação indireta) e sobre os produtos essenciais; c) uma reforma tributária em consonância com os anseios do Pacto Federativo, proporcionando uma melhor repartição da competência tributária; d) concretização do mandamento constitucional que estabelece que as administrações tributárias dos entes federativos são “atividades essenciais ao funcionamento do Estado” e que “terão recursos prioritários para a realização de suas atividades”, como determina o artigo 37, XXII, da CRFB/88; e) regulamentação do IGF (Imposto sobre Grandes Fortunas), previsto no artigo 153, VII, da CRFB/88.

A Revista Justiça Fiscal foi criada dentro dessa perspectiva, chegando à sua 10ª edição, demonstrando, claramente, a preocupação dos Procuradores da Fazenda Nacional com o tema em epígrafe e o sucesso do projeto. Parabéns aos ex-presidentes do Sindicato, João Carlos Souto, pela idealização da proposta, e Anderson Bitencourt, pelo seu prosseguimento. Congratulo, igualmente, a todos que contribuíram para sua criação, continuidade e aperfeiçoamento.

Avante SINPROFAZ! Que o sucesso e as conquistas sejam alcançadas em prol dos cidadãos, do erário, do país e dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Allan Tiltonelli Nunes
Presidente do SINPROFAZ

¹ Disponível em : <<http://www.quantocustaoabrasil.com.br> > Acesso em: 20.05.2011.

² Disponível em: <<http://www.sinprofaz.org.br/publicacao.php?id=110420164130-7456c9d51a57445cbb535529219c2ee4&arquivo=/s/images/stories/pdfs/manual-do-contribuinte.pdf&titpub=Manual%20do%20Contribuinte>> Acesso em: 30.06.2011.



Sumário

Apoio do Eto ao
Dia Nacional da Justiça Fiscal

- 6 Fala PFN com a filiada Maria José Oliveira Roque
- 7
- 8 Deputado Paulo Rubem Santiago visita sede do SINPROFAZ
- 10 Reflexões sobre a execução fiscal
- 13 Entrevista com o Procurador Geral do Estado de Pernambuco
- 17 Coluna Para Ler divulga livros de PFNs
- 18 Prata da Casa - O dia-a-dia dos PFNs
Evandro Gama e Aline Vitalis
- 21 A dura realidade da Seccional de Joinville
- 22 Alagoas sediou XIII Encontro Nacional de PFNs
- 23 Sindicato promove reuniões estaduais
- 24 OAB é parceira na realização da Semana
Nacional da Justiça Fiscal
- 25 SINPROFAZ lança Manual do Contribuinte
- 26 Centro de Estudos - O Princípio Tributário da
Concorrência Econômica Equilibrada
- 29 Artigo - Crédito-Prêmio do IPI: um enfoque diverso
- 32 A qualidade do ensino superior no Brasil
- 34 Crianças brasileiras começam a entrar na faixa de obesidade
- 36 Comprar um carro pode ficar mais barato
com utilização do ASAclub
- 38 Brasília, patrimônio cultural da humanidade
- 39 Peças de divulgação do Dia Nacional da Justiça Fiscal

Caro leitor,

A Revista Justiça Fiscal é uma publicação do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional - SINPROFAZ que abre mais um canal de comunicação com os filiados e com toda a sociedade, considerando o caráter aberto e plural desta Revista.

A idéia da Revista, de acordo com a concepção do presidente do Sindicato, João Carlos Souto, é editar uma publicação ampla, que não se limite aos temas específicos do universo profissional dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Na edição de lançamento, o Sindicato divulga as bases da campanha para criação do Dia Nacional da Justiça Fiscal com registro em cartório da data de 17 de março. Entrevistas, artigos, reflexões, matérias com temas diversos, como qualidade de vida, completam a edição de número 1 da Revista Justiça Fiscal.

Mesmo sem tratar exclusivamente das questões de Carreira, a Revista tem o propósito de aproximar a sociedade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, esclarecendo o papel da instituição e dos Procuradores da Fazenda Nacional na administração pública e concretização da receita pública.

Trata-se, portanto, de uma Revista voltada a públicos diversos. Membros da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, autoridades, comunidade jurídica, estudantes ganham referência de leitura sobre o tema central em debate: a Justiça Fiscal.

Boa leitura!

João Carlos Souto
Presidente do SINPROFAZ
Diretor da Revista Justiça Fiscal

Dia Nacional da Justiça Fiscal

É com muito entusiasmo que o SINPROFAZ apresenta a primeira edição da Revista Justiça Fiscal, um dos produtos de divulgação do Dia Nacional da Justiça Fiscal, que será comemorado anualmente em 17 de março, e da Semana Nacional da Justiça Fiscal. O texto a seguir, de autoria do Presidente João Carlos Souto, foi elaborado em 29 de dezembro de 2008 e registrado em cartório no dia 30 de dezembro de 2008. Constitui-se, portanto, no documento histórico de criação da Semana Nacional da Justiça Fiscal. A Semana Nacional da Justiça Fiscal é um projeto amplo, com a indissfarçável intenção de se tornar, no futuro, uma referência nacional, uma semana de reflexão sobre o país, os tributos, a arrecadação, os investimentos nas prioridades nacionais, entre elas as carreiras essenciais ao funcionamento do Estado brasileiro.



Diferentes setores da sociedade brasileira criaram, ao longo das últimas décadas, diversas campanhas que conseguiram o envolvimento de grande parcela da população. São campanhas indubitavelmente vitoriosas a exemplo do combate à poliomielite (Dia Nacional de Vacinação) ou episódicas como as de arrecadação de donativos com vistas a socorrer vítimas de catástrofes naturais. A elas se somam outras, da iniciativa privada, como "Criança Esperança" ou "Teleton".

Essas campanhas, por óbvio, não conseguem resolver todos os problemas sociais que afetam esse país "bonito por natureza" e desigual, em grande parte, por falta de ação e de engajamento. Nem a isso elas

se propõem, vale dizer, as campanhas não almejam - e nem poderiam - resolver, em sua totalidade, as muitas e graves distorções sociais que acompanham o país desde longa data.

A resolução definitiva - ou ao menos em grande parte - desses problemas é uma tarefa para gerações, um trabalho paciente e contínuo. A constatação de que somente gerações conseguirão resolver ou promover um grande salto qualitativo que propicie um maior equilíbrio nas relações sociais, com a diminuição dos níveis de pobreza, de evasão escolar e, por outro lado, melhoria na distribuição de renda e na prestação de atendimento de saúde, nos impõe que comecemos o

Semana Nacional da Justiça Fiscal

17 de Março - Dia Nacional

mais rápido possível essa gigantesca tarefa. Ou melhor, nos impõe que ampliemos essas intervenções, essas campanhas, referidas nos parágrafos pretéritos.

Importante assinalar que essa não é uma tarefa unicamente dos governos. O salto qualitativo que o país reclama há mais de um século requer a participação e o engajamento de todos, embora aos governos caiba a maior parcela de responsabilidade.

A discussão acerca da necessidade de uma Reforma Tributária é tão longeva e já ocupou tanto espaço em editoriais, colunas de renome, papo de botequim ou de cafés sofisticados que urge seja adotada uma postura mais incisiva, pela denominada “sociedade civil”, em busca da concretude do discurso.

A essa altura o leitor está a se indagar: qual a relação da Reforma Tributária com as campanhas encetadas pela sociedade e pelo governo ao longo das últimas décadas?

Nas campanhas a sociedade, o governo buscam centrar esforços em temas relevantes ou minorar as condições desfavoráveis de determinada cidade, estado ou região. A Reforma Tributária é a mãe de todas as campanhas. E quando a ela me refiro tenho na retina a Justiça Fiscal, a busca de equilibrar ou ao menos tornar mais racional a carga tributária brasileira, mediante, em apertada síntese, diminuir o número de tributos, estabelecer alíquotas menores e promover uma distribuição do bolo tributário mais consentânea com um país que se pretende efetivamente federativo, ou melhor, um pouco mais federativo, porquanto inegável que a forma de Estado não é apenas cenográfica, como no Estado Novo ou no Regime Militar.

Para além das medidas mencionadas no parágrafo anterior, duas outras questões cruciais circundam a busca da implementação da Justiça Fiscal: Um rearranjo tributário que implique na diminuição da incidência dos tributos indiretos, aqueles que incidem sobre o consumo e que mais penalizam a população mais carente. E dois: a concretização do mandamento constitucional (art. 37, XII) que estabelece que as administrações tributárias dos entes federativos são “atividades essenciais ao funcionamento do Estado” e que “terão recursos prioritários para a realização de suas atividades”.

O primeiro significa tornar o sistema mais justo, mais equilibrado, promovendo uma maior distribuição de renda, mediante a diminuição da incidência tributária sobre produtos de consumo e simultaneamente aumentando alíquotas sobre o imposto sobre a renda (tributo direto). Essa medida tornaria o sistema um pouco mais justo. Convém lembrar que a elevada carga tributária brasileira alimenta o mercado informal, contribui para a sonegação fiscal e a concorrência desleal, que afeta o empresariado que se dispõe a criar empregos formais e contribuir com o progresso do país.

A segunda medida significa o cumprimento de expresso mandamento constitucional, até aqui solenemente esquecido. Ao lado da chaga social que acompanha o Brasil por séculos afigura-se igualmente absurdo constatar a existência de uma Dívida Ativa da União (conjunto de tributos federais devidos e não pagos) de quase um trilhão de reais (valores de dezembro/2008) e simultaneamente a Instituição encarregada da defesa da União em matéria tributária, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), ter recursos seus contingenciados e não contar com uma estrutura mínima adequada de funcionamento.

Por todas essas razões enumeradas nos parágrafos anteriores, o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ), única entidade representativa da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, com o devido registro no Ministério do Trabalho e Emprego, desde a década de 90, convoca a sociedade brasileira para participar do DIA NACIONAL DA JUSTIÇA FISCAL, na certeza de que essa campanha é uma das mais relevantes para o dia-a-dia do cidadão, como forma de promover uma melhor distribuição de renda, tornar o sistema tributário mais justo, mais equilibrado, diminuir a carga tributária sobre o consumo (tributo indireto) e sobre produtos essenciais (como a cesta básica), enfim, implementar a JUSTIÇA FISCAL, porta de entrada para o crescimento econômico e para um país mais justo.

João Carlos Souto é Presidente do SINPROFAZ e do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. Professor de Direito Constitucional e Mestre em Direito Público. É autor de *Suprema Corte dos Estados Unidos - Principais Decisões* (Editora Lumen Juris, 2008). Realizou estudos na Harvard Law School (1998).

“Não somos agentes de governos, somos agentes do Estado brasileiro”

Ivete Rodrigues



A declaração é do Procurador Geral do Estado de Pernambuco, Tadeu Alencar, para esclarecer o papel do advogado público na representação do Ente público, no cuidado com o coletivo. Procurador da Fazenda Nacional desde 1993, Tadeu Alencar exerceu o cargo de Procurador Geral Adjunto da Fazenda Nacional no momento em que a instituição inaugurou a presença de PFNs na gestão da Casa. “Foi um período muito importante para a União consolidar o trabalho da advocacia pública e fortalecer a atuação na área tributária”, opina o entrevistado. Em reflexão sobre sua passagem pela Procuradoria Geral Adjunta da Fazenda Nacional, Tadeu revela que, naquela ocasião em que a Carreira resolveu tomar as rédeas do próprio destino, os PFNs se colocaram efetivamente no centro do debate, com uma atuação combativa e guerreira em favor da União, em especial na matéria tributária. Ter as chaves da Casa, pondera Tadeu, permite a contribuição decisiva dos Procuradores da Fazenda na construção do Brasil do futuro. “Devemos preservar essa conquista”, alerta.

Procurador Geral do Estado de Pernambuco, Tadeu Alencar

Em que pontos há semelhanças e, por outro lado, quais são as principais diferenças entre as experiências na Procuradoria Geral Adjunta da Fazenda Nacional e na Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco?

A Advocacia de Estado é pautada - em todos os níveis - pela nobre responsabilidade de se representar o Ente público. As instituições públicas, todas elas, devem buscar o bem comum. Seria um contra-senso algo que é público não estar acometido da tarefa de buscar também o que é da essência do público que é cuidar do coletivo, daquilo que a democracia, com muito suor, herdou à civilização, a idéia de prevalência do interesse da sociedade.

A advocacia pública persegue - e se não persegue claudica em seus deveres - aquilo que em essência deve se harmonizar com o interesse público, aquilo que está em harmonia com a

Constituição, com as leis do País e que reflete o pacto sobre o qual se assentam os interesses superiores dos homens.

Não tenho dúvidas de que, enquanto advocacia pública, defendemos o interesse público em seu sentido mais altivo, mais puro. Nesse sentido há grande semelhança entre o trabalho na Procuradoria da Fazenda Nacional e na Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco. Há - tecnicamente - diferenças quanto às competências. A Fazenda Nacional tem por limite as questões fiscais, tributárias, enquanto na Procuradoria Geral do Estado, além destas, estão cometidas a sua tutela todas as demais questões. Nesse sentido esta última se aproxima mais de uma verdadeira Advocacia-Geral do Estado. Costumo dizer que aqui cuidamos desde colisão de ambulâncias até refinaria de petróleo, um plexo muito amplo de atribuições.

A passagem pelo cargo de Procurador Geral Adjunto da Fazenda Nacional contribui em que medida para o exercício do cargo de Procurador Geral do Estado de Pernambuco?

A nossa caminhada é anterior ao exercício do cargo de Procurador Geral Adjunto da Fazenda Nacional. Honra primeira é ser Procurador da Fazenda Nacional, cargo no qual fui investido no ano de 1993. Desde lá aprendi apenas uma larga tarefa: defender a coisa pública, a causa pública, muitas vezes relegada a uma odiosa orfandade. Uma coisa atrai a outra. A nossa atuação como Procurador perante o Tribunal Regional Federal da 5.ª Região, - permita-me a heresia de o afirmar -, pautada pelo espírito público e pelo vigor na defesa dos interesses da Fazenda Nacional foi responsável pelo convite para assumir a direção da Procuradoria Regional da 5.ª Região, onde o lema 'atuação pro-

ativa e comprometida com resultados' deixou marcas profundas na imagem da Procuradoria que, àquela altura, se ressentia de um certo acanhamento, da ausência de um rosto, resultante tanto de deficiência estrutural, mas, principalmente, da atuação protocolar, muitas vezes prevalente no passado, e que tantos prejuízos acarretou aos dinheiros públicos, dinheiros do povo.

Essa diretriz política de atuar com a vibração da advocacia privada deu visibilidade ao nosso trabalho, interna e externamente, e credibilidade entre os meus pares. Estou seguro disto.

A passagem pelo cargo de Procurador Geral Adjunto da Fazenda Nacional, integrando a vitoriosa gestão do Dr. Manoel Felipe Rêgo Brandão, deu visibilidade no plano nacional. Consultados, os jornais do período espelham uma clara mudança de comportamento dos Procuradores da Fazenda Nacional, que no Brasil inteiro passaram a atuar sob a mesma diretriz. Desde as regiões mais remotas até os Tribunais Superiores a presença da Fazenda Nacional se fortaleceu e ganhou maior efetividade, com Procuradores ocupando a tribuna, visitando os senhores ministros, disputando de igual para igual com os grandes advogados tributaristas do País. Isto é reconhecido por vários dos ministros

do Superior Tribunal de Justiça, nos Tribunais Regionais, pela mídia, pelo Governo, pelos advogados e pelos colegas. Foi essa obra coletiva - sempre coletiva - fruto do amadurecimento da Carreira que chamou a atenção do governador eleito de Pernambuco, Eduardo Campos.

Além do mais, importante lembrar, sempre tive uma participação ativa no meu sindicato, o SINPROFAZ, de quem fui delegado sindical por vários anos, jamais enxergando conflito entre o meu papel de dirigente e de Procurador que é o que sou, em estado permanente.

Como o Procurador Geral enfrenta o desafio de não confundir Advocacia de Estado com Advocacia de Governo, uma vez que o cargo é de livre nomeação do governador e, por isso, investe-se de componente político?

Não somos agentes de governos, somos agentes do Estado brasileiro. Só os que agridem a institucionalidade buscando atalhos no exercício do poder cultivam a visão medíocre e primitiva de que os órgãos jurídicos funcionam como entrave, como usina de dificuldades intransponíveis. Um órgão jurídico flácido é garantia de atos de governo fadados à ação corretiva dos órgãos de controle, do

Ministério Público, dos Tribunais de Contas, o que é também garantia de uma verdadeira *via-crucis* para o gestor, especialmente quando já apeados da posição de mando. O órgão jurídico pobremente legalista, formalista apenas, sem atentar para o enunciado dos princípios constitucionais, sem qualquer compromisso com a política pública que a sociedade escolheu quando elegeu o governante, este é vocacionado ao atraso. Não há nenhuma incompatibilidade entre exercer o controle de legalidade e se oferecer um efetivo respaldo ao funcionamento da administração pública, solucionando os entraves e dando segurança às ações de governo. Precisamos ser criativos e ágeis, mas atentos ao irrenunciável primado das leis. Além do mais, o governador Eduardo Campos é uma jovem e talentosa liderança política, experimentado na função pública como deputado estadual, deputado federal, secretário de Estado e ministro, e tem prestigiado de forma efetiva o papel da Procuradoria. Não é à toa que recebeu da Associação Nacional dos Procuradores de Estado - ANAPE uma homenagem pela sua luta como parlamentar em prol da advocacia pública. Isto - por evidente - reduz a aparente antinomia colocada pela pergunta.

Seu ingresso no cargo de Procurador Geral Adjunto da Fazenda Nacional coincide com o encerramento de um ciclo no qual Procuradores do Banco Central assumiam o comando da PGFN. Em que medida essa mudança contribuiu para a consolidação do trabalho da advocacia pública e o fortalecimento da atuação na área tributária?

Chegamos ao comando da Procuradoria como uma das resultantes de um processo de organização da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional que, em boa hora, resolveu cuidar do seu próprio destino. Lembro que no rico processo de discussão da lista triplíce patrocinado pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional - SINPROFAZ utilizei um provérbio chinês que diz: "devemos ter as chaves da nossa casa". Esse processo político de amadurecimento, de articulação,

Fotos: Ivve Rodrigues



desencadeou uma energia imensa na Carreira, que passou a se colocar efetivamente no centro do debate sobre o papel da advocacia pública, a recuperação de crédito, a atuação combativa e guerreira em favor da União, em especial em matéria tributária, onde acontecem as miliardárias discussões. Já mencionei a mudança de diretriz que ocorreu a partir de 2003, com a eleição do Presidente Lula. Os resultados estão a olhos vistos. Hoje temos um quadro que se multiplicou. Modernizamos a nossa estrutura, criamos a Escola, assumimos papéis importantes. Hoje ninguém duvida do potencial da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional. Nem o Governo, nem a sociedade. Num País em que a carga tributária é inegavelmente onerosa

Ter as chaves da Casa permitiu a contribuição dos Procuradores que organizados em seu órgão de classe, o SINPROFAZ, constroem em silêncio o Brasil do futuro. Devemos manter as chaves da nossa Casa. Fica o alerta

não podem agir com leniência ou com preguiça, fechados nos gabinetes - quem dá alma a um processo é o seu advogado - aqueles que têm o dever de agir com firmeza contra os que se furtam a honrar 'o dever fundamental de pagar tributos'. Felizmente a nossa Carreira tem dado demonstrações reiteradas de que conhece e cumpre a sua nobre missão. Por isso, ou agimos com firmeza - e assim o temos feito - ou vamos estimular quem paga a não pagar, ou quem não paga a continuar em débito com o fisco, à míngua de uma ação efetiva. Assim, ter as chaves da Casa permitiu essa contribuição dos Procuradores que, organizados



em seu órgão de classe, o SINPROFAZ, constroem em silêncio o Brasil do futuro. Devemos manter as chaves da nossa Casa. Fica o alerta.

Esta mudança de mentalidade e postura na PGFN, que resultou na implantação de uma atuação proativa, trouxe resultados importantes para a Carreira. O senhor poderia comentar alguns casos de grande repercussão, como o Crédito Prêmio do IPI?

O crédito prêmio do IPI foi o mais notável desses casos, mas aconteceram inúmeras vitórias em razão do trabalho articulado e combativo dos Procuradores da Fazenda Nacional no Brasil inteiro. O crédito prêmio foi a mais extraordinária vitória obtida em juízo. Um assunto de bilionária repercussão que se consolidara no âmbito do Superior Tribunal de Jus-

tiça sem um amplo debate - como terminou acontecendo, mobilizando a comunidade jurídica nacional - e sem a diretriz política de atuação para conferir ao tema a importância que ele de fato tem. Foi um trabalho cirúrgico, de árduo convencimento dos eminentes ministros integrantes daquela Corte. O Superior Tribunal de Justiça, como um Tribunal de precedentes, não pode em nome do sublime valor da segurança jurídica ficar reabrindo os temas a todo instante. Mas ali a questão se pacificara sem o necessário e indispensável debate, inclusive levando-se em conta aspectos valiosos para a elucidação da questão, como os tratados internacionais. Tive o privilégio de conduzir esse assunto, junto com diversos colegas, fazendo as sustentações orais em memoráveis sessões do STJ. Foram publicados três

livros sobre o assunto, reunindo os maiores nomes do Direito Tributário brasileiro. Do outro lado, sem livros, sem o reconhecimento adequado, os denodados Procuradores da Fazenda Nacional, se ombreando com as bancas privadas e vencendo-as com mérito. Momento marcante da nossa caminhada. Um orgulho.

O Procurador Geral poderia comentar também os primeiros resultados no que diz respeito ao incremento na arrecadação da Dívida Ativa do Estado de Pernambuco?

A minha formação de Procurador da Fazenda Nacional deu-me um olhar sobre a recuperação de créditos em Pernambuco, uma necessidade, uma diretriz pedagógica importante. Era preciso fazer levar à sociedade o mantra de que é um mau negócio dever a Pernambuco. Assim foi feito. Medidas gerenciais, foco, metas, prazos, responsáveis, monitoramento das ações, planejamento, gestão da dívida, enfim, uma receita infalível. Passamos de uma série histórica de 10 anos, variando entre 8 milhões e 24 milhões de arrecadação. Em 2006, 24 milhões. No primeiro ano, em 2007, pulamos para 44 milhões; no segundo ano, em 2008, saltamos para 77 milhões, um incremento de 220% em dois anos. Queremos chegar aos 100 milhões em 2010. Além do mais, fica a idéia de respeito ao contribuinte que paga os seus impostos, noção um tanto esquecida em nosso País. E estamos fazendo isso reconhecendo que, de um estoque de 9 bilhões - veja a diferença para a dívida ativa da União - apenas 25% desse montante é o que se mostra efetivamente cobrável, que são aquelas empresas que continuam em funcionamento. Conseguimos agregar a nossa gestão essa marca. Estou satisfeito com o trabalho dos Procuradores do Estado que, a exemplo dos seus colegas da Fazenda Nacional, trabalham obra de raiz. O Governo também está satisfeito, penso eu. Num momento de crise como o que vivemos, essa postura é emblemática. Se recuperamos os débitos e discutimos a qualidade do nosso gasto, praticamente redesenhamos o nosso orçamento.

Qual a importância da aprovação da Lei Complementar 105, que possibilita a abertura para a transação? Há parâmetros para comparação com o anteprojeto de lei geral de transação que o Poder Executivo deverá enviar brevemente ao Congresso Nacional?

A compulsividade ao litígio é uma doença que precisa ser combatida. A sociedade não suporta mais a litigância como regra. Temos que desenvolver e aperfeiçoar os mecanismos de composição de conflitos como mediação, arbitragem e a própria transação. Pernambuco sai na frente, é uma contribuição ao debate. A nossa lei é perfeita? Não. Mas é corajosa. Porque inaugura uma experiência que vem ao encontro do anseio da sociedade por solução rápida dos

Minha formação de Procurador da Fazenda Nacional deu-me um olhar sobre a recuperação de créditos em Pernambuco, uma necessidade, uma diretriz pedagógica importante

conflitos, desobrigando quem tem um direito a ser reconhecido de um caminho longo e, por isso, penoso, além de caro. Por outro lado, desonerados de ficar recorrendo em processos sem qualquer perspectiva de sucesso, podemos cuidar de forma adequada das ações que merecem cuidados especiais. Além do mais, tal atitude acredita a nossa atuação, permitindo uma contribuição enorme no combate a uma crise de volume que não é apenas do Poder Judiciário, mas de todos nós. É um avanço que comporta - por evidente - aperfeiçoamentos e traz os mecanismos de controle essenciais a um poder imenso colocado nas mãos da Procuradoria. Se mal utilizado ou

sem os efetivos controles, sabemos que pode ser uma fonte de iniquidades. Naturalmente, que tais instrumentos que alargam o horizonte e a discricionariedade administrativa são pautados pela inequívoca satisfação do interesse público. Tudo com o fim de assegurar o respeito aos princípios constitucionais basilares, que regem e limitam a atuação da Administração Pública.

Quanto aos paralelos entre a LC 105/07 e o Projeto da Lei Geral de Transação, o primeiro e mais importante deles reside no fato de que o PL da Lei de Transação limita-se à matéria tributária. Já a LC/105 contempla a possibilidade tanto da transação tributária como não tributária. Em segundo lugar, a LGT tem o propósito holístico de fixar as regras gerais de todos os tipos de transação possíveis, enquanto a LC/105, por sua vez, foi um pouco mais restrita, embora tenha em mira os mesmos objetivos: reduzir o volume das demandas judiciais com o incremento da arrecadação tributária.

Essa aproximação entre ambos os modelos decerto abre ensejo à correção das eventuais deficiências. Não temos compromisso com o erro.

A iniciativa tem merecido reconhecimento. Aqui e alhures. Está na hora de repensarmos alguns dogmas. De forma transparente e segura, devemos vencê-los, em favor da efetividade e da eficiência que nos são cobradas. Em favor do Brasil.

E a poesia, continua presente?

Sim, sempre. A poesia é o meu oxigênio e refúgio. Gilberto Freyre dizia: "Adoro viajar mas adoro meus chinelos". Tudo é motivo. A cor do céu, o céu estrelado, o mar, o sertão, as serras, as pessoas... Os temas são os da caminhada dos homens, o amor, a morte, a saudade, a angústia, o medo, o sexo, a natureza, o alumbramento, a espantação, a vida e os seus inesgotáveis segredos. A vida e "as ordenações cotidianas". Acho que está aí um título. Não sei se definitivo. Mas, acredite-me, tudo é provisório. O importante é a intensidade e a paixão. Sem paixão, já dizia Roberto Freire, o escritor, não há solução. O mais, é velho. ■

A dura realidade da Seccional de Joinville

A seccional de Joinville foi a primeira unidade da PGFN cujo dia-a-dia foi retratado em edição de *Justiça Fiscal*. Para saber mais sobre a realidade local, contamos com a valorosa colaboração da PFN Aline Vitalis

Em depoimento, Procuradora relata dificuldades da Carreira

Foto: Arquivo pessoal

Confesso que me assustei ao chegar à Procuradoria- Seccional de Joinville, especialmente com a absoluta carência de quase tudo: faltam impressoras, servidores, estagiários, conexão adequada à Internet. Só não faltam processos, porque se trata de região altamente industrializada do sul do país (Joinville detém o 3.º maior PIB e é também a 3.º maior cidade da Região Sul), o que acaba gerando grande litigiosidade em matéria tributária.

Na Procuradoria Regional em Brasília, onde atuei por três anos, o volume de processos e de prazos beirava o absurdo, fato agravado pelo advento da Super-Receita, o que obrigava vários Procuradores a trabalhar inclusive nos fins de semana. Todavia, a estrutura da Regional, que já não era nada excepcional em comparação a outros setores da Procuradoria em Brasília, tanto no que diz respeito a recursos humanos quanto às instalações físicas, é muito superior à de Joinville.

Em Joinville, somos 11 Procuradores e apenas 4 estagiários, que trabalham meio-período. A Procuradoria- Seccional conta ainda com um número reduzido de servidores – 5 servidores e 5 terceirizados. Destes, dois são motoristas e um é empregado do SERPRO, ou seja, restam 7 servidores (incluindo os terceirizados) para exercerem toda a função administrativa e de apoio aos Procuradores. Facilmente, percebe-se que o número está muito aquém do mínimo razoável. O problema é que acaba faltando tempo e condições mínimas de trabalho para o Procurador se dedicar à atividade fim, consubstanciada na elaboração de teses jurídicas e atuação efetiva

voltada ao incremento da arrecadação tributária.

A situação da Seccional de Joinville é agravada pela precariedade de suas instalações e constantes ameaças de enchentes, algumas transformadas em realidade, com o alagamento de parte do arquivo, instalado na garagem, que sequer faz parte do contrato de locação, sendo a área utilizada pela PSFN por mera liberalidade do proprietário do imóvel. Entretanto, conforme recentes informações, mencionado problema está em vias de ser solucionado pela PGFN, mediante locação de novo imóvel.

Apesar das diferenças, tanto a Procuradoria Regional em Brasília quanto a Seccional em Joinville têm em comum o excessivo número de processos a cargo de cada Procurador, o que imagino se repetir em várias unidades da Procuradoria espalhadas pelo país.

Mesmo com todas as dificuldades que venho enfrentando juntamente com meus colegas aqui em Joinville, não me arrependo de ter sido removida para cá. Após três anos atuando junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, considero imprescindível a atuação em várias instâncias, o que propicia o ganho de experiência e o crescimento profissional, tornando o Procurador mais completo e preparado para o melhor desempenho de suas funções. Além disso, vivenciar e comparar várias "realidades" permite o conhecimento da instituição como um todo, possibilitando, ainda, a identificação de deficiências e também de experiências bem sucedidas, merecedoras de ampla divulgação. Hoje, posso afirmar que, quando em Brasília, apesar de ouvir relatos de



colégas de todo o Brasil e de estar em uma unidade reconhecidamente assoberbada de trabalho, não tinha idéia das dificuldades de toda a ordem suportadas pelas unidades da Procuradoria, especialmente as Seccionais. Realmente, foi e está sendo um "choque de realidade", recomendável a todos os integrantes da Instituição, especialmente aos que ocupam cargos de comando.

Reputo imprescindível a criação de carreira de apoio como condição para o cumprimento da missão atribuída pela Constituição Federal à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A implantação de carreira de apoio, composta por servidores especializados, além de potencializar a atuação do Procurador, permitirá a este dedicar-se essencialmente à atividade fim de recuperação do crédito tributário, acarretando um imensurável ganho na eficiência. ■

Aline Vitalis
Procuradora da Fazenda Nacional
em Joinville/SC

Março • 2009 21

VIII Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional

O VIII Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional reuniu público recorde no Hotel Salinas de Maragogi em Alagoas. Mais de 230 colegas de todo o País participaram do evento promovido pelo SINPROFAZ em novembro de 2008. A temática central do encontro foi “Transação Tributária, contingenciamento de recursos e aparelhamento da PGFN”.

Na solenidade de abertura, o presidente do SINPROFAZ, João Carlos Souto, registrou que o quadro de Procuradores da Fazenda quase triplicou desde a realização do primeiro evento, em 2001, na cidade de Mangaratiba/RJ. Entretanto, enfatizou que, apesar do ganho quantitativo, ainda há muito a avançar do ponto de vista institucional e de estrutura.



Fotos: Arquivo SINPROFAZ



Procuradores da Fazenda debatem dupla vinculação da PGFN

Depois de debate realizado ano passado em Brasília com a presença do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Luís Inácio Lucena Adams, e do ministro-substituto da AGU, Evandro Gama, o SINPROFAZ iniciou em 2009 rodada de reuniões nos estados para discutir a questão da dupla vinculação institucional da PGFN: administrativa ao Ministério da Fazenda e jurídica à Advocacia-Geral da União. O tema é polêmico e divide os membros da Carreira.

A íntegra do debate de Brasília pode ser acessada na página do SINPROFAZ (www.sinprofaz.org.br). Nos estados, os Procuradores do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo já se reuniram para discutir o assunto.

Rio de Janeiro

A reunião na cidade do Rio de Janeiro ocorreu no dia 3 de março e contou com a participação de 34 Procuradores da Fazenda Nacional. Dos 34 Procuradores presentes, 12 fizeram uso do palavra.

Os PFNs se manifestaram a respeito da falta de estrutura da PGFN, do excesso de trabalho, do número absurdo de processos, cotejando nossa situação com as das demais Carreiras, que segundo os que se pronunciaram estariam em melhores condições. Foi lembrado o episódio recente da nomeação de Auditor para atuar na PGFN, com ascendência sobre os PFNs, o que significa uma maior aproximação da PGFN com a Receita Federal.

Após mais de uma hora de debate, foi feita a votação. Dos 34 presentes no início, somente 24 estavam no momento da votação. Apurou-se o seguinte: 23 PFNs se manifestaram favoravelmente à vinculação à AGU. Somente um voto favorável à dupla vinculação.

Rio Grande do Sul

Em Porto Alegre, o debate ocorreu no dia 28 de janeiro, com a presença do presidente do SINPROFAZ, João Carlos Souto, e de 31 Procuradores, sendo cinco de Novo Hamburgo e dois de Caxias do Sul.

Foram apresentadas propostas de luta pela criação do Ministério Público Fiscal, vinculação exclusiva ao Ministério da Fazenda, com lei orgânica da PGFN, e vinculação exclusiva à AGU.

Encerrados os debates, decidiu-se inicialmente colocar em votação a vinculação única à AGU, já que seria prejudicial às demais propostas: foram três votos para a vinculação à AGU, duas abstenções e 25 votos contra a vinculação à AGU.

Passou-se então ao encami-

nhamento das demais propostas, sendo que se decidiu deixar a questão do Ministério Público Fiscal de lado, ao menos por ora, eis que se entendeu que a proposta de vinculação ao Ministério da Fazenda com lei orgânica da PGFN (LC única) não excluiria uma eventual luta pelo MP Fiscal. Assim, afastada a questão da vinculação à AGU, procedeu-se à votação acerca da Lei Complementar: mesma LC da AGU ou Lei Complementar única para a PGFN. Todos os participantes (30 pessoas no momento da votação) decidiram pela Lei Orgânica da PGFN (Lei Complementar exclusiva para a PGFN).

Com informações da diretora Cultural e de Eventos do SINPROFAZ, Deysi Cristina Da'Rolt.

São Paulo

O debate institucional em São Paulo ocorreu no dia 11 de março com a presença de 53 PFNs. Desse total, o SINPROFAZ, conforme Ata da reunião do VIII Encontro Nacional, providenciou os meios para que colegas de outros estados participassem: dois PFNs do interior de São Paulo, dois do estado do Paraná e um do estado do Mato Grosso do Sul. Vários PFNs fizeram uso da palavra após a abertura da reunião pelo presidente do Sindicato, João Carlos Souto.

Em resumo, os que se filiaram (minoria) à tese da permanência da dupla vinculação argumentaram que a situação circunstancial, de eventual e provável condição melhor da AGU, não deve e não pode guiar os PFNs a

mudança tão radical.

A maioria, que se filiou à tese da vinculação exclusiva à AGU, asseverou que a vinculação natural da PGFN é essa, ao "Ministério Jurídico". Reiterou a questão da falta de estrutura da PGFN, e por outro lado, dos avanços da AGU. Alguns PFNs demonstraram não estar ainda suficientemente maduros para uma tomada de decisão (em São Paulo esse contingente é muito maior do que nas duas outras cidades em que houve debate).

O resultado da votação foi o seguinte: 9 favoráveis à vinculação exclusiva à AGU; 6 pela dupla vinculação e 12 indecisos. Assim, dos 53 inicialmente presentes, somente 27 participaram da votação.

A praça que dividiu Brasília

Para marcar e comemorar os 50 anos de Brasília no ano que vem, o representante da arquitetura moderna e um dos responsáveis pela construção da cidade, Oscar Niemeyer, projetou a construção de uma praça com o sugestivo título de “Praça da Soberania”.

A simples divulgação da obra por Niemeyer suscitou enorme polêmica. A pretensiosa edificação dividiu opiniões de moradores, arquitetos e de órgãos públicos que se manifestaram contra e a favor da proposta.

No projeto original, a praça abrigaria, além de um obelisco inclinado de 100 metros de altura, um memorial dos ex-presidentes da República e seria erguido no canteiro central da Esplanada dos Ministérios, entre o Teatro Nacional e o Museu da República, a 400 metros da Rodoviária do Plano Piloto, coração da capital do Brasil.

Em defesa da Praça da Soberania, Niemeyer escreveu artigos e chegou a propor a formação de uma comissão de notáveis para avaliar o projeto, mas foi vencido pelos fatos: a polêmica criada e a crise financeira que afugentou investimentos em novas obras públicas.

A praça que dividiu Brasília e ocupou por dez dias o noticiário da imprensa levantou questionamentos sobre o tombamento da cidade como patrimônio da humanidade, a impossibilidade de mudanças no seu projeto arquitetônico e o futuro da cidade que os moradores querem e almejam. Em enquete realizada pelo jornal Correio Braziliense, com a participação de 4 mil internautas, mais de 70% dos brasilienses disseram não à construção do obelisco.

Diante da celeuma criada em torno da Praça da Soberania, restou a Niemeyer, que se encontra no

auge dos 101 anos de vida, ofuscar a idéia e o desejo da construção de mais essa obra. No entanto, conforme escreveu para os anais da história da capital e do País, manterá viva a esperança de, quem sabe um dia, a sua realização voltar a ser cogitada. Aí, possivelmente, a praça voltará a dividir Brasília.

Outra possibilidade em discussão é o cinquentenário de Brasília ser tema de uma escola de samba do Carnaval carioca em 2010 e o pomposo monumento de Niemeyer desfilarem em um carro no Sambódromo por ele projetado há exatos 25 anos. Na parceria com o carnavalesco Joazinho Trinta, caberá ao arquiteto desenhar o principal carro do desfile e ao carnavalesco o enredo da escola. De concreto, a praça que dividiu Brasília poderá se transformar em verso e rima, alegrar os brasilienses, demais brasileiros e contagiar o mundo.





Sumário

- 5 | Procurador-Geral Luís Inácio Lucena Adams fala à Revista Justiça Fiscal
- 6 | Fala PFN com André Augusto Burigo
- 7 | Constitucionalista Luís Roberto Barroso comenta ativismo das Supremas Cortes
- 9 | Um advogado público na Câmara Legislativa do DF
- 10 | Justiça Fiscal entrevista presidente do IPEA
- 12 | Reflexão sobre a crise econômica mundial
- 15 | Como evitar que o Brasil se transforme em paraíso fiscal
- 18 | Sindicato realiza seminários regionais sobre Justiça Fiscal
- 19 | As novidades da Coluna Para Ler
- 20 | Entrevista com o Corregedor-Geral da Advocacia da União
- 23 | Prata da Casa – Com a palavra os PFNs Cláudio Xavier e Flávia Caramachi
- 24 | De São Bernardo do Campo a Londrina, a trajetória de uma jovem PFN
- 26 | Artigo – Mercosul: uma questão de soberania
- 29 | A proliferação de shopping centers pelo Brasil
- 31 | Centro de Estudos debate ativismo judicial na Suprema Corte Americana
- 35 | Artigo coloca em pauta proporcionalidade administrativa-tributária
- 43 | Qualidade de vida – A onda dos clubes de corrida

Uma experiência gratificante

A Revista Justiça Fiscal nasceu com um propósito muito claro e definido de ser um veículo de informação, entretenimento e reflexão de temas relevantes para a Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, para a comunidade jurídica e para a sociedade brasileira.

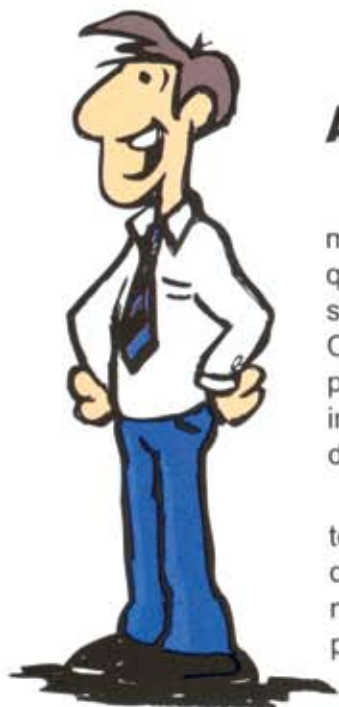
Acolhe um outro objetivo específico e de igual relevância dos anteriormente mencionados: servir como instrumento de divulgação da Semana Nacional da Justiça Fiscal, e, por óbvio, da Justiça Fiscal, que lhe dá nome e vida.

O primeiro número da Revista Justiça Fiscal circulou em março de 2009. Pensar, pautar, dirigir e compartilhar detalhes dessa primeira edição foi para mim uma experiência extremamente gratificante. O estado de felicidade se completou com a repercussão na Carreira e perante atores políticos. Recebemos 20 manifestações por escrito de Procuradores da Fazenda Nacional nos parabenizando pelo formato e conteúdo da Revista. Além dessas recebemos inúmeras outras pessoalmente e por telefone, dos mais diversos segmentos da sociedade.

Este segundo número que ora apresentamos segue idêntica trilha, com idêntico corpo técnico, formado por uma superequipe de cinco pessoas: diretor, jornalista, diagramadora, estagiário e fotógrafo. Introduzimos a partir desta edição uma seção dedicada a um artigo especial, com espaço mais largo para a reflexão de tema jurídico de inegável importância. Essa seção, sempre no final da revista, será identificada pelas páginas na cor azul.

Atenciosamente,

João Carlos Souto
Presidente do SINPROFAZ
Diretor da Revista Justiça Fiscal



ALAOR, O PROCURADOR

Alaor desde a adolescência revelou enorme consciência do mundo em que vive. Sempre esteve preocupado com a qualidade de vida, com o meio ambiente, com a educação, a saúde e a segurança dos brasileiros. Nunca teve dúvida da Carreira a seguir. Tornou-se Procurador da Fazenda Nacional porque sempre acreditou que essa Carreira lhe possibilitaria implementar a Justiça Fiscal, o modo mais rápido e eficaz de distribuição de Justiça Social.

De agora em diante, as tiras do Alaor estarão presentes em todas as edições de nossa Revista Justiça Fiscal. Vão abordar diversas situações comuns não apenas aos Procuradores, mas a todos os cidadãos que, como Alaor, acreditam ser possível viver em um Brasil melhor e mais justo.

ALAOR, O PROCURADOR



ALAOR, O PROCURADOR



Procurador-Geral comenta temas de interesse da carreira

O Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Luís Inácio Lucena Adams, recebeu a reportagem da Revista Justiça Fiscal para comentar temas de interesse da carreira. Ele avaliou muito positivamente a iniciativa do SINPROFAZ em propor a criação do Dia Nacional da Justiça Fiscal. Adams também falou sobre a carreira de apoio da PGFN e o projeto de lei geral de transação.

Justiça Fiscal

O primeiro fiscal tributário é o próprio contribuinte. As iniciativas, em geral, que têm a dimensão de legitimar o pagamento de tributos são meritórias. A Justiça Fiscal guarda em si esta idéia. É essencial aos Procuradores da Fazenda e à Administração Tributária mostrarem a importância da arrecadação justa, correta, legítima, enfim, arrecadação consistente. Isso assegura mais qualidade ao nosso trabalho. Louvo a iniciativa do SINPROFAZ porque acredito que a entidade sindical, além das demandas específicas da carreira, tem que ser capaz de participar de movimentos maiores, a exemplo da Semana Nacional da Justiça Fiscal.

Carreira Fazendária

É fundamental compreender que esta carreira atenderá a todo o Ministério da Fazenda, não só à PGFN, não será exclusiva à Procuradoria. Terá que ser focada de maneira a otimizar aquilo que considero um ponto chave do nosso processo de trabalho: a integração entre Procuradoria e Receita. O primeiro foco para o qual esse quadro de novos servidores deve ser dirigido é para o atendimento unificado na administração. Mais do que ficar "loteando" o número de servidores entre as



organizações - Procuradoria, Receita e as outras Secretarias e Ministérios que têm necessidades - temos que racionalizar e mudar substancialmente a forma de trabalhar.

Carreira de Apoio

Evidentemente, há um segundo aspecto, e esse não pode ser desconhecido, que é a necessidade específica de pessoal de apoio para atender à PGFN. Em vários órgãos da Procuradoria, absorvemos servidores do quadro de anistiados, o que ainda é insuficiente por causa de grande carência de pessoal. Trabalhamos ainda com a perspectiva de absorção de uma parte do pessoal do Serpro. De qualquer maneira, o concurso para a carreira fazendária é o primeiro de uma sequência. Existe também a possibilidade de aumento em 50% do número de vagas, passando de dois mil para três mil servidores para o Ministério da Fazenda como um todo.

O primeiro quadro vem no foco de nível médio nível e a expectativa da etapa subsequente é realizar concurso para vagas de nível superior. Com esse quadro de nível superior,

podemos suprir algumas áreas como informatização, cálculos, apoios às coordenações centrais, Procuradorias, órgão central e órgãos regionais com vistas a dar uma maior estrutura, uma maior capacidade de comando, de revitalização das nossas atividades. A fonte é a mesma, o desafio é a gente conseguir dar prioridade à Procuradoria.

Lei Geral de Transação

Esta matéria faz parte do grupo de quatro proposições assinadas pelo Presidente Lula com objetivo de estabelecer novo modelo de cobrança tributária. São os projetos de lei de nova execução fiscal, transação em matéria tributária, alterações gerais na legislação tributária e um projeto de lei complementar que sugere modificações no Código Tributário Nacional. Esses temas foram incluídos no II Pacto entre os Poderes e visam reduzir os custos de administração do sistema de cobrança, estimular o pagamento ou o parcelamento de créditos, reduzir litígios e evitar a criação de passivos por demandas em excesso no contencioso administrativo ou judicial. ■

Ativismo das Supremas Cortes em debate



O presidente do SINPROFAZ, João Carlos Souto, que também é professor universitário e autor de “Suprema Corte dos Estados Unidos - Principais Decisões” conduziu entrevista com um dos maiores constitucionalistas brasileiros, o professor Luís Roberto Barroso. Advogado desde 1981, Barroso é professor do curso de pós-graduação em Direito da UERJ, doutor em Direito pela UERJ e LL.M pela Yale Law School. Membro da Comissão Permanente de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros, já integrou a Comissão de Estudos Constitucionais da Ordem dos Advogados do Brasil. É autor de diversos livros e artigos publicados em revistas especializadas, no Brasil e no exterior. Barroso é sócio sênior do escritório de advocacia Luís Roberto Barroso & Associados, sediado no Rio de Janeiro e com filial em Brasília.

Professor Souto: Quem mereceria, acaso existisse, o Prêmio Controle de Constitucionalidade, John Marshall ou Hans Kelsen?

Professor Barroso: John Marshall. Embora ele não tenha sido, propriamente, o inventor do controle de constitucionalidade, foi o primeiro a dar-lhe aplicação concreta explícita e bem fundamentada. Deve-se a Marshall a idéia de supremacia da Constituição e de que o Judiciário deveria ser o seu guardião. O modelo europeu, como se sabe, tinha a lei no centro do sistema, com supremacia do Parlamento. É certo que Hans Kelsen teve influência decisiva na criação das cortes constitucionais européias, a começar pela da Áustria. Porém, embora ele tenha concebido uma fórmula proceduralmente diferente de controle de constitucionalidade, o que ele fez foi aplicar a idéia de supremacia e de controle dentro do contexto europeu. A grande contribuição de Kelsen foi para a teoria do Direito, e não propriamente para o controle de constitucionalidade.

Professor Souto: Qual avaliação que o senhor faz acerca do modelo francês de controle de constitucionalidade das leis? O Conseil Constitutionnel

é um modelo a ser seguido?

Professor Barroso: O modelo francês é bastante peculiar, distinto do controle incidental americano e do controle concentrado europeu. Ele herdou da Revolução Francesa uma certa desconfiança em relação ao Poder Judiciário, o que levou à criação do Conselho Constitucional como um órgão de natureza política. Além disso, outra herança da Revolução é a valorização da lei e do Parlamento, que conduziu a um modelo de controle prévio de constitucionalidade: apenas projetos de lei - e não leis já em vigor - podem ser objeto de controle pelo Conselho Constitucional. Em 2008, a Constituição francesa passou por reformas que, em tese, irão aproximar a atuação do Conselho de Estado à de uma corte constitucional. É que a Corte de Cassação ou o Conselho de Estado poderão submeter ao Conselho Constitucional o exame da constitucionalidade de determinada lei, se assim alvitram. Pessoalmente, acho o modelo francês que vigorou até aqui muito ruim, responsável por um certo atraso teórico e jurisprudencial do direito constitucional francês, que ainda hoje é muito ligado à ciência política e não à concretização judicial

de direitos. Lá não houve a virada jurisprudencial que marca o direito constitucional contemporâneo na maior parte do mundo e, especialmente, no Brasil.

Professor Souto: O ativismo da atual composição do STF já foi visto antes em algum momento de nossa história republicana?

Professor Barroso: Certamente não. Deve-se distinguir judicialização e ativismo. A judicialização, no Brasil, decorre de três causas. A primeira foi a redemocratização, que produziu uma ascensão institucional do Judiciário, por um lado, e o avanço da cidadania, por outro. O Judiciário deixou de ser um departamento técnico especializado e tornou-se um poder político, que ocupa espaço relevante no imaginário da sociedade. De outra parte, as pessoas passaram a ter mais consciência dos próprios direitos e passaram a postulá-los com mais desenvoltura perante juízes e tribunais. A segunda causa é a constitucionalização abrangente adotada pela Constituição de 1988, que cuida de um espectro muito amplo de temas. Constitucionalizar é, em última análise, tirar da política e trazer para o Direito. As normas

constitucionais passaram a servir de fundamento para inúmeros pleitos judiciais, que vão do direito à saúde à proteção do meio ambiente. A terceira e última causa é o modelo de controle de constitucionalidade que vigora no país. Existe a fiscalização incidental, pela qual todo juiz de direito é um intérprete da Constituição e pode aplicá-la diretamente, inclusive para negar aplicação a normas infraconstitucionais. E existe o controle por via principal, que faz com que qualquer questão relevante, do ponto de vista político ou moral, possa ser levada diretamente ao STF, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade, de constitucionalidade ou de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Professor Souto: E o ativismo?

Professor Barroso: O ativismo é primo da judicialização. Frequenta os mesmos ambientes, mas não tem exatamente as mesmas causas. O ativismo é uma atuação proativa do Judiciário, expandindo o sentido e o alcance da Constituição para tratar de situações que não foram expressamente contempladas, quer pelo constituinte, quer pelo legislador ordinário. O ativismo é uma atitude e ele se manifesta – como no caso brasileiro – em momentos nos quais há uma retração do Legislativo. Há uma crise de representatividade e de funcionalidade no Legislativo que fez com que o Judiciário ocupasse mais espaço, atendendo ele próprio certas demandas da sociedade que o Congresso não tem podido ou não tem conseguido atender.

Professor Souto: Tenho a impressão que no caso *Korematsu v. United States* o voto vencedor do Justice Hugo Black estava mais ajustado à realidade do que os votos vencidos, o que o senhor pensa a respeito?

Professor Barroso: Há uma frase que se utiliza nos Estados Unidos que diz: “Hard cases make bad Law”. Situações difíceis produzem

mau direito. Pessoalmente, acho que *Korematsu* foi uma decisão pouco feliz, produzida durante a Segunda Guerra Mundial, que confinou os cidadãos de origem japonesa a determinadas áreas, sob a suspeição generalizada de que todos e cada um poderiam estar espionando para o inimigo. Em seu voto, escreveu o Justice Black que “a cidadania traz consigo suas responsabilidades além de seus privilégios, e em tempo de guerra o fardo é sempre maior”. Afirmou, assim, que o confinamento de *Korematsu* correspondia - não a uma discriminação contra ele - mas a um esforço de guerra no sentido de impedir a espionagem japonesa em território norte-americano. É possível tentar compreender esta

O ativismo é primo da judicialização. Frequenta os mesmos ambientes, mas não tem exatamente as mesmas causas

decisão dentro do contexto adverso da guerra, mas não justificá-la. Vale dizer: é possível entendê-la, mas não defendê-la.

Professor Souto: Quem é mais conservador William Rehnquist (enquanto presidiu a Suprema Corte) ou John Roberts, o atual Chief Justice?

Professor Barroso: É cedo para fazer essa comparação. Rehnquist presidiu a Corte por quase 20 anos, ao passo que Roberts está lá há pouco mais de três. Mas penso que a Corte Rehnquist representará mais para a agenda conservadora do que a Corte Roberts. Em primeiro

lugar, Rehnquist tinha uma posição ideológica mais nítida e até alguma ambição teórica, ao passo que Roberts parece mais pragmático na condução da Corte, é mais preocupado em produzir consenso, o que naturalmente conduz a uma posição mais moderada. Segundo, porque os tempos mudaram. Rehnquist presidiu a Corte durante a era Reagan e Bush, com o intervalo de Clinton, que fez duas nomeações para a Corte, sem afetar substancialmente o equilíbrio vigente. Roberts presidirá na era Obama, marcada por uma visão mais aberta e liberal. O contexto político e social, aliado às novas nomeações, certamente empurrarão a Corte da direita para o centro. Talvez até um pouco mais para a esquerda, dependendo do número de vagas que se abram.

Professor Souto: A juíza Sonia Sotomayor, escolha do Presidente Obama para o lugar de Justice David Souter, será crucial para a manutenção de decisões como *Roe v. Wade*?

Professor Barroso: Se vier a ser confirmada pelo Senado, como é provável, Sonia Sotomayor deverá garantir a manutenção da decisão em *Roe*. Na verdade, nem mesmo nos períodos mais conservadores da Suprema Corte nos últimos anos, se conseguiu reverter esse precedente que legitima o aborto até o terceiro mês de gestação. Porém, em inúmeras outras decisões, a Corte restringiu esse direito, sobretudo aos mais pobres, validando leis que proibiam o financiamento público de abortos, isto é, para fazer uma analogia com o Brasil, que ele fosse realizado na “rede pública” de saúde. Muitos estados fizeram isso. Outros passaram a exigir certas notificações e autorizações prévias, que igualmente dificultavam a liberdade de quem queria realizar a interrupção da gestação. A presença dela poderá conter esse impulso restritivo, que pela criação de restrições e dificuldades, dificultam o exercício do direito. ■

Ipea, um novo papel

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (Ipea), desde a posse do economista e professor Márcio Pochmann, vem passando por importantes transformações, com o redirecionamento das linhas de pesquisas. Em lugar da lógica fiscalista, focada na crítica ao aumento da despesa, o órgão tem debatido o papel e a importância do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, assim como o impacto dessas políticas nas arenas regulatórias, distributivas e redistributivas. Pochmann tem sido um dos mais ativos debatedores dos problemas estruturais e conjunturais do País. Ele falou à reportagem da Revista Justiça Fiscal sobre as causas e efeitos da crise, o tamanho da máquina pública, o emprego e também a campanha do SINPROFAZ sobre o funcionamento e a forma de arrecadação dos tributos no País.

Justiça Fiscal

A Justiça Fiscal possui duas pernas, a da receita e a da despesa. Ela não acontece apenas na arrecadação, mas também no gasto. A justiça na forma de arrecadar é um dos elementos constitutivos do padrão de desenvolvimento de um País. Existe, no caso brasileiro, uma brutal injustiça na tributação, que onera fundamentalmente o mais pobre. O gasto em nosso País, de certa forma, tem sido mais redistributivo que a arrecadação.

Há uma enorme ignorância a respeito de como funcionam os tributos e como se arrecadam os impostos no País. Só com uma sociedade informada e consciente haverá pressão social por uma reforma tributária que leve à justiça fiscal. Existe espaço para o tema da justiça tributária e os sindicatos são fundamentais nesse processo.

Emprego

Depois de muito tempo em que o Brasil praticamente não crescia, como foi na década de 90, o País teve, nos últimos quatro anos, um ciclo no



qual não apenas o crescimento foi maior como também os seus resultados, de certa forma, foram melhor partilhados em termos de avanços sociais. Houve melhor redistribuição de renda, expansão do emprego, melhor estruturação do mercado de

trabalho e até redução na taxa de desemprego. Essa trajetória, entretanto, foi provisoriamente interrompida pela contaminação do Brasil pela crise internacional, a partir de outubro de 2008.

A análise do comportamento do mercado de trabalho evidencia que, a partir de outubro, houve uma forte regressão na geração de empregos formais. Isso ocorreu até mesmo em janeiro deste ano e a partir de fevereiro há uma lenta recuperação. Os últimos dados existentes, relativos ao mês de abril, mostram que o País já está gerando emprego, ainda que em número equivalente apenas a um terço de empregos gerados para o mesmo mês no ano passado. Mas estamos muito longe das necessidades de emprego para aqueles que chegam ao mercado de trabalho.

Causas e natureza da crise

A crise financeira não tem como única causa a ausência de regulamentação do sistema financeiro, como afirmam os analistas e presidentes dos países centrais. Na

opinião de Pochmann, a crise é estrutural e suas raízes estão centradas no tripé inovações financeiras, terceirização e commodities.

Para ele, as inovações financeiras, que foram sendo constituídas ao largo de qualquer regulação, permitiram que formas de aplicação não financeiras, através de derivativos, se dessem sem estar contabilizadas nos próprios orçamentos, nos próprios balanços, criando um falso ambiente de prosperidade. O desafio hoje é constituir um novo padrão de financiamento de médio e longo prazos em substituição aos derivativos.

Outra causa da crise, relacionada ao padrão de produção asentado na terceirização, levou ao deslocamento da produção de um país para outro com custos diferentes, e ao rebaixamento da renda dos trabalhadores de países produtores a partir da ameaça de transferência da produção para outras localidades, com custos mais baixos. Isso, segundo o presidente do Ipea, levou a população a manter o seu nível de consumo não mais com a renda do trabalho, mas sim com base no endividamento.

Por fim, a problemática dos commodities, que fizeram com que muitos países se especializassem em produtos com baixo valor agregado, basicamente para participar desse mundo em que você produz bens de baixo valor agregado, renumera pouco a população, na verdade criando uma especialização que é muito dependente desse ciclo de expansão.

A crise é estrutural e suas raízes estão centradas no tripé inovações financeiras, terceirização e commodities



Tamanho da máquina pública

A visão neoliberal criou o mito de que no Brasil existem funcionários em demasia, que o Estado é enorme, está inchado. Quando se faz uma análise, considerando quem são os funcionários públicos no Brasil e se compara com o total de ocupados, percebe-se, na verdade, que não há número em demasia, pelo contrário, faltam funcionários públicos.

A crítica ao Governo Lula, que está ampliando o número de concursos, é equivocada e parte da visão conservadora de que o Estado está permeado de funcionários que não fazem

nada. Mas, quando se analisa a composição dos funcionários públicos, se percebe que 70% deles praticamente são constituídos de profissionais vinculados às áreas de saúde, educação e segurança. Quer dizer, todo o argumento que diz que precisaria cortar ainda mais o gasto, sobretudo de funcionários públicos, equivale a dizer que o povo não tem necessidade de educação, saúde e segurança de qualidade fornecidos pelo Estado.

Temos uma longa batalha pela frente, que é recuperar o papel do Estado no Brasil e, mais do que isso, refundá-lo em novas bases porque acreditamos, inclusive, que a forma com que o Estado funciona hoje não é contemporânea para os desafios do século XXI. Nós temos um estado organizado por setores quando, na verdade, a problemática atual envolve uma ação matricial, uma concepção totalizante dos problemas. ■

Dia Nacional da Justiça Fiscal em debate na Câmara

A campanha do SINPROFAZ pela criação do Dia Nacional da Justiça Fiscal ganhou voz na Câmara dos Deputados com a realização de audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação. A reunião ocorreu em 17 de março, dia proposto pelo Sindicato para que o País comemore anualmente a data.

O requerimento para promoção da audiência foi apresentado pelo deputado Virgílio Guimarães (PT/MG). O parlamentar mineiro e outros 15 deputados compareceram à reunião presidida pelo deputado Vignatti (PT/SC). Procuradores da Fazenda, operadores do Direito e estudantes lotaram a sala de reuniões da Comissão de Finanças em incontestável demonstração de apoio à iniciativa do Sindicato. Representantes das entidades que integram o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal também atenderam ao convite do Sindicato: o presidente da ANAUNI, André Alcântara; o presidente da APBC, Danilo Takasaki; o secretário-geral da ANPAF, Ricardo Franco Neto; e o secretário-geral do Fórum, Jorge Messias.

A mesa diretora da sessão foi composta pelo presidente do SINPROFAZ, João Carlos Souto; o Advogado-Geral da União Substituto, Evandro Gama; o presidente do ETCO André Franco Montoro Filho; o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Luís Adams; e o vice-presidente do Conselho Federal



da OAB, Vladimir Rossi. Todos os membros da mesa fizeram uso da palavra, elogiando a iniciativa da Semana Nacional da Justiça Fiscal e do Dia Nacional da Justiça Fiscal.

Nos pronunciamentos, os deputados presentes sugeriram que no próximo ano seja feito um movimento ainda maior com participação das duas Casas Legislativas e envolvimento da sociedade.

Além dos nomes já citados, participaram da audiência os seguintes deputados: Pepe Vargas (PT-RS), Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), Júlio César (DEM-PI), Eduardo Amorim (PSC-SE), Gladson Cameli (PP-AC), Marcelo Castro (PMDB-PI), Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), Vicentinho Alves (PR-TO), Guilherme Campos (DEM-SP), Ilderlei Cordeiro (PPS-AC), Júlio Semeghini (PSDB-SP), João Dado (PT-SP), João Oliveira (DEM-TO) e Adilson Soares (PR-RJ).

Em debate profícuo, “o SINPROFAZ e a Carreira de Procurador da Fazenda Nacional plantaram uma semente e foram protagonistas ao propor uma agenda polêmica, positiva, simpática, instigante”, avalia o presidente João Carlos Souto. “Ocupamos espaço. Desfraldamos uma bandeira. Não inventamos a roda, mas estamos convidando a sociedade brasileira a uma reflexão, concentrada numa data, mas não exclusivamente nela”.

PFN destaca importância do intercâmbio entre órgãos da Casa

No segundo número de *Justiça Fiscal*, abrimos espaço para divulgação da dinâmica de trabalho dos PFNs lotados na seccional de Londrina. Os principais problemas enfrentados pelos Procuradores no exercício de suas atribuições foram compartilhados com o conjunto da carreira

Prata da Casa

Vocação para atuar na advocacia pública

Nascida e criada no interior de São Paulo, a Procuradora Flávia Caramachi foi para Londrina em 1999 para cursar Direito na Universidade Estadual. Colou grau em março de 2004 e logo passou no exame da OAB. Desde então, passou a dedicar-se integralmente à preparação para concursos públicos. Fez várias provas, para carreiras jurídicas, mas sempre teve tendência às carreiras da advocacia pública. No final de 2005, foi aprovada no concurso da Procuradoria do Estado de São Paulo. Em março de 2006, tomou posse como Procuradora do Estado de São Paulo, exercendo atividades na cidade de Marília até dezembro do mesmo ano. Antes mesmo de entrar em exercício na PGE/SP, Flávia prestou concurso para PFN. Ela lembra que recebeu a notícia da aprovação no primeiro dia de exercício naquela carreira estadual. Em dezembro de 2006, tomou posse na PFN para exercício em São Bernardo do Campo/SP.

A estréia na PFN
Quando ingressou na seccional de São Bernardo do Campo, a unidade funcionava no prédio da PSFN/Santo André/SP. Flávia e os colegas recém-empossados viveriam uma situação de veras atípica naquela seccional. Além dos problemas que os PFNs diuturnamente encontram em seu dia-a-dia, aquela unidade experimentava a remoção de todos os seus procuradores, salvo o seccional. "Chegávamos todos, recém ingressos na carreira, para ter nosso primeiro contato com os processos judiciais e administrativos da União, sem ter a quem recorrer. Enchíamos o sempre pronto Dr. Alexandre Carnevali de questionamentos, quem, com muita paciência, nos auxiliava", rememora a PFN. De São Bernardo do Campo, a Procuradora mudou-se para Maringá-PR em maio de 2007. Lá ficou até a remoção para Londrina, em outubro de 2008, onde atualmente está lotada.

Seccional de Londrina
Em Londrina, há 13 procuradores em exercício para atender nove Varas Federais, aproximadamente 30 comarcas que distam até 200 Km da seccional, além de 17 varas do trabalho. A unidade mantém oito estagiários que trabalham meio-período auxiliando os PFNs nos processos judiciais, três servidores de carreira, dois servidores cedidos de outros órgãos, um motorista e alguns terceirizados, que exercem toda a função administrativa e de apoio aos Procuradores. Muitas vezes os próprios Procuradores fazem fotocópias, ofícios, entre outros, o que tolhe a atuação mais detidamente na elaboração de teses jurídicas ou maiores esforços na recuperação do crédito tributário.



24 Junho • 2009

Justiça Fiscal



Sumário

4	Confirmada a data do IX Encontro Nacional de PFNs
5	JF entrevista ministra do STJ, Eliana Calmon, que completa 10 anos na Corte
8	Especialista analisa Judiciário brasileiro
10	Pré-Sal e o debate do meio ambiente
12	A discussão do pré-sal no Congresso
13	Para Ler divulga novidades acadêmicas de PFNs
14	PFN atuou no Cade para combater abuso do poder econômico
16	Projeto dificulta abertura de empresa fantasma
18	Procurador Federal e ex-deputado faz balanço de atuação no Legislativo
20	SINPROFAZ sob nova direção
22	Dias Toffoli toma posse como ministro do STF
24	A saga de quem pretende ingressar no serviço público
26	STF confirma extinção do crédito-prêmio IPI a partir de 1990
28	Fórum Nacional lança campanha dos honorários advocatícios
28	IPET realiza mais uma edição de Congresso de Direito Tributário
29	Artigo fundamenta argumentos da campanha dos honorários
30	PFN assume comando da Advocacia-Geral da União
31	Atuação em prol da Advocacia Pública no Congresso Nacional
32	Movimento estudantil, ontem e hoje
34	Por dentro da TV Justiça: o desafio de aproximar sociedade do ambiente jurídico
38	Mercado de trabalho e a inclusão de pessoas com deficiência
40	A atividade consultiva do Advogado Público
44	O papel da Advocacia Pública na visão do deputado federal Marco Maia

Caro Leitor,

A Revista Justiça Fiscal chega a sua terceira edição, consolidando um novo canal de comunicação com a carreira de Procurador da Fazenda Nacional, com a comunidade jurídica e com a sociedade em geral, em consonância com os ideais que nortearam sua concepção.

A nova Diretoria do SINPROFAZ (Gestão 2009-2011), com muita satisfação, dá seguimento a essa já vitoriosa iniciativa editorial, dirigida com competência pelo Dr. João Carlos Souto, a quem honrosamente sucedemos à frente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional.

A excelente receptividade da Revista reforça a importância de continuarmos trilhando o caminho de divulgar, perante os mais diversos atores sociais, o ideal de uma sociedade mais justa, trazendo ao conhecimento de nossos leitores, entre outros temas, variados, o universo de atuação dos Procuradores da Fazenda Nacional. Sempre demonstrando a posição estratégica desta centenária carreira de Estado na busca da concretização da Justiça Fiscal.

O presente número, entre outros temas, traz informações sobre a campanha de Honorários Advocatícios, lançada pelo Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, em setembro passado, em concorrida sessão do Conselho Federal da OAB. Sobre a campanha é importante a participação de todos, reforçando perante os interlocutores políticos, nos Estados e Municípios, a razoabilidade do nosso pleito, inclusive ressaltando que muitos Procuradores de Estados e de Municípios recebem os honorários sucumbenciais que, conforme mote da campanha, é “direito de advogados públicos e privados”.

Boa leitura!

Anderson Bitencourt
Presidente do SINPROFAZ

Presença feminina no STJ completa dez anos

A ministra Eliana Calmon, primeira mulher a assumir uma vaga em tribunal superior no Brasil, compartilha com os leitores de *Justiça Fiscal* momentos especiais de uma década de atuação no STJ

A senhora passou pelo MPF antes de ingressar na magistratura. Em que medida as duas instituições contribuíram para sua realização profissional?

O meu ingresso no Ministério Público Federal foi a realização de um velho sonho, existente antes de eu ingressar na faculdade. Aliás, escolhi fazer direito para ser promotora (Ministério Público). Preparei-me, desde que me tornei bacharela, para ingressar no Ministério Público. Realizei-me como profissional, fiz belíssimas amizades na instituição e não foi fácil tomar a decisão de deixá-la para ingressar na magistratura.

A Magistratura sempre foi uma vocação? Estava nos planos da ministra desde a universidade?

A pergunta já foi parcialmente respondida com a primeira resposta e aqui irei apenas complementar. A magistratura funcionou como opção, quando passei a me sentir sem independência para atuar como Ministério Público. Era 1978, e a instituição encontrava-se inteiramente submetida ao Executivo.

Avaliando a situação político-institucional da época, entendi que no Poder Judiciário dava-se aos seus integrantes maior liberdade. Assim, ingressei na magistratura em 1979 e descobri que fizera uma boa escolha. A estrutura do



Arquivo STJ



Judiciário, a maior liberdade dos magistrados, a recepção social das decisões judiciais e a imediatidade do resultado da prestação jurisdicional fizeram-me uma juíza assumida e feliz.

Depois de 20 anos de exercício na Magistratura, a senhora chegou ao STJ como a primeira mulher a assumir uma vaga em tribunal superior. Quais são as principais lembranças dos primeiros anos nesta Corte que, até então, era composta somente por homens? Que portas a senhora abriu para as mulheres?

Em primeiro lugar quero deixar registrado que a chegada da primeira mulher ao STJ não ocorreu por um acaso e sim pelo amadurecimento do tribunal quanto ao ingresso de mulheres para compor a Corte. Alguns ministros estavam premidos pela realidade, não poderiam mais postergar. Outros entendiam que era necessário abrir espaço para as mulheres, como manifestação de cidadania.

A partir dessa postura não foi tão difícil enfrentar a Corte Masculina. Mesmo assim, tive o cuidado de me manter equidistante de qualquer divisão de gênero, agindo com independência e naturalidade, sem sequer anotar as pequeninas manifestações de desagrado, ocorridas em pouquíssimas oportunidades.

Entretanto sempre entendi que tinha no Tribunal papel de representação das mulheres brasileiras, alavancadas por tantas e tantas associações e entidades feministas e sempre procedi em sintonia com os movimentos feministas, quando fora da estrita atividade jurisdicional. O certo é que, meses depois da minha chegada, os ministros do STJ escolheram uma mulher para compor a lista tríplice enviada ao Presidente da República e dez anos depois conta o STJ com cinco ministras.

Com 10 anos de atuação no STJ, é possível identificar/escolher o momento mais especial para a senhora? Um julgamento que considere histórico ou uma decisão que tenha marcado sua trajetória profissional neste período?

Pode parecer estranho, mas nesses dez anos eu tenho todos os momentos como importantes, principalmente nas sessões de julgamento. Entretanto, um momento especial me emocionou. Quando da instalação da ENFAM - Escola Nacional de Formação da Magistratura, instituição à cargo do STJ, criada pela EC n. 45 - Reforma do Judiciário, foi prestada uma homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo, o grande idealizador da Escola Nacional, aposentado prematuramente por força de grave enfermidade. Coube-me saudar o Ministro Sálvio em nome da Corte. Foi a primeira vez que uma mulher falou em plenário, em nome do STJ. Poucas pessoas notaram ou souberam, mas para mim foi de uma significação imensurável. Falei no momento em que se instalava a Escola Nacional de Magistratura, pela qual lutei durante toda a minha carreira, quando ninguém, ou quase ninguém acreditava no que eu pregava. Falei no momento em que via nascer o ideal maior de um ministro que depois de trabalhar arduamente pela ENFAM, não mais estava na Corte, por razões alheias à sua vontade, o homenageado Ministro Sálvio de Figueiredo. Falei como mulher, como magistrada, como professora, como amiga do

Ministro Sálvio, o grande arquiteto, também, da feminilização da magistratura. Entendi que a escolha não poderia ser mais perfeita, afinal, naquele momento eu representava todos os seguimentos que se fez presente no STJ, para homenagear o Ministro Sálvio.

Ainda há poucas mulheres ministras de tribunais superiores, apesar do aumento da presença feminina na esfera federal e nas esferas inferiores da magistratura. Isso é uma particularidade do Brasil ou é também o retrato de outros países?

A realidade brasileira não é diferente da vivência de outros países civilizados, haja vista a Corte Suprema Americana que tem apenas duas mulheres. A explicação está na própria história da mulher. Afinal, a mulher só passou a ser considerada como força de trabalho, como profissional, a partir do momento em que pode autodeterminar-se, quando da descoberta dos meios anticoncepcionais, surgidos em escala comercial no final dos anos 50.

Dentro de uma realidade tão recente, por volta de cinquenta anos, é natural a defasagem, o que tende a melhorar com o tempo. Portanto, é uma questão de esperar, o que, entretanto, não pode nos levar a cruzar os braços. É preciso continuar a luta pela integral e incondicional igualdade social.

Por que não há mais mulheres ministras de tribunais superiores? É a reprodução da realidade brasileira em outras instituições assim como ocorre na política, em que as mulheres ainda precisam de quotas para assegurar seu espaço/participação?

A inserção da mulher no Poder Judiciário foi a mais demorada. Quando o Brasil se preparava

para o Congresso Internacional de Mulheres na China, nos idos de 1995, verificaram as pesquisadoras que diferentemente do Poder Executivo e do Poder Legislativo, no Judiciário a base ostentava um grande número de mulheres magistradas, pois ingressavam na magistratura por concurso. Mas, a medida que se subia a escala de poder, menos mulheres apareciam, sendo que nos Tribunais Superiores e no STF nenhuma mulher conseguira chegar. À época da pesquisa, o Senado e a Câmara Legislativa já contavam com muitas representantes do sexo feminino, muitas eram prefeitas, deputadas estaduais e vereadoras, já existindo inclusive a política de cotas para as mulheres. Do mesmo modo o Executivo já contava com diversas Ministras de Estado.

A percepção da realidade levou os movimentos de mulheres a exigir do então Presidente da República uma posição clara para vencer a desigualdade. Foi assim que o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou uma Carta de Intenções, na qual foi firmado o compromisso de serem indicadas mulheres para as Cortes Superiores, o que realmente aconteceu em 1999, com a minha nomeação para o STJ e no ano seguinte com a nomeação de Ellen Gracie para o STF.

Comente a participação da senhora como colaboradora do CFEMEA e da ABMCJ.

A ABMCJ – Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica é uma entidade com uma longa tradição no exterior, principalmente na França, onde nasceu, mas no Brasil padece de uma fragilidade institucional muito grande, principalmente porque tem objetivos muito difusos e abriga profissionais dos

mais diversos segmentos, inclusive advogadas ou bacharelas que não mais advogam, mas se mantêm unidas à associação como uma espécie de clube recreativo. Gosto imensamente da instituição ABMCJ pela força que as suas integrantes, de todo o país deram por ocasião da minha nomeação para o STJ. Cada associada sentiu-se um pouco ministra e assim externaram os seus sentimentos de solidariedade e companheirismo, muitas vezes até comoventes. Na ABMCJ convivo com amigas e algumas mulheres fantásticas com um histórico de luta pela cidadania fascinante.

O Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria é uma entidade seríssima que se dedica a estudos e assessoramento, inclusive aos órgãos governamentais, tais como o Senado e a Câmara dos Deputados sobre a política de interesse da mulher. É altamente técnico, sem nenhuma conotação político-partidária e me mantém atualizada pelas informações transmitidas.

Como foram os anos dedicados ao magistério? A senhora ainda pretende voltar a lecionar?

Talvez os melhores da minha vida. Sou professora de vocação, adorava a vida acadêmica e me sentia rejuvenecida pelo contacto

diuturno com os alunos, os jovens, as novas idéias e a irreverência. Tive uma ativa vida de magistério, e muito aprendi ensinando. Lamentavelmente, ao ingressar no TRF 1ª Região, entendi que não poderia continuar a servir a dois senhores e fiz a opção pela magistratura.

Na sua época de Faculdade de Direito, na Bahia, quais foram os professores que eram referências no magistério superior?

Dentre vários outros professores, destaco: Orlando Gomes (Direito Civil), Raul Chaves (Direito Penal), Calmon de Passos (Processo Civil) e Lafaiette Pondé (Direito Administrativo)

Como tem sido a experiência no TSE? Quais são as expectativas da ministra para as eleições gerais de 2010? E os principais desafios da Corte diante das mudanças na legislação eleitoral em debate no Parlamento, especialmente no que diz respeito ao uso das ferramentas da internet nas campanhas?

No TSE tenho funcionado, esporadicamente como suplente, o que não me dá uma visão inteira do que seja a Corte Eleitoral. A minha vivência com a Justiça Eleitoral não é grande. Estive apenas por dois anos no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, enquanto era Juíza Federal naquele Estado.

É uma Corte eminentemente técnica e assume maior importância quando se prepara para enfrentar as eleições de 2010, quando será eleito o novo Presidente da República.

Não sou muito afeita à legislação eleitoral, extremamente casuística e de uma rapidez inacreditável. Não é uma justiça bonita é, vamos dizer assim, uma justiça casuística.

Entretanto, encanta-me a serenidade e bom convívio entre os colegas. ■



Um poder em transformação



Maria Tereza Sadek

Em rápida passagem por Brasília, a professora recebeu a reportagem da revista *Justiça Fiscal* para uma análise do Poder Judiciário brasileiro cinco anos após as mudanças promovidas pela Emenda Constitucional 45

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e professora titular na pós-graduação da instituição, Maria Tereza Sadek acabou se tornando referência no país em outra área de estudo – o Poder Judiciário. Além das pesquisas, a professora leciona em institutos superiores da Magistratura e do Ministério Público e faz parte do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo. O interesse pelo Poder Judiciário surgiu no início dos anos 90, com estudos sobre a Justiça Eleitoral. Quase duas décadas depois, a professora fala sobre as principais transformações nesse período e o atual panorama do setor.

Momentos importantes

Nas últimas duas décadas, muita coisa mudou no Poder Judiciário. Um primeiro momento de transformação importante aconteceu com a promulga-

ção da Constituição de 88, que desenhou um judiciário como poder de Estado. Poder que rapidamente se tornou um relevante ator político. Houve um crescimento na estrutura e também na sua atuação. Como a Constituição consagrou uma série de direitos, o judiciário foi chamado a se pronunciar sobre muitos temas e a demanda aumentou consideravelmente.

Então chegamos a uma situação em que o judiciário teria que sofrer alguma mudança interna ou não daria mais conta de controlar a demanda. Foi quando tivemos um segundo momento importante de transformação, com a aprovação da reforma do judiciário, em 2004. Foram várias mudanças. Talvez a mais significativa tenha sido a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que foi chamado popularmente de órgão de controle externo, embora não tenha uma composição predominantemente externa.

O trabalho do CNJ

A atuação do CNJ tem sido

fundamental, sobretudo nos últimos anos. Duas questões em especial me parecem muito importantes: as inspeções e os chamados mutirões. Sobre os mutirões, podemos pegar o exemplo da situação carcerária. Há tempos sabemos do drama que existe dentro do sistema carcerário. No entanto, a ação mais significativa que já foi feita foram os mutirões, que chamaram a atenção para o problema e contribuíram para que a lei fosse respeitada. São casos de pessoas encarceradas sem terem sido processadas, outras com pena cumprida. Uma situação inaceitável. Ainda que seja uma solução pontual, acho que tem provocado alterações.

Outro trabalho fantástico são as inspeções. Houve denúncias contra desembargadores, contra juízes, contra o nepotismo nos tribunais. E temos também a Justiça em Números. Ou seja, hoje nós conhecemos o judiciário de uma forma que não conhecíamos. Temos mais certeza sobre o número de processos, a proporção entre esse núme-

ro e a quantidade de juízes. Com as pesquisas, podemos avaliar os efeitos de algumas inovações, como o efeito da repercussão geral, da súmula vinculante. Alguns dizem que está sendo aberta a caixa preta do Poder Judiciário, mas eu brinco, dizendo que não gosto dessa expressão. O judiciário não tem caixa preta. Se tivesse, seria só abrir a caixa preta e a gente descobriria onde está o problema. Mas a situação é um pouco mais complexa.

O acesso à Justiça

É um dos graves problemas identificados no poder judiciário. Se olharmos o número de processos, podemos dizer que no Brasil há muita justiça. O levantamento do CNJ mostra que há um processo para cada três habitantes no país. Mas é uma falsa impressão. Sofremos no Brasil com o que chamamos de usuário repetitivo da justiça, que é aquela pessoa que usa a justiça para tirar vantagem. Essas pessoas deveriam ser punidas por isso. Por outro lado, o cidadão comum tem dificuldade em ter acesso à justiça. A massa da população não conhece o judiciário. Nós vivemos uma situação paradoxal. Temos ao mesmo tempo acesso demais e acesso de menos à justiça.

Relação entre Estado e Judiciário

No Brasil, o poder público em geral é o principal usuário da justiça. Uma situação no mínimo estranha. O judiciário se ocupa muito em resolver questões do Estado, quando na verdade deveria

estar mais voltado para a sociedade. Tem vários assuntos que o Estado devia resolver sozinho. Um exemplo é a telefonia. Fizemos uma pesquisa que revelou que o principal réu nos juizados especiais era a telefonia. Por que a Anatel não resolve esses problemas e tudo acaba indo parar no judiciário? Acho inclusive que a Advocacia Geral da União tem dado passos significativos para diminuir esse problema.

O tamanho do Judiciário

Uma coisa que as pesquisas têm mostrado é que não adianta aumentar a estrutura do Poder Judiciário se for para termos mais do mesmo. É necessário buscar formas alternativas de atuar. Um exemplo positivo são as ações coletivas. Por que não juntar ações semelhantes em uma mesma decisão uniforme? Essa medida aumentaria a segurança jurídica, reduziria o número de recursos, entre outras vantagens. Outra solução importante são as tentativas de conciliação. Por que toda decisão tem que ser arbitrada, imposta pelo juiz? É possível pensar em decisões que sejam frutos de acordos. Isso aumentaria a pacificação e o grau de participação e de efetividade das decisões. Também podemos citar a Meta II, imposta pelo CNJ. As metas contribuem para a criação de um planejamento de atuação. Esses são apenas alguns exemplos de medidas que podem ajudar a tornar o Poder Judiciário mais eficiente sem necessariamente precisar aumentar a estrutura.

Perspectiva para o futuro

É muito difícil fazer uma previsão. Eu como cidadã acho que o Poder Judiciário vai melhorar, assim como já melhorou bastante. Mas também sei que ainda falta muito. Os avanços que temos hoje são muito mais sentidos por quem vive dentro do judiciário do que para o cidadão comum. Quando a sociedade olha para o judiciário ainda vê muita desigualdade. A chance de quem pode contratar um bom advogado ainda é muito diferente daquele que não tem. A massa da população conhece mais o lado penal da justiça e não o lado dos direitos. Então ainda falta muito, muito mesmo. Mas acho que já demos alguns passos que me garantem uma certa esperança. ■



O desafio de combater o abuso do poder econômico



Ricardo Cueva

O Procurador da Fazenda Nacional é um dos membros mais antigos da Casa. Atualmente licenciado, nesta matéria especial, ele comenta sobre a trajetória na Procuradoria, o doutorado na Alemanha e a experiência como Conselheiro do CADE

A carreira de Procurador da Fazenda Nacional reúne quadros de excelência que não raramente são recrutados para exercer postos de relevo na Administração Pública. Ricardo Villas Bôas Cueva, que foi Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça (CADE), entre julho de 2004 e agosto de 2008, e encontra-se em licença para trato de interesses particulares desde abril de 2009, ingressou mediante concurso na Procuradoria em julho de 1987, quando o cargo ainda não abrangia a representação judicial da União em matéria tributária. Antes disso, logo após a graduação em Direito pela USP na turma de 1985, exerceu por dois anos, também mediante concurso, o cargo de Procurador do Estado de São Paulo, onde atuou na Procuradoria Judicial, na defesa do Estado em ações de responsabilidade civil por atos de seus funcionários.

A comparação entre as duas instituições naquele período era inevitável. A Procuradoria de São Paulo era bastante organizada. Cada Procurador era responsável por determinado número de processos e os acompanhava do início ao fim. Da primeira audiência até o Supremo. Na Procuradoria da Fazenda Nacional, Cueva se deparou com outra realidade. “Éramos poucos, 150 em todo o País, com estrutura enxuta e com uma visão voltada para dentro, para questões da administração pública, inscrição na dívida ativa, processos administrativos. Com as novas atribuições trazidas pela Constituição de 1988 ficou claro que a carreira tinha de ser ampliada e

fortalecida para dar conta dos novos desafios. A defesa judicial em matéria tributária, área em que eu atuava, contava com poucos procuradores e quase nenhum pessoal de apoio, numa época em que começaram a se multiplicar as ações contra a União”.

Apesar de alguns problemas que se perpetuam, como a falta de uma carreira de apoio, o PFN exalta a transformação de um órgão pequeno em uma instituição com 1800 Procuradores e que assumiu atribuições completamente diferentes. Nestes mais de 20 anos de Casa, Cueva afastou-se em três oportunidades, duas vezes para desempenhar compromissos acadêmicos e outra para tomar posse no CADE.

Em 1989/1990, o Procurador fez mestrado em Harvard na área de tributação ambiental. No retorno ao Brasil, depois de retomar a atividade de defesa judicial na PFN/SP, foi convidado pelo Prof. Tércio Sampaio Ferraz Jr., então Procurador-Geral, a assessorá-lo em Brasília, onde, por delegação, exerceu funções semelhantes às de Procurador-Geral Adjunto, tais como a substituição do titular em suas ausências, a supervisão de certas áreas do órgão central da PGFN e a participação nos debates relevantes da época, dentre os quais a proposta de revisão constitucional e as discussões em torno da criação da Advocacia-Geral da União. Além disso, cuidou da instalação da Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 1ª Região, sendo seu primeiro Procurador-Regional.

Cueva remete a este mesmo período os primeiros movimentos

para criação do SINPROFAZ. “Sou um dos fundadores do Sindicato. Recordo dos colegas se organizando e procurando definir as principais atribuições da carreira e criar condições melhores de trabalho. O surgimento do Sindicato foi muito importante para distinguir nossa carreira das outras e também fortalecê-la”.

Com a Procuradoria-Regional estruturada, Cueva decidiu, em 1994, retomar os estudos na área de tributação ambiental. Passou quatro anos na Universidade de Frankfurt, na Alemanha, onde concluiu doutorado, com bolsa do DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico). De volta a São Paulo, o PFN novamente passou a trabalhar na defesa judicial. “A carreira já havia se ampliado com novos concursos, mas as condições de trabalho continuavam precárias, sendo comum cinco colegas, com seus respectivos estagiários, dividirem salas pequenas e disputarem os poucos computadores existentes”, como lembra. Em seguida, atuou por três anos como representante da PGFN junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, um órgão colegiado do Ministério da Fazenda, com representação paritária dos setores público e privado, que julga os recursos nos processos administrativos sancionadores instaurados pela CVM e pelo Banco Central. “Tão limitadas eram as instalações da Procuradoria em São Paulo, que tive de trabalhar numa sala cedida pelo Banco Central, que também ofereceu computador, impressora e até papel”. Não obstante, Cueva recorda que a experiência foi muito estimulante: “o papel de fiscal da lei desempenhado

pela Procuradoria é muito importante para que se concretize o devido processo legal, tanto em seu sentido formal, como em seu sentido material”.

Em 2004, o Procurador foi nomeado, após sabatina no Senado, para um mandato de dois anos como Conselheiro do CADE, o qual foi renovado, até o limite previsto na lei de defesa da concorrência, que só permite dois mandatos consecutivos. Nesses quatro anos, exerceu diversas vezes, interinamente, a presidência da autarquia, durante as ausências e impedimentos de sua titular, a professora Elizabeth Farina.

Além disso, Cueva foi vice-presidente do Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos. Criado pela Lei da Ação Civil Pública, o Fundo tem por missão reparar danos ao meio ambiente, ao patrimônio histórico, paisagístico, ao consumidor e à concorrência. Sua receita provém das multas por infrações ao direito do consumidor, das indenizações decorrentes de ações civis públicas e, sobretudo, das multas aplicadas pelo CADE nos processos administrativos, nos quais há condenação por infringência à ordem econômica.

Dentre as matérias julgadas no período em que esteve no CADE, Ricardo Cueva destaca as inúmeras condenações por cartel, a mais grave das violações ao direito da concorrência, das quais são exemplos os cartéis da ponte aérea, dos vergalhões, das britas, das vitaminas, dos vigilantes e das auto-escolas, que são emblemáticas de uma nova fase do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, marcada pela ênfase na investigação de condutas anticoncorrenciais. Essa nova prioridade explica-se pelas recentes pesquisas econômicas, que indicam serem os consumidores os grandes prejudicados pela ação dos cartéis, os quais impõem um sobrepreço de 10 a 20% aos produtos e serviços por eles controlados. O sucesso da ofensiva contra os cartéis advém, em grande parte, da crescente cooperação internacional entre as agências antitruste, que acaba por levar a uma convergência das melhores práticas de investigação e combate aos ilícitos.

A punição desses ilícitos administrativos não é, contudo, a única função do CADE, que também

atua preventivamente na análise de fusões e aquisições. Um dos mais significativos atos de concentração analisados pela autarquia foi o caso das sucessivas compras no setor de minério de ferro efetuadas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), paralelamente a seu descruzamento societário da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). “O impacto econômico dessas operações foi enorme, pois em certos setores a Vale chegou à posição de monopolista. Uma análise simplista poderia levar à determinação de venda de alguma das minas adquiridas. O colegiado,

Para aperfeiçoar a defesa da concorrência no País, é necessário monitorar setores considerados mais sujeitos ao exercício abusivo de poder de mercado

entretanto, demonstrou grande maturidade e apuro técnico ao impor a restrição menos gravosa para o administrado. O cuidado com a indispensável proporcionalidade da intervenção do Estado e com a estrita observância do devido processo legal foi decisivo para que o CADE fosse vitorioso em todas as instâncias, quando a Vale questionou sua decisão no Judiciário”.

Seja em sua função preventiva, seja em sua função repressiva, a transparência conduz a atuação do CADE, que registra e divulga todas as reuniões nos gabinetes dos conselheiros, na presidência, no plenário, na procuradoria. Além disso, informa a pauta de julgamento com antecedência razoável para que os advogados e o público em geral saibam o que vai ser discutido nas sessões, sempre abertas ao público e à imprensa. Há ainda a divulgação das

sessões pela Internet em tempo real.

A conduta transparente do Conselho reflete na imparcialidade das decisões. “Em todos os julgamentos dos quais participei, nunca se exerceu qualquer tipo de pressão sobre os conselheiros para que votassem desse ou daquele modo. Só posso atribuir essa absoluta independência funcional ao mandato, que é a garantia fundamental para que haja imparcialidade nas decisões do CADE e de todos os órgãos cuja independência técnica se queira assegurar”, afirma Cueva.

Segundo o PFN, para aperfeiçoar a defesa da concorrência no País, é necessário monitorar setores considerados mais sujeitos ao exercício abusivo de poder de mercado, seja por meio de análises econômicas mais cuidadosas e mais céleres, seja simplesmente por meio da manutenção de memória institucional da autarquia.

O Congresso Nacional examina um projeto de lei (PLC 6/09) que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. A matéria já foi aprovada na Câmara, Casa de origem, onde tramitou como PL 3.937/04. Atualmente, o projeto está sendo discutido em comissões permanentes do Senado.

O debate sobre a estruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ainda precisa avançar muito no Brasil. Entretanto, já está em construção no País a cultura de que prevenir e punir o abuso do poder econômico de mercado é fundamental para assegurar os interesses do consumidor. E, em última análise, contribuir para a formação de uma sociedade mais justa.

Ao concluir seu segundo mandato no CADE, já lotado na PGFN, em Brasília, Cueva atuou na assessoria do Procurador-Geral, tendo participado na discussão de temas relevantes, entre os quais o anteprojeto de lei geral de transação tributária, que foi apresentado pelo Executivo e hoje se encontra em tramitação no Congresso Nacional. Ele observa ter sido “muito gratificante voltar a trabalhar com os colegas e verificar de perto os grandes avanços ocorridos não apenas na Procuradoria, mas na advocacia pública federal”. ■

Cerco aos paraísos fiscais

Inspirado em proposta de PFNs, Deputado apresenta Projeto de Lei para combater a atuação de empresas fantasmas estrangeiras no Brasil

Para fazer a inscrição de uma empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o brasileiro tem que cumprir uma série de exigências, entre elas, apresentar à Fazenda Pública o seu Quadro de Sócios e Administradores, o famoso QSA. Uma exigência que ajuda a Receita a identificar os responsáveis no caso de possíveis crimes tributários. No entanto, para uma empresa estrangeira se registrar no CNPJ, basta que indique um procurador pessoa física domiciliado no Brasil, que muitas vezes não tem nenhuma relação profissional ou comercial com os verdadeiros proprietários da empresa. Então fica a pergunta: por que as regras são rígidas para as empresas brasileiras e tão simples para as estrangeiras? Uma incoerência que pode estar com os dias contados.

Já tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 5696/09, do deputado federal Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), que tem o propósito justamente de igualar as exigências para inscrição no CNPJ entre empresas nacionais e estrangeiras. O principal objetivo é combater a atuação de empresas fantasmas internacionais no país. O projeto foi inspirado em um artigo dos Procuradores da Fazenda Nacional Heráclio Mendes de Camargo Neto e Filemon Rose de Oliveira, publicado no *Jornal Valor Econômico* e na revista *Justiça Fiscal*.

“Ora, se no Brasil a constituição das sociedades comerciais deve cumprir os requisitos legais mínimos, tais como a apresentação de estatutos sociais e contratos sociais, com muito maior razão devemos exigir, pelo menos, os mesmos documentos das pessoas jurídicas domiciliadas no exterior”, sugeriram os procuradores. “A idéia é ótima e necessária. Com a aprovação do projeto vai ser possível impor mais transparência e controle por parte da Receita, expondo quem

são os verdadeiros proprietários das empresas estrangeiras que atuam no país”, completou Paulo Rubem Santiago.

“Encontramos esse problema das empresas fantasmas no dia-a-dia do nosso trabalho. Fica inviável cobrar tributos desse tipo de empresa, pois os representantes nunca têm residência no Brasil e é impossível encontrar os sócios”, denuncia o Procurador Heráclio. “O projeto cobriu de maneira satisfatória nossa proposta e acredito



que vai ser mais uma ferramenta na defesa da nossa soberania nacional”, comemora o Procurador Filemon.

A proposição já está na Comissão de Direitos Econômicos, Indústria e Comércio e ainda deve passar pelas comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça antes de ir para votação em plenário. “Esperamos que tramite com rapidez e sucesso. Até porque recentemente foi aprovado na CCJ da Câmara um projeto na mesma linha, que responsabiliza criminalmente os sócios e procuradores das empresas”, conclui o deputado.

Simplicidade eficiente

O projeto é simples e objetivo. Cinco artigos que podem fortalecer bastante o combate à lavagem de dinheiro e a sonegação fiscal feita por meio de paraísos fiscais. A idéia é alterar a Instrução Normativa nº748/07, da Secretaria da Receita Federal, passando a exigir a identificação do QSA de empresas domiciliadas no exterior até que seja possível alcançar a pessoal natural caracterizada como beneficiário final.

Além dessa alteração, o projeto de lei também estabelece o prazo máximo de 30 dias para que a pessoa física responsável pelo CNPJ da empresa estrangeira comunique alterações referentes aos dados cadastrais e ao QSA a partir da data das alterações. “São medidas muito simples, mas que certamente vão provocar mudanças substanciais. Nós iremos ter de antemão informações sobre empresas estrangeiras que são muito difíceis de serem rastreadas em investigações de possíveis crimes”, afirma o deputado Paulo Rubem.

“É complexo cercar um esquema de corrupção. Passa por questões de legislação internacional, sistema penal, justiça tributária, e essa proposta toca de maneira simples em uma importante frente de combate, que é a transparência. É fundamental permitir que o Estado tenha uma quantidade maior de informação sobre as empresas estrangeiras que atuam no país”, concluiu o coordenador de projetos da ONG Transparência Brasil, Fabiano Angélico.

Empresas fantasmas sediadas em paraísos fiscais são utilizadas na maioria dos esquemas de lavagem de dinheiro detectados no Brasil e no Mundo

Como funciona o esquema

Empresas fantasmas sediadas em paraísos fiscais são utilizadas na maioria dos esquemas de lavagem de dinheiro detectados no Brasil e no Mundo. Geralmente as empresas são constituídas no Caribe e em Ilhas do Canal da Mancha ou países como Suíça e Luxemburgo. Então são abertas contas bancárias em nome dessas empresas, que contam sempre com sócios ocultos, responsáveis pelos recursos movimentados. “Os paraísos fiscais são uma ferramenta fundamental para os agentes de corrupção. O dinheiro ilícito não pode ficar sujo para sempre. Os criminosos sabem disso e então

buscam a lavagem do dinheiro no exterior por meio das empresas fantasmas”, explica Fabiano.

Casos famosos de desvio de recursos públicos e crimes tributários contavam com o apoio das empresas fantasmas no esquema. Um exemplo, são as investigações sobre as suspeitas de corrupção de Paulo Maluf e Celso Pitta, que sempre esbarraram na dificuldade em se provar que os políticos são os verdadeiros responsáveis pelas contas de empresas de fachada sediadas em paraísos fiscais. Durante as investigações muitos dos procuradores registrados como responsáveis por essas empresas fantasmas no Brasil não foram encontrados ou nem mesmo sabiam que seus nomes estavam envolvidos no esquema.

As apurações do caso de sonegação das lojas Daslu também indicaram a existência de empresas fantasmas no esquema. Produtos de grifes de luxo seriam encomendados pela loja, mas antes de virem para o Brasil passavam por empresas fantasmas no exterior. Então eram importados por outras empresas fantasmas no Brasil a preços bem abaixo dos de mercado e em seguida repassados à Daslu.

Recentemente, o G-20 (grupo das maiores economias do mundo e a União Européia) também decretou guerra aos paraísos fiscais. O grupo determinou que países que não adotarem medidas de cooperação fiscal até março de 2010 sofrerão sanções econômicas. A Suíça é um dos principais alvos da ação e deve ratificar pelo menos doze tratados de troca de informações fiscais de sigilo bancário. Liechtenstein, Mônaco e Áustria são alguns dos paraísos fiscais que também estão na mira do G-20. ■

Toffoli assume cadeira na Corte Suprema

Às vésperas de completar 42 anos, Dias Toffoli chega ao Supremo como ministro mais jovem desde a promulgação da Constituição de 1988, que determina a idade mínima de 35 anos para a vaga no STF

Entre as muitas palavras de apoio recebidas por Dias Toffoli – nome oficial que será usado pelo novo ministro na Corte – ao assumir cadeira no Supremo Tribunal Federal, uma em especial resumiu bem o significado da indicação do ex-Advogado-Geral da União na vaga aberta por conta do falecimento do ministro Menezes Direito, em setembro. “É renovação, certamente vai avançar, no que diz respeito às atividades de modernização que a Corte vem desenvolvendo”, afirmou no dia da posse o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes.

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo em 1990, Dias Toffoli teve a oportunidade de acompanhar os 13 anos de debates que resultaram na aprovação em 2004 da Emenda Constitucional 45 – a Reforma do Judiciário. “Acredito que um jurista moderno como o ministro Toffoli certamente vai dar contribuições decisivas para os avanços que nós tanto necessitamos”, disse em outra oportunidade o ministro Gilmar Mendes, se referindo a essa nova fase do STF, que agora conta com recursos extraordinários, repercussão geral, súmula vinculante, entre outras medidas de modernização da Justiça.

A juventude de Dias Toffoli foi usada por opositores à sua indi-



Gil Ferreira/SCO/STF

cação e que defendiam a necessidade de uma experiência de vida maior para atuação no Supremo. Argumento que não se sustenta quando colocado em choque tanto com o currículo do novo ministro, quanto com a nova realidade da justiça brasileira. “Creio que as restrições que se fizeram à sua juventude serão facilmente superadas pela experiência tomada quer na advocacia partidária no TSE, quer na Advocacia-Geral, e pela consciência que tem das responsabilidades de um ministro do Supremo”, declarou o ministro aposentado do STF, Sepúlveda Pertence. “Nossa expectativa é muito positiva quanto ao traba-

lho que ele vai desempenhar na Corte, porque vai ficar mais de 20 anos, como outros ministros que também chegaram jovens aqui, como o ministro Celso de Mello e o ministro Marco Aurélio. Ele tem uma contribuição muito importante para o sistema judiciário brasileiro”, destacou o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Fernando Mattos.

Já o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil lembrou as raízes na advocacia como quesitos que podem influenciar positivamente a atuação de Dias Toffoli na Corte Suprema. “Quando a advocacia assume um cargo no tribunal, é o mesmo que dizer que é a cidadania tomando posse. Porque nós somos treinados para pensar, para respirar o ar da cidadania. Eu tenho certeza de que o ministro Toffoli trará esta sua experiência profissional para o Tribunal, e quando se traz esta experiência cidadã, nós aumentamos a perspectiva de transformar a Constituição brasileira em uma constituição para todos”, disse Cezar Brito na posse do novo ministro.

Sabatinado e aprovado

Além da juventude, Dias Toffoli teve que enfrentar outras críticas antes de assumir a vaga no STF. Desde a sua indicação pelo Presidente Lula, assuntos como a

ligação com o PT, um processo na justiça do Amapá por conta de um trabalho feito para o Estado, e até mesmo a reprovação em duas provas para juiz foram colocados em questão. Opositores chegaram a ajuizar uma petição no STF contra a indicação de Dias Toffoli, mas a ação foi extinta depois de análise do ministro Ricardo Lewandowski, que considerou, com base na Constituição, que é atribuição do Presidente da República e do Senado Federal avaliar as indicações para a Corte Suprema.

Depois de muitos ataques, Dias Toffoli foi sabatinado por quase sete horas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Rebateu críticas e falou sobre assuntos polêmicos como o golpe de estado em Honduras, a legalização do aborto e o casamento entre homossexuais. Durante a sessão, prometeu comportamento isento e livre de inclinações partidárias no Supremo Tribunal Federal.

A postura de Dias Toffoli agradou os senadores, que em seguida aprovaram seu nome na CCJ com 20 votos a favor e apenas 3 contra. Pouco depois, foi a vez do plenário da Casa ratificar a decisão da Comissão e aprovar a indicação de Dias Toffoli para o Supremo com 58 votos a favor, 9 contrários e somente 3 abstenções.



Muito trabalho pela frente

Ao assumir a vaga deixada pelo ministro Menezes Direito, Dias Toffoli também herdou a relatoria de cerca de 11 mil processos. Entre eles, alguns em que deve ser aplicada a regra do impedimento por conta da atuação de Dias Toffoli como Advogado-Geral da União, como é o caso da extradição do italiano Cesare Battisti.

Entre as ações que devem passar para a relatoria do novo ministro, algumas se destacam como a que trata do repasse de informações sigilosas das instituições financeiras para a Receita Federal. Outro assunto polêmico que deve ser relatado por Dias Toffoli é a questão do medida

provisória que cria crédito extraordinário para a execução do custeio e investimento de ações do governo federal e das empresas estatais.

Dias Toffoli deve ainda relatar sobre a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego que trata do registro sindical e das alterações nos estatutos dos sindicatos e sobre a Lei de regularização fundiária das ocupações em terras da União na Amazônia Legal.

Em sua posse, Dias Toffoli explicou que vai trabalhar com parâmetro na Constituição e sempre em defesa dos elementos essenciais para uma pessoa, como a vida, a liberdade e o patrimônio. "Cada processo a ser julgado contém um desses três elementos essenciais de cada indivíduo, de cada cidadão, de cada ser humano", afirmou. E foi o que fez o novo ministro logo em sua primeira decisão. Mesmo com assuntos tão polêmicos em seu gabinete, Dias Toffoli debutou no STF deferindo liminar em *habeas corpus* a uma cidadã condenada na cidade de Lajeado/RS a dois anos de reclusão em regime semiaberto pelo furto de cremes hidratantes de uma farmácia. ■



STF decide pela extinção em 1990

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 13 de agosto, que o crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), incentivo fiscal concedido pelo governo em 1969 para exportadores, está extinto desde 1990.

A decisão foi proferida para três casos específicos, mas cria jurisprudência sobre o assunto.

Para Ricardo Lewandowski, relator do caso, o crédito prêmio IPI é um incentivo fiscal voltado para o setor exportador. Sendo assim, ele deveria ter sido confirmado por meio de lei específica, como previsto na Constituição Federal. A

regra previa que, após a promulgação da Constituição, em 1988, todos os incentivos fiscais de caráter setorial deveriam ser revisados em dois anos e ter sua vigência confirmada em lei específica, se fosse o caso. O crédito-prêmio IPI não foi confirmado por nenhuma lei no prazo estabelecido.

O plenário da Corte acompanhou, por unanimidade, o voto de Lewandowski. A conclusão dos ministros foi de que o mecanismo deixou de vigorar em 1990, como determinou o artigo 41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Como os ministros consideraram o incentivo encerrado em 1990, restou também o entendimento de que o prazo para ingresso de ações judiciais pedindo restituição dos créditos decorrentes deste incentivo se daria no prazo legal de cinco anos, em 1995, portanto.

Em relação à possibilidade de compensação dos créditos do período compreendido entre 1983 e 1990, o ministro relator explicou que os casos deverão ser analisados isoladamente, mas que a base a se levar em conta é a da prescrição quinquenal (5 anos), prevista no Código Tributário.



Decisão sobre crédito-prêmio do IPI coroa trabalho dos PFNs

O crédito-prêmio do IPI consiste no maior esqueleto que nós Procuradores da Fazenda Nacional enfrentamos desde que recebemos a atribuição de representar judicialmente a União. São processos quase sempre milionários. Por isso que sustento que os valores apresentados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil são valores factíveis, pois



Ascom/PGFN

já tive a oportunidade de atuar em execuções provisórias de crédito-prêmio do IPI de mais de 1 bilhão de reais, e isso ainda na década de 90. A vitória da tese de que tal incentivo já se encontra extinto, pelo menos desde 5 de outubro de 90, obtida em agosto último, coroa o trabalho de um número expressivo de Procuradores

que atuaram com afinco na defesa da União. Não poderia deixar de citar o empenho ao longo dos anos do Dr. Tadeu Alencar, ex-Procurador-Geral Adjunto. Assim como ele, vários outros Procuradores tiveram coragem de se dedicar ao estudo do tema e enfrentar os maiores escritórios de advocacia deste País e o poder econômico de um setor muito bem articulado, o setor exportador.

*Fabrício Soller
Procurador da Fazenda
Nacional*

Um prêmio à sociedade e aos advogados públicos do Brasil

O Supremo Tribunal Federal decidiu, em recente deliberação, que o crédito-prêmio do IPI restou extinto em 05/10/90, quando os exportadores de bens manufaturados vinham defendendo e obtendo chancela judicial, - pelo menos até o marcante ano de 2004 -, que tal incentivo estava ainda em vigor. A par da importância capital desta decisão para o País, porquanto em jogo o reconhecimento de cifras que - não contestadas - montam a mais de duzentos bilhões de reais, vê-se, de forma inquestionável, o quanto faz bem à nação brasileira que os seus advogados, especialmente os da área tributária, os Procuradores da Fazenda Nacional, assumam o papel que lhes cabe como guardiões do dinheiro público. Questão bilionária, de incalculável repercussão

que, durante muito tempo, foi tratada sem a importância estratégica que de fato tem. Não há negar: foi a Procuradoria da Fazenda Nacional e o espírito público dos seus Procuradores quem esquentou o assunto, quando o Poder Judiciário havia consolidado entendimento de que o crédito-prêmio estava em vigor, com as vigorosas exceções de alguns juízes federais e de decisões isoladas de Tribunais Regionais Federais. Num primeiro momento pareceu que os Procuradores da Fazenda Nacional remavam contra a maré de uma falsa 'segurança jurídica',



Ivve Rodrigues

sem ter quem lhes ouvisse, até a virada do Superior Tribunal de Justiça, liderada pelo eminente Ministro Teori Albino Zavascki, que permitiu a reflexão jurídica ora consagrada na Corte Suprema. Fica uma lição: há uma tarefa enorme em nossas mãos. Orgulha-me ter participado dessa verdadeira batalha. Um prêmio ao Brasil. Um crédito de ouro à advocacia de Estado.

*Tadeu Alencar
Procurador da Fazenda Nacional,
ex-Procurador-Geral Adjunto
da Fazenda Nacional e
atual Procurador-Geral do Estado
de Pernambuco*

Campanha de Honorários

No dia 19 de agosto, os dirigentes do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal formalizaram o lançamento da campanha nacional “Honorários para Todos – Direito de Advogados Públicos e Privados”. O evento ocorreu no plenário do Conselho Federal da OAB, em Brasília, com a presença do presidente nacional da Ordem, Cezar Britto, e do vice-presidente, Vladimir Rossi Lourenço.

Em seu pronunciamento, Cezar Britto, deixou claro que o sucesso da campanha tem relação direta com a primeira decisão do Pleno da OAB de tornar a Comissão Nacional da Advocacia Pública permanente. “Isso significa o reconhecimento interno da importância da Advocacia Pública”, comentou.

O presidente do Fórum, João Carlos Souto, destacou o apoio



Eugênio Novaes

do Conselho Federal da OAB para assegurar o direito de todos os advogados. “Estamos convictos que, com o apoio da OAB, haremos de sensibilizar o governo para a situação absolutamente irregular, ilegal, inconstitucional da supressão de um direito que é

nosso, assegurado por lei e que nos pertence”. Souto defendeu também a necessidade de uma legislação fixando que o pagamento dos honorários de sucumbência, nas causas em que o Estado é o vencedor, seja devido ao advogado público.

IX Congresso Internacional de Direito Tributário

Nos dias 10 a 12 de setembro, o Instituto Pernambucano de Estudos Tributários (IPET) realizou o IX Congresso Internacional de Direito Tributário de Pernambuco. A direção geral do evento ficou a cargo da professora Mary Elbe Queiroz, presidente do IPET e do Centro de Estudos Avançados de Direito Tributário e Finanças Públicas do Brasil (CEAT). O ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, foi homenageado no evento. Ele proferiu a palestra magna sobre “Princípios do Sistema Constitucional Tributário na Jurisprudência do STF. A aplicação dos princípios de proibição de excesso e da

razoabilidade em matéria tributária”.

Procuradores da Fazenda participaram de palestras e debates no congresso que teve como tema central “O Sistema Tributário: Soluções de Políticas Públicas e Alternativas para a Gestão Fiscal em Cenário de Recuperação Econômica”.



Presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, proferiu a palestra magna do evento

O diretor do SINPROFAZ, João Carlos Souto, manifestou-se nas discussões sobre as sanções penais e administrativas tributárias e a justiça fiscal. O Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Luís Inácio Lucena Adams, comentou soluções para os passivos tributários.

O novo regime de garantias tributárias contou com a participação de dois PFNs na mesa de debates: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, doutor e mestre pela PUC/SP, pós-graduado pela Universidade de Boston e professor; e o Procurador-Geral Adjunto da Fazenda Nacional Fabrício de Soller.

Advogados têm direito a honorários sucumbenciais

João Carlos Souto*
Cezar Brito**

A construção da Democracia brasileira - sobretudo em sua fase mais recente - é obra conjunta de cidadãos anônimos, de personalidades e de instituições da sociedade civil, que lutaram contra o longo inverno autoritário iniciado em março de 1964.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil participou ativamente do restabelecimento da normalidade democrática, do retorno ao Estado de Direito, que o Constituinte Originário em boa hora quis "democrático de Direito". É importante lembrar que a determinação dos advogados brasileiros para o reencontro do Brasil com a democracia despertou nas forças do atraso o ódio na forma do atentado terrorista contra a sede do Conselho Federal, ceifando a vida de uma das nossas colaboradoras.

Ao nos aproximarmos dos 21 anos de vigência da "Constituição Cidadã", feliz expressão cunhada pelo deputado Ulysses Guimarães, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil segue firme na defesa dos princípios democráticos que nos guiaram para a construção do edifício constitucional ora vigente. Outra não poderia ser nossa determinação, sintonizada com nossa História e com a realização da Justiça.

Nessa linha de defesa da democracia, o Conselho Federal da Ordem e o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal têm lutado para a concretização dos valores democráticos da Constituição. No âmbito da OAB Federal, que naturalmente é mais amplo, temos buscado atuar em diversas

frentes, a exemplo da proposta de reforma política que encaminhamos há dois anos ao Congresso Nacional, de que constam temas atualíssimos, como o financiamento público de campanhas e a adoção do *recall*, instrumento pelo qual a cassação de mandatos dos que o desonram possam ser acionados não apenas pela Casa legislativa, mas pela própria sociedade.

Por sua vez, o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, que congrega mais de onze mil advogados públicos federais, vinculados à Ordem dos Advogados do Brasil e integrantes das carreiras de advogado da União, procurador da Fazenda Nacional, procurador Federal e procurador do Banco Central, foi - e tem sido - protagonista da campanha de valorização do advogado público federal, que exerce atribuição constitucional de funda relevância, na medida em que defende judicial e extrajudicialmente políticas públicas sufragadas nas urnas e o Estado brasileiro, patrimônio de todos.

Recentemente o Supremo Tribunal Federal proferiu decisão (ADI 1.194-4-DF) sobre a percepção de honorários advocatícios de sucumbência, destinados aos advogados autores de tese vencedora em determinada causa. Embora se trate de importante prerrogativa de todo e qualquer advogado, o referido Acórdão diz respeito diretamente ao advogado público e ao advogado empregado vinculado a empresas privadas.

Nessa decisão, o ministro Celso de Mello assentou que os honorários de sucumbência pertencem aos advogados, sendo possível estipulação em contrário entre empregador e empregado. Vale dizer, a regra aponta para o direito líquido e certo. A pos-

sibilidade contrária deve ser expressa em contrato ou lei. Em apertada síntese, assim se expressou o ministro Celso de Mello: "(...) concluo que os honorários, no caso de sucumbência, são um direito do advogado, mas que pode haver estipulação em contrário pelos contratantes".

O espaço e a proposta deste artigo não permitem aprofundamento da discussão técnica da decisão em si. De qualquer modo, é importante registrar que agasalha um avanço, na medida em que espanca as dúvidas até então existentes acerca do direito ao recebimento de honorários de sucumbência por advogados empregados. A todas as luzes essa decisão se estende e se aplica aos advogados públicos. E não poderia ser diferente, porquanto a verba honorária é retribuição pela atuação exitosa do advogado em determinado processo e, nessa hipótese, é inadmissível qualquer atitude que importe em sua supressão.

Dissemos no início que a construção dessa fase mais recente da democracia brasileira é obra plural. Lutamos, ontem e hoje, para o restabelecimento da democracia e continuamos a lutar para que esse momento seja perene e nunca mais tenhamos a necessidade de dividi-la em fases. Para que isso aconteça, devemos nos empenhar na luta diária em defesa de seu texto, a exemplo das prerrogativas da advocacia, entre as quais o direito à percepção dos honorários sucumbenciais aos advogados públicos e privados, sem distinção. ■

*Presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal

**Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil

Advogados Públicos Federais: caminhos para a construção de uma carreira de Estado



Foto: Arquivo pessoal

Marco Maia*

A reorganização e a requalificação dos serviços públicos federais é uma das marcas da gestão do Governo do Presidente Lula. Depois da tese do Estado mínimo, preconizada pela gestão neoliberal do Governo do PSDB e implementada através das privatizações e da desvalorização salarial dos servidores, o que levou a uma forte precarização dos serviços públicos no Brasil, vivemos um momento de recuperação da máquina pública federal. O Governo Lula tem agido prioritariamente em duas frentes: na contratação de pessoal, através da realização de concursos públicos, e na qualificação e valorização dos servidores.

O ingresso de servidores, através de concursos com regras transparentes e iguais para todos, fortalece a democracia, expande a capacidade de implementação de políticas públicas federais e recupera a força de trabalho perdida. Essa recomposição deve estar concentrada nas áreas prioritárias para o desenvolvimento do País e vinculada à prestação de serviços ao cidadão.

No que se refere à política de pessoal, a atualização e revisão dos planos de carreiras dos servidores e a compatibilização dos salários às responsabilidades exigidas por cada cargo é uma construção permanente e, portanto, exige muito diálogo. E dentre os servidores que vêm construindo uma agenda positiva com o Governo Federal para constituir uma nova relação com o Estado, estão os advogados públicos federais.

Além da reposição de profissionais altamente qualificados (de 2003 a maio de 2009, a Advocacia da União recrutou 7.223 servidores, sendo 1.154 Procuradores Federais, 989 Advogados da União e cerca de 900 Procuradores da Fazenda), este debate envolve temas complexos, inclusive de conteúdo constitucional, como o reconhecimento da função de advogado público como carreira de Estado e a composição dos honorários a serem pagos tendo em vista as características particulares da função. O Governo, assim como o fez em relação a outras importantes categorias do setor público, busca construir, junto às entidades representativas, nesse caso com o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, uma solução que atenda os interesses dos advogados públicos e preserve os da União. O fato de que este Governo, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, já implementou uma importante evolução na remuneração inicial dos Procuradores da Fazenda, Procuradores Federais, Advogados da União e Procuradores do Banco Central é uma demonstração evidente dessa disposição.

O reconhecimento de que os honorários advocatícios são o fruto do trabalho dos profissionais, a instituição do subsídio como forma de remuneração das carreiras jurídicas, o direito aos honorários de sucumbência e a atualização da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União são temas para os quais o Governo vêm amadurecendo posição, inclusive através dos debates

que vêm ocorrendo na Câmara dos Deputados. Neste sentido, a 1ª Vice-Presidência da Câmara estará aberta para defender as legítimas reivindicações dos servidores e intermediar soluções que valorizem esses profissionais.

Não há como querer qualificar os serviços públicos e, por consequência, a gestão pública, implementando políticas de arrocho salarial, de contratações sem concurso público, desrespeitando os profissionais que exercem as funções públicas, como vimos ao longo do governo anterior. O reconhecimento sobre a importância do papel do advogado público, responsável pela defesa judicial e extrajudicial das políticas públicas eleitas nas urnas e do Estado brasileiro de direito, é uma necessidade premente. É condição para que se tenha uma máquina pública profissionalizada, bem formada, com pessoas satisfeitas, prestando serviços da melhor qualidade, enfim, transformando os serviços prestados pelo Estado em serviços de excelência para os cidadãos brasileiros. ■

*Marco Maia é deputado federal pelo PT-RS, 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Foi relator do Projeto de Lei de conversão da Medida Provisória nº 440/2008 e apresentou emendas à Medida Provisória nº 359/2008. Ambas versavam sobre diversas carreiras do funcionalismo. A aprovação da MP 440/2008 reajustou a remunerações de servidores de diversas carreiras típicas de Estado. Além disso, a MP transformou os salários dos ocupantes desses cargos em subsídios, representando um reajuste importante da remuneração dessas carreiras.



Sumário

4	Sindicato completa 20 anos
5	2010: ano decisivo para a Advocacia Pública Federal
6	Os desafios da PGFN para 2010
9	A preparação do Brasil para a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016
12	Tributação e audiovisual é tema de artigo de PFNs
14	O dia-a-dia de uma nova seccional
15	Para Ler recomenda publicação sobre efetividade da execução fiscal
16	Aplicação do encargo legal e dos honorários
18	Movimento Nacional de Reforma da Advocacia Pública ganha corpo
21	A voz da Advocacia Pública na OAB
23	O trabalho de formiguinhas das carreiras da Advocacia Pública
26	Reflexão: a destruição da penhora pelo STF
28	II Congresso das Carreiras Jurídicas
30	Artigo: o papel da Advocacia Pública na Justiça Fiscal
32	JF debate sistemas de avaliação acadêmica e profissional adotados no Brasil
34	Um PFN com heavy metal na veia
36	Graduação em culinária é curso em expansão no país
38	Privatização da cobrança da DAU em debate
41	Reflexões sobre a figura do amicus curiae

Duas décadas do SINPROFAZ e um ano da Revista Justiça Fiscal

O presente número celebra duas datas relevantes para a História recente da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional. Em janeiro o SINPROFAZ completou 20 anos de atuação ininterrupta. Para além de um dado numérico, o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional tem um histórico de luta e independência em defesa da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional que, radicada na Constituição Federal, se incumbem da relevante tarefa da defesa do patrimônio da sociedade brasileira.

Há um ano, em março de 2009, lançamos o primeiro número da Revista Justiça Fiscal, dedicada à reflexão desse tema tão caro ao Estado brasileiro e de interesse de todo cidadão. Nesse primeiro ano, nos quatro números que ora completamos, procuramos nos manter fiéis às diretrizes que nos guiaram na criação da Revista Justiça Fiscal: um veículo de divulgação da Semana Nacional da Justiça Fiscal, da opinião e da produção intelectual dos membros da Carreira, e, além disso, um instrumento de comunicação plural, leve, com assuntos variados e sobre temas dos mais diversos.

O conteúdo deste número 4 demonstra que temos nos esforçado a cumprir os objetivos a que nos propusemos. O leitor encontrará nesta edição - entre outras - matérias que destacam a importância do Movimento Nacional de Reforma da Advocacia Pública (PECs 443/09 e 452/09); os preparativos e a repercussão econômica da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016; o cotidiano de unidade Seccional da Procuradoria da Fazenda; artigos de Procuradores da Fazenda Nacional; um resumo sobre o importante estudo "Encargo Legal e os Honorários de Sucumbência", uma reportagem sobre o II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado e outra sobre o crescimento dos cursos de Gastronomia no país.

A Revista Justiça Fiscal é mais um instrumento na construção da identidade da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional. Celebremos esse primeiro ano de existência.

João Carlos Souto
Diretor de Redação da Revista Justiça Fiscal

PGFN sob nova direção

A edição de março de 2010 de *Justiça Fiscal* publicou matéria sobre as metas da gestão da Procuradora Adriana Queiroz de Carvalho, que acabara de assumir o cargo de Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. A íntegra do texto pode ser lida no site do SINPROFAZ (www.sinprofaz.org.br)



Uma mulher à frente da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Adriana Queiroz de Carvalho*

Em novembro de 2009, a PFN Adriana Queiroz de Carvalho assumiu o cargo de Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. Integrante da carreira desde 1993, ela atuava como Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira da PGFN quando recebeu a missão de ser a primeira mulher a liderar o órgão

A primeira mulher a ocupar o cargo. Essa frase pode resumir o início da trajetória de Adriana Queiroz de Carvalho no posto de Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, posição que assumiu em novembro de 2009, desde a nomeação de Luís Inácio Lucena Adams como ministro chefe da Advocacia-Geral da União (AGU). No entanto, sua atuação na Fazenda Nacional é antiga. Ela entrou na carreira em 1993, tendo trabalhado nas Coordenações-Gerais da Dívida Ativa da União e de Assuntos Financeiros da União. Sua última função, antes de chegar à direção da PGFN, foi a de Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira.

Esse marco dentro da história do órgão e da carreira é avaliado como um processo natural pela mineira. "São os movimentos do tempo, significativos tanto no serviço público como na iniciativa privada. Contudo, acredito que, mais importante do que ter uma Procuradora-Geral, é ter sempre profissionais comprometidos com a instituição."

Ela reconhece que há desafios diferentes, em comparação com

os profissionais do sexo masculino, mas lembra que as barreiras existem para todos. "Ao longo de anos de convivência com os colegas e autoridades do Ministério da Fazenda e da Advocacia-Geral da União sempre me senti acolhida e respeitada. E agora não é diferente."

Quanto às restrições na vida pessoal que a ocupação do cargo possa acarretar, Adriana, que é casada e tem uma filha, menciona que a família nunca deixou de ser prioridade. "Conciliar esses dois importantes papéis é difícil e um verdadeiro desafio. Por outro lado, o apoio e a compreensão da família são fundamentais. Entre erros e acertos vou buscando meu equilíbrio, seja como profissional, mãe e esposa."

Desafios e a PGFN

Logo que tomou posse como Procuradora-Geral, em suas primeiras declarações à imprensa, Adriana Queiroz fez questão de destacar o fortalecimento da PGFN como uma das principais metas da gestão. Melhorar a estrutura das unidades do órgão e focar na cobrança de grandes devedores e na defesa especial dos processos relevantes são

algumas das iniciativas que a PFN tem priorizado. A atuação da nova chefe da carreira alinha-se ainda à corrente de manter a integração da cobrança tributária, com ênfase no macroprocesso do crédito tributário e nas ações conjuntas com a Receita Federal do Brasil (RFB).

Um outro projeto que tem recebido atenção especial de Adriana Queiroz é o diagnóstico das necessidades de organização de trabalho no órgão. "Estamos identificando as áreas de fragilidade para separar o que temos condições de suprir neste momento, com os instrumentos de que dispomos, daquilo que depende de um espaço maior de discussão."

O SINPROFAZ, de longa data, acolhendo manifestação da carreira, tem registrado que a situação estrutural da PGFN chegou ao limite, e que a continuidade desse quadro dificulta a atuação profissional da maioria dos Procuradores.

De acordo com a Procuradora-Geral, o maior problema está na questão dos servidores. Ano passado foi realizado um concurso para substituição dos terceirizados. Entretanto, o processo seletivo não atingiu a meta de aprovação. "Tra-

Por dentro da seccional de Anápolis

Com a contribuição do PFN Elmo José Duarte de Almeida Júnior, Justiça Fiscal mostrou em que condições atuam os Procuradores lotados na seccional de Anápolis. Segundo o Procurador-Chefe, a unidade acompanha mais de 12 mil processos judiciais, além de atender inúmeras demandas administrativas

Seccionais

O cotidiano das unidades da PGFN

Como é o trabalho de um PFN numa seccional distante dos grandes centros do país? Procurador-chefe da seccional de Anápolis/GO compartilha sua experiência profissional

Administração pública não é uma disciplina que costuma frequentar os currículos dos cursos de Direito pelo país. Não por acaso, gerir um órgão é um dos principais desafios para os bacharéis em Direito selecionados para os muitos cargos das carreiras do setor judiciário brasileiro. Quando se trata de cidades distantes das grandes capitais, o desafio se torna ainda maior.

É o que o Procurador da Fazenda Nacional Elmo José Duarte de Almeida Júnior tem experimentado há oito meses na Procuradoria-Sectional da Fazenda Nacional em Anápolis, no interior de Goiás. Na carreira desde julho de 2007, o jovem Procurador, de apenas 29 anos, aceitou a missão de estabelecer a primeira unidade descentralizada da PGFN no estado. "Sempre comentamos acerca da dificuldade em se dirigir um órgão público e da complexidade em se 'criar' uma unidade de prestação de serviço público. E em Anápolis não é diferente", explica Elmo Duarte.

A estrutura física não tem sido um problema. A seccional ocupa dois pavimentos de um prédio inaugurado há pouco tempo na cidade. A mobília também é toda nova e a unidade conta com uma viatura emprestada pela PFN de Goiás. No entanto, a estrutura de pessoal ainda deixa a desejar. "Nossa principal dificuldade sempre foi a deficiência no quadro de apoio e o número insuficiente de Procuradores lotados na unidade", conta.

Mais que PFN
Localizada entre Goiânia e Brasília, Anápolis é a terceira maior cidade do estado de Goiás. É sede de um pólo industrial com mais de 160 empresas, sete delas, inclusive, compõem o acompanhamento especial de Grandes Devedores herdados da PFN/GO. Sendo assim, a PSFN acompanha mais de 12 mil processos judiciais, além de atender a diversas demandas administrativas.

Entendo que a responsabilidade de um Procurador-Sectional ultrapassa bastante a atuação judicial e administrativa de um PFN. É muito maior. O Procurador-Sectional, por estar em unidade pequena, onde os problemas se lhe apresentam localizados, mas não menos pontuais e complexos quando comparados àqueles da unidade central, precisa ser Procurador, sem ter a mentalidade de Procurador, pois ele é, também, gestor", esclarece.

Ele revela que, em Anápolis, eles precisam lidar tanto com o Juiz Diretor do Foro, quanto com o técnico do balcão da Vara Federal e o jovem aprendiz da Justiça do Trabalho no momento de fazer a carga dos processos (atividade realizada pelos próprios Procuradores por falta de estrutura). "A responsabilidade é tamanha que o Procurador-Sectional precisa, acima de tudo, saber um pouco do trabalho de cada colega e servidor dentro da unidade, pois, na ausência de um deles, certamente caberá ao seccional a incumbência de executar a tarefa ou ensiná-la".

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, Elmo Duarte registra que tem muita satisfação com o trabalho. "Apesar de tudo, das dificuldades, das decepções, da sensação de quase abandono por parte daqueles que possuem maior poder para promover as alterações necessárias, ainda não perdi o entusiasmo pela carreira", declara.

Foto: arquivo pessoal



14 Março • 2010

Justiça Fiscal

Se há carência de estrutura, não é por falta de recursos

Estudo encomendado pelo SINPROFAZ mostra que os investimentos do governo na PGFN ainda estão abaixo do que poderia ser feito com os recursos do encargo legal e dos honorários de sucumbência

“Um Pelé em campo não deixaria outro Pelé jogar”, polemizou recentemente o presidente Lula ao comentar a formação de uma chapa do PSDB com Serra e Aécio para as eleições desse ano. Foi apenas mais uma das muitas vezes em que o presidente recorreu às metáforas com o futebol para explicar situações políticas. Seguindo essa prática presidencial, talvez uma comparação com o futebol também seja oportuna para ilustrar a enorme contradição que há hoje na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

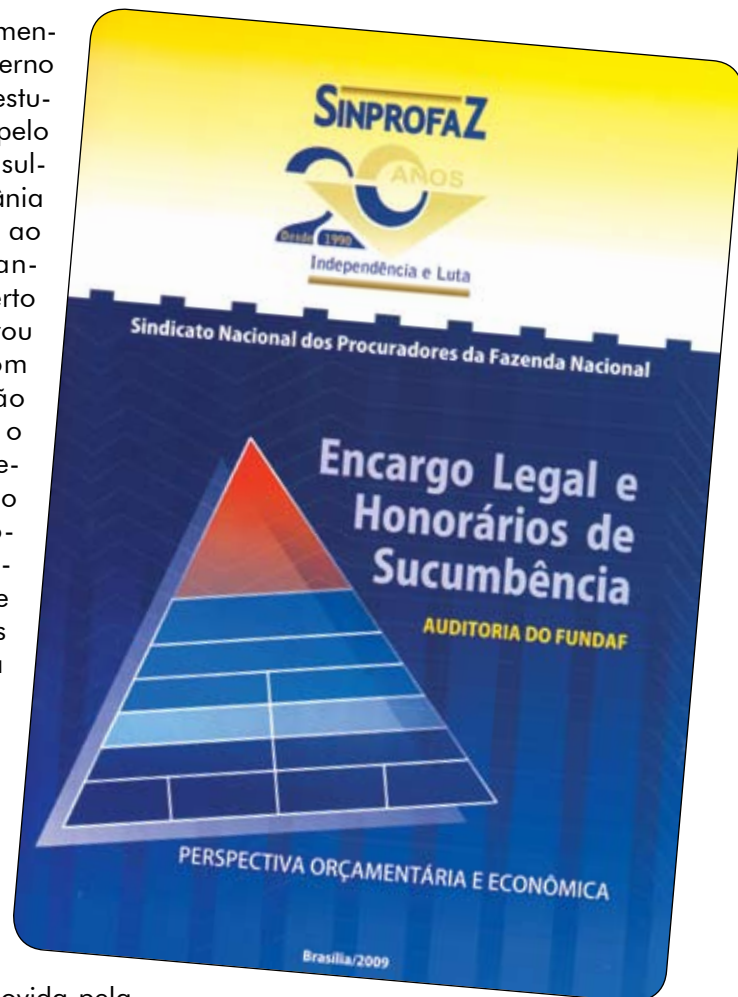
Não é novidade para ninguém que jogadores de futebol recebem excelentes salários. Muitos, inclusive, se perguntam se é justo um atleta de um time brasileiro receber R\$ 400 mil mensais diante da realidade do nosso país. No entanto, o questionamento a ser feito é: quanto os clubes arrecadam explorando ingressos, patrocínios, direitos de televisão e até mesmo com a venda desses jogadores – protagonistas de todo o espetáculo? Pela lógica, os lucros astronômicos que os atletas possibilitam aos clubes é o que sustenta seus enormes salários.

Lógica essa que vem sendo invertida quando se trata dos recursos gerados pelo trabalho da Procuradoria-Geral da Fazenda Na-

cional e os investimentos feitos pelo governo na carreira. Um estudo encomendado pelo SINPROFAZ à consultora econômica Tânia Paula Sant’Ana e ao consultor em finanças públicas Roberto de Almeida mostrou que os gastos com a PGFN não estão acompanhando o crescimento das receitas do encargo legal e dos honorários de sucumbência, em grande parte garantidas pelo trabalho da Procuradoria.

Segundo o estudo, entre os anos de 2004 e 2008, o valor arrecadado relativo ao encargo legal, especificamente com relação à arrecadação promovida pela PGFN, cresceu de cerca de R\$ 150 milhões para mais de R\$ 745 milhões. Um aumento de aproximadamente 400%. Já na arrecadação dos honorários de sucumbência, os valores passaram de R\$ 14,6

milhões em 2004 para R\$ 45,7 milhões em 2008, sendo que, no ano anterior, a arrecadação chegou a R\$ 62,9 milhões. Um crescimento médio superior a 40% por ano. “Tanto a cobrança do encargo



legal quanto dos honorários de sucumbência foram instituídas com a intenção de se aplicar o valor arrecadado no aperfeiçoamento das atividades de fiscalização de tributos federais”, lembra Roberto. “No caso, esses recursos são administrados por uma sub-conta da PGFN [Fonte 57] no Fundaf [Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização]”, explica.

Todo o valor arrecadado pelo encargo legal entre 2004 e 2008 foi depositado na Fonte 57. Já com relação aos honorários de sucumbência, apenas 70% dos cerca de R\$ 220 milhões arrecadados foram empregados na Fonte 57. Os outros 30% foram direto para a Fonte 00, referente aos Recursos Ordinários do Tesouro. Mesmo assim, os recursos disponíveis para alocação da Fonte 57 cresceram de R\$ 247 milhões em 2004 para R\$ 611 milhões em 2008, sendo que no ano anterior o valor chegou a R\$ 911 milhões. No entanto, mais da metade desse montante tem sido contingenciada ano a ano durante a elaboração do orçamento na Reserva de Contingência. De acordo com o estudo, cerca de R\$ 1,8 bilhão da receita realizada entre 2004 e 2008 não foram executados.

Ou seja, os números deixam claro que a receita arrecadada pelo trabalho da PGFN ainda é muito maior do que os valores empenhados pelo governo na manutenção, na estrutura e nos profissionais da carreira. A diminuição dessa diferença possibilitaria uma Procuradoria ainda mais forte e capaz de aumentar os já crescentes valores arrecadados pelo Estado tanto com o encargo legal quanto com os honorários de sucumbência.

Remuneração por performance no serviço público

O estudo encomendado pelo SINPROFAZ também aborda a questão das políticas de remuneração relacionadas à performance ou ao desempenho, uma prática normalmente utilizada em instituições privadas, na forma de bônus atrelado aos lucros da empresa.

São poucas as experiências de aplicação desse tipo de política no serviço público brasileiro, ao contrário de outros países, onde as remunerações por desempenho são bastante difundidas nas administrações públicas, sempre aplicadas como instrumento motivador para os funcionários. Além disso, em muitas áreas, como a jurídica, a remuneração por desempenho poderia ajudar a diminuir a desigualdade de salários entre os setores público e privado, atraindo servidores melhor qualificados.

Estudos comparativos mostram algumas características que devem ser observadas no desenvolvimento de uma política de remuneração por desempenho. É importante que sejam bônus anuais, com regras claras, objetivas e, de preferência, negociadas previamente. As metas não devem ser muito detalhadas (de maneira que possam favorecer algum grupo de servidores) e elementos de avaliação em equipe são sempre bem-vindos por incentivar

o trabalho cooperativo e evitar problemas causados por comparações interpessoais.

Geralmente, as políticas de remuneração por desempenho são implementadas por meio de legislações próprias ou mesmo acordos coletivos de trabalho. A forma de remuneração também varia entre a progressão por mérito (incorporada aos vencimentos) e o pagamento e bônus não incorporado ao salário, o que acaba gerando um resultado melhor. Na maioria dos países onde as políticas já foram colocadas em prática, não há rubrica orçamentária para esses pagamentos, que devem ser financiados por meio do orçamento do próprio órgão ou instituição.

Levando-se em conta os valores arrecadados pelo trabalho da PGFN e as características das políticas de remuneração por desempenho, é possível imaginar um cenário de aplicação dessa alternativa dentro da carreira. Isso porque, o fato de os Procuradores atuarem na área de recuperação de créditos tributários para o Estado facilita a mensuração da produtividade, que é um dos principais desafios na avaliação de gratificações por performance. Poderia ser uma maneira de se investir melhor os recursos arrecadados pelos membros da carreira. ■

Movimento Nacional de Reforma da Advocacia Pública



O Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal lançou recentemente o Movimento Nacional de Reforma da Advocacia Pública. A campanha, que também conta com o apoio e mobilização dos Procuradores de Estado (ANAPE) e dos Procuradores Municipais (ANPM), contempla uma série de proposições legislativas que irão instrumentalizar a reforma, a exemplo das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 443/2009, 452/2009, 153/2003 e do Projeto de Lei (PL) 6.276/2009, dos honorários advocatícios.

Em 22 de fevereiro, dirigentes do Fórum estiveram reunidos com o líder do Governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP). No encontro, o presidente do Fórum Nacional, João Carlos Souto, ponderou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma reestruturação da advocacia pública, mas que ainda são necessários mais instrumentos para que seus membros desempenhem suas funções com mais eficácia.

O deputado assegurou aos dirigentes que avaliaria a proposta com "bons olhos". No encontro, ficou agendada a participação do deputado no Seminário do Fórum Nacional, que será realizado em abril, em São Paulo.

Tramitação

A PEC 452/2009, do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), foi protocolada na Câmara no dia 16 de dezembro de 2009. Recentemente, a proposta recebeu parecer pela admissibilidade do relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB/PB).

A proposta tem o objetivo de

aperfeiçoar o sistema de Advocacia Pública, inserindo mudanças no desenho da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias Estaduais e Municipais; além de equilibrar o tratamento constitucional entre as denominadas Funções Essenciais à Justiça.

Na justificativa da PEC, o parlamentar afirma não ser possível que a Advocacia Pública desempenhe seu papel sem que lhe sejam asseguradas condições mínimas de independência técnica aos membros das carreiras de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal e Procurador do Banco Central, como a inamovibilidade, a irredutibilidade e a vitaliciedade.

Origem

A PEC da Reforma da Advocacia Pública é mais uma iniciativa do Fórum Nacional da Advocacia Pública e representa o importante consenso obtido ao longo dos mais de dois anos de existência do colegiado.

No ano passado, o Fórum Nacional apresentou projetos e propostas que beneficiam os membros da Advocacia Pública Federal. Primeiramente, foi apresentado o Projeto de Lei (PL 6.276/2009), dos honorários, de autoria do deputado Marcelo Ortiz (PV/SP). A proposição foi apensada ao PL 1.492/2007 e aguarda indicação de relator na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Em seguida, foi apresentada a PEC que fixa o subsídio do grau ou nível máximo das carreiras da Advocacia-Geral da União. Trata-se da PEC 443/2009, do deputado Bonifácio Andrada (PSDB/MG), cujo parecer pela admissibilidade já foi aprovado na Comissão de

Constituição e Justiça da Câmara.

Por último, a PEC 452/2009, da Reforma da Advocacia Pública, também em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

PEC do Subsídio

A PEC 443/2009 fixa o subsídio do grau ou nível máximo das carreiras da Advocacia-Geral da União. A proposta vincula o subsídio das carreiras da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal ao subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo a PEC, o subsídio mais alto dessas carreiras equivalerá a 90,25% do subsídio mensal dos ministros.

Atualmente, a Constituição, em seu artigo 37, inciso XI, já limita o subsídio das carreiras do Poder Judiciário, dos integrantes do Ministério Público, dos procuradores e dos defensores públicos a 90,25% do subsídio dos ministros do STF, mas não menciona as carreiras da AGU e das procuradorias estaduais e do DF.

A favor da vinculação

Ao defender a vinculação salarial, o deputado Bonifácio argumenta que as carreiras da Advocacia da União e dos Estados estão em desvantagem em relação às do Judiciário e não têm sido reconhecidas como essenciais à Justiça, ainda que na Constituição elas figurem justamente neste capítulo.

"A vinculação das funções de advogados da União e dos estados a esse princípio gera a necessidade de que seus membros recebam tratamento adequado, para que não haja hierarquia entre as funções essenciais à Justiça", afirma o deputado. ■

Seminário em Porto Alegre

Em 4 de março, o SINPROFAZ realizou seminário em Porto Alegre para debater o tema “as garantias e prerrogativas do Procurador da Fazenda Nacional e a construção de uma nova Advocacia Pública Federal”. No evento, foi proferida palestra pelo PFN Aldemario de Araujo Castro (ex-Corregedor-Geral da União) com participação de Meire Monteiro, Procuradora Federal e membro do Conselho Federal da OAB. O Sindicato pretende promover o seminário em outras unidades da Federação.

No dia seguinte, 5 de março, o SINPROFAZ ofereceu um café da manhã aos PFNs lotados no Rio Grande do Sul, ao qual compareceram parlamentares e assessores. O deputado federal Vieira da Cunha (PDT/RS), promotor de Justiça no estado, esteve presente no evento e expressou seu compromisso com a aprovação das proposições legislativas de interesse dos Procuradores da Fazenda Nacional. Os deputados Marco Maia (PT/RS), Emília Fernandes (PT/RS), Beto Albuquerque (PSB/RS), bem como o senador Paulo

Paim, enviaram seus assessores, em razão de compromissos anteriormente agendados.

O presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, João Carlos Souto, agradeceu a participação de todos e registrou a razoabilidade da proposta, necessária para imprimir maior organicidade à Advocacia Pública. Na ocasião, conclamou os presentes a se engajarem na luta pela aprovação da reforma, crucial para que os advogados públicos possam trabalhar com melhor estrutura e mais tranquilidade.

Reunião em São José dos Campos

O presidente do Fórum Nacional, João Carlos Souto, participou de reunião do Partido dos Trabalhadores (PT) em São José dos Campos (SP). A reunião plenária aconteceu na Câmara de Vereadores da cidade e contou com a presença da vereadora, ex-prefeita e ex-deputada Federal, Ângela Guadagnin.

No encontro ainda estiveram presentes o deputado federal João Paulo Cunha (PT/SP), o prefeito de Osasco, Emídio de Souza e o deputado estadual Carlinhos (PT/SP).

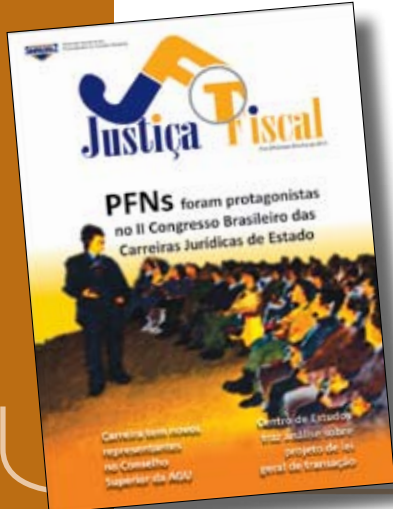
Em seu discurso, o presidente do Fórum Nacional registrou que “o governo Lula promoveu uma reestruturação remuneratória para as Carreiras da Advocacia Pública



Foto: Arquivo pessoal

Federal, contudo, a obra encontra-se inconclusa”. O presidente Souto pediu apoio para a aprovação das PECs 443 e 452, que beneficiam a advocacia pública federal.

A atividade se insere na filosofia de ocupar todos os espaços possíveis na busca de tornar conhecidos os pleitos e propostas legislativas do Fórum Nacional.



Sumário

- 4 Refis da Crise: SINPROFAZ protocoliza Representação ao MPF
- 5 A realidade das novas seccionais
- 7 Desenvolvimento do Brasil em pauta no âmbito da AGU
- 8 Em discurso, presidente nacional da OAB valoriza advogados públicos
- 10 II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado
- 12 II CBCJE debateu relação entre imprensa e judiciário
- 15 Tramita na Câmara o PL contra corrupção
- 19 A história do SINPROFAZ na visão dos ex-presidentes
- 17 Sindicato reúne PFNs de todo Brasil na comemoração dos 20 anos
- 19 As Pedras do Central
- 24 Como está a tramitação das PECs 443 e 452 no Congresso?
- 25 Conversa com os novos PFNs no CS/AGU
- 28 Cursos de pós-graduação crescem no País
- 30 Estudo sobre projeto de lei geral de transição
- 38 Livro sobre novo modelo de cobrança da DAU é sugestão de Para Ler
- 39 Crimes digitais preocupam no Brasil

Parte da nossa História

A presente edição da Revista *Justiça Fiscal* coincide com o crescimento do Movimento Nacional de Reforma da Advocacia Pública, que, como todos sabem, compreende as PECs 443/09 e 452/09. A primeira é de autoria do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG). A segunda é de autoria do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE). Ambas, objeto de intensa atividade do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal.

A ampliação desse Movimento vem sendo construída pelo Fórum Nacional, com o apoio da Associação Nacional de Procuradores de Estado (ANAPE) e da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM). Essa construção tem compreendido a realização de atividades, audiências, reuniões em algumas capitais, a exemplo de Belo Horizonte, Fortaleza, João Pessoa, Recife, São Paulo (duas vezes), Porto Alegre, entre outras. Em todas elas estive presente na condição de Presidente do Fórum Nacional e em todas elas estive presente pelo menos um deputado federal, integrante da Comissão Especial de Análise ou da CCJ, ou, ainda, os deputados autores das Propostas de Emenda.

Outras reuniões ocorreram, em cidades do interior do país, seguindo um rol de sugestões que temos inserido nos denominados "Informativos on line", utilizados para incentivar, registrar e fornecer elementos desse Movimento Nacional.

Este número, a segunda edição do segundo ano da Revista *Justiça Fiscal*, acolhe, entre outros, o registro sobre a participação de Procuradores da Fazenda Nacional no II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado, evento que testemunhou importante pronunciamento do Presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, reproduzido na íntegra, sobre prerrogativas dos advogados públicos.

Há, ainda, o registro da celebração dos 20 anos do SINPROFAZ (com o depoimento de ex-presidentes), uma justa comemoração à entidade que, com independência e luta, tem uma longa lista de serviços prestados à Carreira. Tome-se como exemplo mais recente a luta pela abertura de concursos públicos, nomeação de aprovados e aumentos salariais, cuja última parcela foi implementada em julho do corrente ano.

Reproduzimos neste número as capas das quatro primeiras edições da Revista *Justiça Fiscal*, iniciada em março de 2009 e publicada seqüencialmente a cada três meses. Sentimo-nos honrados em constatar que a Revista *Justiça Fiscal* já faz parte da nossa História.

João Carlos Souto
Diretor de Redação da Revista *Justiça Fiscal*

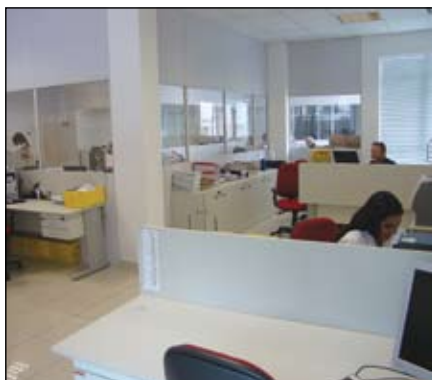
Por dentro das unidades da PGFN

Diferentes lugares, problemas semelhantes, necessidade de soluções. Procuradorias seccionais espalhadas por todo o interior do país expõem demandas estruturais da PGFN e apontam caminhos a serem trilhados

"A proposta tem por fito reorganizar a administração fazendária da União [...] racionalizando e otimizando os trabalhos dessa função, no âmbito do Governo Federal, na proporção em que aumenta a independência da atuação da administração tributária e aperfeiçoa sua integração e seus sistemas de atendimento e controle". O trecho acima faz parte da carta de apresentação da Presidência da República para o Projeto de Lei que criou a Super-Receita, medida que reduziu burocracias e fortaleceu o serviço de arrecadação fiscal no país, mas que também aumentou bastante as demandas da PGFN.

Por um lado, foi um passo importante para a carreira, que passou a ocupar uma posição de maior importância na estrutura do Estado. No entanto, por outro, acabou criando um problema administrativo. Foi preciso aumentar no ano passado o número de seccionais da PGFN para atender às novas funções e muitas dessas novas sedes foram abertas sem as condições ideais de trabalho. Dois exemplos são as seccionais de Sinop-MT e Jaraguá do Sul-SC. "Nossa inauguração ocorreu em junho de 2009. Fomos mais uma destas seccionais abertas para atender à demanda da Super-Receita. Acredito que, se não fosse assim, dificilmente seria aumentado o número de procuradorias aqui no estado", conta o procurador-seccional de Sinop, Robert Luiz do Nascimento.

Robert faz parte de um grupo de bravos procuradores que enca-



A seccional de Juiz de Fora já superou grande parte dos problemas de infra-estrutura



Fotos: Arquivo pessoal

raram os desafios de tocar esses novos postos da PFN. "Acho que seria bom avaliar a possibilidade de concursos regionalizados para essas seccionais. Muitos funcionários ficam poucos meses aqui e já pedem exoneração para novos postos da capital, gerando um dos nossos principais problemas", revela.

É preciso estruturar

Outro grande desafio enfrentado nas novas seccionais diz respeito às locações. Um problema que fez parte das origens das procuradorias estaduais que, em décadas passadas, também funcionaram em salas improvisadas. Questão que foi sendo resolvida ao longo dos anos pela luta dos mais antigos quadros da carreira e que agora volta a instigar a gestão de novos procuradores.

A maioria das seccionais abertas há pouco tempo funciona provisoriamente em prédios oferecidos por outros órgãos da administração pública. "O imóvel onde está instalada a nossa procuradoria é cedido pela

prefeitura e não se encontra em situação ideal. Não há espaços para arquivos e faltam tomadas. Além disso, não há sanitário dentro do prédio, sendo preciso se deslocar cerca de 200 metros para ir até algum banheiro público", relata a procuradora-seccional de Jaraguá do Sul, Sabrina Ribas Bolfer.

A carência de servidores nos quadros também é um problema recorrente. "Quando inauguramos a seccional, havia a informação de que a prefeitura poderia ceder alguns funcionários para compor a estrutura da Procuradoria. No entanto, já tínhamos cobranças contundentes com a prefeitura, que naturalmente não colaborou muito", explica o procurador de Sinop, Robert Luiz. "Há perspectiva de contratação de mais funcionários, porém, com o cenário atual, gastamos boa parte do tempo tentando administrar a carência técnica e logística da nossa seccional. Não temos terceirização para prestação de serviços, e fica complicado para nós, situados a

cerca de 500 quilômetros da Gerência Regional de Administração do Estado, fazermos pequenos reparos no aparelho de ar-condicionado, por exemplo. Incomoda quando, no nosso modesto gabinete, algum advogado ou contador fala: 'Doutor, a PFN precisa de um espaço melhor, não?''", completa.

"Meu principal desafio é conseguir conciliar o tempo entre o volume expressivo de processos judiciais e as demandas administrativas da unidade", relata a procuradora Sabrina. "Analisamos pedidos de certidão, requerimentos administrativos de contribuintes, e atuamos nos processos de defesa das Varas Federais de Jaraguá do Sul e Mafra e da Comarca de Guaramirim", conta.

"Nosso trabalho é árduo, mesmo assim, temos o outro lado da moeda. É gratificante o apoio que recebemos das comarcas e das varas federais e estaduais. É uma perfeita parceria. No sufoco do dia-a-dia, a justiça chega até a vir nos trazer processos no gabinete", relata o procurador Robert Luiz. "O apoio que temos da Agência da Receita Federal também precisa ser citado. Sempre fomos bem recebidos", ressalta.

O modelo

A procuradoria-seccional de Juiz de Fora, em Minas Gerais, pode ser considerada uma referência para as novas seccionais. Criado em 1983, o órgão é um exemplo de sucesso da luta da PFN, que se estruturou ao longo de 27 anos de trabalho de de-



A PFN Sabrina é a procuradora-seccional de Jaraguá do Sul

zenas de procuradores. "Atualmente estamos instalados em excelente prédio, muito bem localizado, com mobiliário e equipamentos quase satisfatórios", conta o procurador-seccional Alex Sant'Anna, que também destaca a setorização dos serviços desempenhados no local. "Concerne ao aspecto organizacional, a seccional está dividida em setores. No que tange à divisão do trabalho da atividade jurídica, os procuradores dividem-se

entre os Setores Administrativo, da Defesa, dos Embargos à Execução Fiscal e das Execuções Fiscais, estando esse último Setor com o acompanhamento dos Grandes Devedores. Para o bom funcionamento da seccional, não obstante o excesso de trabalho, tornam-se

fundamentais a consensualidade e a solidariedade, que aqui costumam prevalecer", explica.

Toda essa estrutura estabelecida em Juiz de Fora não significa que o trabalho lá seja simples. "Ainda temos muitos desafios, entre os quais o não reconhecimento da importância social da Procuradoria da Fazenda Nacional por parte de alguns segmentos da sociedade", ressalta o procurador Alex. "É lamentável que não tenhamos um quadro próprio

de servidores de apoio, há servidores entre nós muito dedicados e que, nem por isso, têm reconhecida sua importância com uma justa remuneração", reivindica.

"Além da expressiva quantidade de ações ordinárias e de execuções fiscais que transitam nesta Seccional, há de se destacar algo nem sempre muito perceptível: a existência de um enorme número de processos administrativos, cujo trato consome grande parte do nosso tempo", lembra o procurador Alex. A grande diferença é que as questões administrativas enfrentadas em Juiz de Fora não comprometem o trabalho dos procuradores, que dispõem de todas as condições básicas necessárias para desempenho da função de PFN. "Muito embora, por outro lado, cabe anotar, essa atividade administrativa deva resultar em evidenciar ainda mais a natureza de carreira de Estado daqueles sobre cuja responsabilidade encontra-se o trâmite desses requerimentos e processos administrativos", destaca.

Como lembrou o procurador Alex, não há dúvidas de que a gestão administrativa faz parte do trabalho de qualquer servidor público. O problema é quando essas questões ocupam mais os procuradores do que o trabalho pelo qual são responsáveis. "Sou muito satisfeita e orgulhosa do nosso trabalho, mas gostaria de poder me preocupar mais com a recuperação do crédito e com a defesa da União, do que com os problemas estruturais a que nos submetemos diariamente como Procuradores da Fazenda Nacional", conclui a procuradora Sabrina. ■

"Sou muito satisfeita e orgulhosa do nosso trabalho, mas gostaria de poder me preocupar mais com a recuperação do crédito e com a defesa da União, do que com os problemas estruturais a que nos submetemos diariamente como Procuradores da Fazenda Nacional"

Carreiras jurídicas debatem desenvolvimento do Brasil

Discutir o futuro do sistema judicial brasileiro e buscar a integração das carreiras jurídicas de Estado para o desenvolvimento do Brasil. Com esses objetivos, mais de 1,5 mil pessoas estiveram presentes na abertura do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado (II CBCJE), no dia 6 de julho, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. O evento, que se encerrou em 9 de julho, teve apoio do SINPROFAZ para sua realização.

Participaram da cerimônia de abertura o presidente da República em exercício, José Alencar; o presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto; o presidente de honra e homenageado do II CBCJE, ministro do STF José Antonio Dias Toffoli; o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams; o presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante Filho; entre outros convidados.

O presidente da República em exercício, José Alencar, destacou que “a iniciativa representa um intercâmbio importante para o Poder Judiciário, visando o aperfeiçoamento da vida do nosso povo”.

Idealizador do I CBCJE, promovido em 2008, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli foi homenageado nesta segunda edição do Congresso. Ele ressaltou o caráter integrador e propositivo do even-



Foto: Agência Brasil

Abertura do evento reuniu autoridades dos três poderes da República

to. “A realização do I CBCJE, em 2008, foi um marco, e o evento que se inicia agora é a consolidação desse processo de integração do sistema judicial brasileiro. Não apenas queremos discutir problemas e realidades, mas também propor soluções em cima de tudo que foi discutido nos dias do evento”, informou Dias Toffoli.

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, comentou que não deve existir na atuação do advogado público um único resquício de subserviência a interesses subjetivos, mas somente ao interesse coletivo. Cavalcante também defendeu leis que ampliem as prerrogativas profissionais da advocacia

pública e se disse favorável a que esses profissionais recebam honorários de sucumbência, contem com independência técnica, tenham reconhecida a privacidade de suas funções e disponham de liberdade em sua jornada de trabalho. Leia a íntegra do discurso de Cavalcante nas páginas a seguir.

Os debates e conclusões do II CBCJE serão publicados em breve. Além disso, no encerramento do evento foi sugerido que cada associação de carreira específica realize seminários regionalizados no próximo ano, para dar continuidade ao diálogo iniciado, além de preparar a pauta de temas para a terceira edição que deverá ser realizada em 2012.

Imprensa x Judiciário

Oficina reúne advogados públicos, magistrados e jornalistas em debate sobre a dinâmica de trabalho entre imprensa e judiciário e os impactos dessa relação no direito à informação

"Judiciário e imprensa, uma relação litigiosa?" Foi com essa indagação que a repórter da Central Brasileira de Notícias (CBN) Roseann Kennedy deu início à oficina que resultou em mais de quatro horas de exposição e debate. Ao fim, pode-se perceber que, mesmo sendo um certo exagero chamar de litigiosa a relação entre mídia e justiça, é patente o fato de que em muitas questões há uma forte divergência de opiniões entre as partes. Conflitos que acabam tendo impacto direto na aplicação do 5º artigo da Constituição, que garante ao cidadão tanto o direito inviolável à intimidade, vida privada, honra e imagem, quanto o direito de acesso à informação.

"É preciso lembrar que é uma zona limítrofe muito sensível que separa a liberdade de expressão e imprensa dos interesses individuais e particulares, em especial quando se trata de agentes públicos", pontuou o presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, João Carlos Souto, que representou as carreiras jurídicas na mesa de debate. Além dele e da repórter Roseann Kennedy, participaram os jornalistas Júlio Mosquera, da TV Globo, e João Bosco Rabello, diretor da sucursal do jornal O Estado de S. Paulo em Brasília. A oficina foi mediada pelo Procurador-Regional da República e jornalista Franklin Rodrigues da Costa e contou com intensa participação dos advogados públicos e magistrados presentes na platéia.



Foto: II CBCJE

Souto (Fórum), Bosco (Estado de São Paulo), Franklin (Procuradoria da República), Mosquera (TV Globo), Roseann (CBN)

Falta entendimento

Para a jornalista Roseann Kennedy, é notório o muro que, em geral, separa imprensa e judiciário. "Falta um pouco de compreensão de ambos os lados. Imprensa e judiciário mal se falam e mal se entendem. Magistrados temem que os jornalistas não entendam o que falam e que sejam publicadas informações distorcidas. Já os repórteres têm medo justamente de não conseguirem traduzir corretamente para os cidadãos a complexa linguagem da justiça", explicou. "Essa barreira só vai ser resolvida na base de muito diálogo. E não apenas conversa entre magistrados e jornalistas setoristas, especializados na área. É preciso contato com todos, ou então a barreira só vai aumentar", completou.

A jornalista lembrou ainda que seria interessante se os próprios magistrados e as assessorias de imprensa dos órgãos do judiciário chamassem a atenção da imprensa para assuntos relevantes para a sociedade. "Muitas vezes o jornalista tem dificuldade de identificar no complexo meio jurídico as notícias que realmente trazem algum impacto para a vida do cidadão. Uma parceria nesse sentido tornaria mais eficiente o trabalho de ambas as partes".

O juiz da 4ª Vara Criminal da Justiça Federal em Belo Horizonte (MG), Alexandre Buck Medrado Sampaio, aproveitou uma das oportunidades dadas à platéia e contou que realmente tem dificuldade para lidar com repórteres. "Não me vejo conversando com jornalistas sobre

processos que vou julgar. Qualquer informação contraditória que seja publicada pode comprometer a minha credibilidade no julgamento". Roseann justificou afirmando que esse tipo de temor só vai ser quebrado na base da confiança. "Acho que é possível identificar quando se trata de jornalistas sérios. Acredito que dá prá estabelecer um contato na base da conversa. Muitas vezes, nós jornalistas nem precisamos publicar as palavras do juiz, mas apenas conversar para entender melhor o caso. Às vezes os erros são cometidos justamente por falta de esclarecimento", respondeu.

Para a solução desse tipo de problema, a jornalista sugeriu uma aproximação institucional entre imprensa e judiciário. "É preciso desenvolver seminários, cursos, treinamentos. Por que os tribunais não convidam os jornalistas para conversar sobre pautas, conceitos básicos, questões que facilitariam o trabalho de ambas as partes? É preciso quebrar o gelo para que judiciário e imprensa tenham um relacionamento saudável e possam cumprir juntos o dever de garantir a informação ao cidadão brasileiro", concluiu.

A polêmica da censura

Segundo a expor no debate, o jornalista João Bosco levantou a polêmica sobre os casos de interferência judicial no trabalho jornalístico. "O principal ponto de conflito entre imprensa e judiciário está no caso das intervenções. Quando jornalistas se valem de seu poder investigativo e apuram informações que não são divulgadas pelo judiciário se deparam com duas questões: o segredo de justiça e o direito do seguro das fontes. Não podemos achar que essas questões estão resolvidas quando o Estadão está completando um ano sob censura prévia no caso Fernando Sarney", lembrou.

Em julho do ano passado, o

desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, proibiu o jornal de publicar reportagens que contenham informações da Operação Fator. O recurso judicial foi apresentado pelo empresário Fernando Sarney - um dos envolvidos na investigação. Os advogados do empresário afirmaram que o Estadão praticou crime ao publicar trechos das conversas telefônicas gravadas na operação e alegaram que publicar dados da investigação pode ferir a honra da família Sarney. "Hoje em dia, praticamente todos os processos que envolvem políticos seguem em segredo de justiça. Acho que esse conceito está sendo tratado com muita elasticidade pela justiça. Ser agente público é uma opção e essas pessoas precisam estar expostas quando são assuntos de interesse público. Esconder isso em segredo de justiça me parece errado", afirmou.

O juiz Aldo de Albuquerque Mello, da 7ª Vara Cível de Aracaju (SE), argumentou que o caso do Estadão não se trata de censura prévia. "Trata-se apenas de uma decisão judicial para que não seja publicada uma determinada informação sigilosa de um processo. Censura prévia é como foi na época da ditadura militar, onde todo o conteúdo do jornal passava por avaliação antes de ser publicado", explicou. "Tenho nas mãos alguns processos contra a imprensa e é

sempre complicado de julgar. Temos que ter cuidado com as informações. O que é dito 'público' também pode agredir. Um fato não se torna de interesse público apenas porque o jornal disse que é de interesse público", concluiu o juiz.

"De qualquer forma, considero censura prévia quando recebemos no jornal um oficial de justiça dizendo que estamos proibidos de publicar qualquer coisa sobre determinado assunto", respondeu João Bosco. "O direito à privacidade não pode se impor sobre o interesse público quando está explícito um caso de tráfico de influência dentro do Estado. Concordo com os princípios do segredo de justiça para preservar a intimidade das pessoas, mas tenho percebido a ausência de um certo rigor na aplicação do conceito", completou.

Por que só notícia ruim?

Outra polêmica levantada pelos presentes durante a oficina foi a questão de que a imprensa só divulga as notícias ruins. "A idéia da imprensa é vender jornal. Nós do judiciário erramos também, pois, somos seres humanos. E o erro é sempre muito anunciado. Já o que é feito de bom quase nunca é divulgado. Só há interesse em publicar notícia ruim", questionou o juiz Aldo de Albuquerque. "Um exemplo é o caso das condenações do presidente Lula por propagan-



da eleitoral antecipada. Dá muita audiência publicar a condenação, mas não dizer que ela foi removida. Muitas vezes alguns erros não são reparados por conta da espetacularização da informação", acrescentou um advogado público que estava na platéia.

"Existe um pouco essa visão de que a imprensa se alimenta do joio. Mas a verdade é que nós temos essa função clara de buscar o que está errado. Sempre com a responsabilidade de checar a informação antes de divulgar", respondeu o repórter Júlio Mosquera. "De maneira simplista, podemos dizer que infringir uma lei é algo fora do normal e, portanto, de interesse público. Já obedecer a lei é o que as pessoas esperam que seja o normal, por isso geralmente a força da notícia é menor. Às vezes as pessoas tomam isso como algo pessoal, mas não é", explicou.

Os jornalistas também foram questionados sobre a polêmica do Conselho Federal de Jornalismo. "O que vocês pensam sobre a criação de um conselho como o CNJ [Conselho Nacional de Justiça] para controlar o poder da imprensa? Assim como o Ministério Público e a magistratura, a imprensa também trabalha para o povo. Será que não seria necessário um órgão responsável por fiscalizar?", questionou o advogado da União Tiago Bacelar Aguiar Carvalho.

"Há uma idéia errada de que jornalista fala qualquer coisa que pensa. Há muitos filtros na grande imprensa. Nós checamos e refletimos muito antes de colocar uma informação no ar, até porque somos muito cobrados por isso. A população nos cobra a informação correta", argumentou Júlio Mosquera. "A criação de um conselho para fiscalizar o trabalho da imprensa seria uma forma de controle social ou de controle do Estado? Uma ferramenta como essa poderia facilmente ser usada para cercear a liberdade de

imprensa. E a liberdade não é da imprensa, é da sociedade, que tem o direito de saber o que acontece", concluiu.

The Pentagon Papers

Último a expor, o Procurador da Fazenda Nacional João Carlos Souto fez questão de lembrar os presentes do famoso caso dos "Papéis do Pentágono" (*The Pentagon Papers*), que expôs o conflito do direito à informação nos Estados Unidos na

"Apesar dos conflitos, já é um ganho que estejamos aqui tendo esse tipo de discussão. Se houver essa aproximação, esse diálogo sem preconceitos, só temos a contribuir para a democracia em geral", concluiu a jornalista Roseann Kennedy

década de 1970. O caso trata de uma ação da advocacia geral dos EUA que proibia o jornal *The New York Times* de publicar documentos secretos conseguidos por jornalistas sobre a Guerra do Vietnã. "Não há dúvidas de que as informações, que acabaram sendo publicadas por outros jornais, tratavam de questões de segurança nacional e, ainda assim, a corte suprema decidiu, surpreendentemente, a favor do jornal", contou.

"Não acho que o jornalista esteja cometendo crime ao divulgar uma notícia de interesse público que estava em segredo de justiça, desde que seja feito com responsabilidade. O guardião da informação é o agente público, já a missão do jornalista é informar. Se vazou algum docu-

mento do pentágono, certamente foi porque havia divergência dentro do próprio Estado sobre a política que estava sendo adotada. O jornalista apenas expôs isso. Não espero que as autoridades, como magistrados e juizes, passem informações a todo o momento para nós repórteres, mas vamos morrer tentando", acrescentou João Bosco.

"Nós juizes não temos interesse em ter processos sigilosos, até porque são mais complicados de tramitar, mas precisamos sempre nos preservar. Ao nos expormos passando informações para jornalistas estamos correndo também o risco de que a comoção criada pela mídia sensacionalista condicione o nosso julgamento. Temos a necessidade de julgar com tranquilidade e serenidade, sem nos indispor. Não consigo ver qualquer objetivo na exposição de um juiz ao público", colocou o magistrado Alexandre Buck.

"Essas questões me fazem chegar à conclusão de que não há um padrão de decisão do judiciário contra ou a favor, maior ou menor, à liberdade de imprensa. É preciso analisar cada caso da forma mais ampla possível. Não se pode estabelecer aqui que o judiciário tenha uma postura ou que a imprensa tenha outra", disse João Carlos Souto.

Ao fim, tanto a platéia, quanto os representantes da mesa exaltaram a oportunidade de debate proporcionada pela oficina. "Apesar dos conflitos, já é um ganho que estejamos aqui tendo esse tipo de discussão. Se houver essa aproximação, esse diálogo sem preconceitos, só temos a contribuir para a democracia em geral", concluiu a jornalista Roseann Kennedy. "O objetivo da oficina foi cumprido. Debatemos e o medo de ambas as partes foi quebrado. Quando há trabalho sério, juizes e jornalistas podem juntos cumprir a suas funções perante a população", encerrou o procurador e jornalista Franklin Rodrigues da Costa. ■

Homenagens marcam comemorações dos 20 anos do SINPROFAZ

Na noite de 21 de junho, Procuradores da Fazenda Nacional de todo o Brasil prestigiaram evento organizado pelo SINPROFAZ em Brasília para comemorar os 20 anos de fundação da entidade sindical.

A celebração contou com a presença do ministro do STF, José Antônio Dias Toffoli; do Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams; da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, Adriana Queiroz; e da Conselheira Federal da OAB, Meire Lúcia Gomes Monteiro da Mota Coelho. Representantes de parlamentares vinculados à carreira, como os deputados Paulo Rubem Santiago e José Mentor, também estiveram presentes.

Convidados especiais

Prestes a completar 17 anos na PGFN, Adriana tornou-se ano passado a primeira mulher a assumir o posto de Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. "Acompanhei praticamente toda essa trajetória de luta do SINPROFAZ. Hoje, a carreira de Procurador da Fazenda



Presidente Anderson Bitencourt abre solenidade em comemoração aos 20 anos do SINPROFAZ

Nacional está muito mais estruturada para cumprir suas funções do que há 20 anos. Se no começo não passávamos de 300 Procuradores, atualmente estamos chegando a dois mil. E o Sindicato sempre teve papel fundamental nesse crescimento", afirmou.

O primeiro ministro da AGU membro da carreira, o PFN Luís

Inácio Lucena Adams comentou que "o SINPROFAZ ocupa um importante papel dentro da PGFN, cumprindo a função de levar as demandas da carreira para as instituições superiores. Agora é preciso continuar lutando pelo fortalecimento e a união de todas as carreiras da advocacia pública no Brasil".



PFN Luís Adams, Ministro da AGU, e PFN Adriana Queiroz, Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, prestigiam o evento



Ex-presidentes do Sindicato recebem homenagem

A história do SINPROFAZ

Ex-presidentes revisitam a história da entidade sindical que, nessas duas décadas, evoluiu bastante junto com o crescimento numérico da carreira. Eles foram homenageados pelo atual presidente, Anderson Bitencourt

João Carlos Souto (2005-2007/2007-2009)

Os dois mandatos em que presidi o SINPROFAZ foram excepcionalmente ricos em acontecimentos. Troca de Ministro da Fazenda (Mantega/Pallocci), substituição na PGFN (Manoel Felipe/Adams), com uma resistência nos primeiros dias ao nome do segundo. Duas greves (2006 e 2008) em defesa de melhoria salarial que culminaram com um ganho remuneratório significativo para a Carreira de Procurador da Fazenda Nacional. Digno de nota que na primeira greve, em 2006, quando era titular na AGU o então Ministro Álvaro Costa, o SINPROFAZ e a Carreira de PFN sustentaram, sozinhos, uma greve por quase 60 dias. Ao final desses 60 dias, as demais carreiras da AGU se juntaram a nós.

Destaco, ainda, a nossa corajosa denúncia ao MPF contra a situação estrutural calamitosa da PGFN, que redigi e assinei sozinho na condição de

Presidente. Em seguida mandamos publicar a denúncia em forma de opúsculo e a distribuímos em todas as projeções do MPF. A importância histórica dessa denúncia ainda está para ser mensurada no âmbito da PGFN. Ela é responsável (em grande parte) pela abertura de concursos públicos nos últimos anos, fruto de compromisso da PGFN perante o MPF, em decorrência, repita-se, da denúncia. Outro momento importante que demonstra a independência do SINPROFAZ foi a denúncia contra o então titular da PGFN, por tentativa de corte de ponto no período da greve.

Na nossa Presidência realizamos um trabalho mais amplo de aproximação com o Congresso Nacional, bem como a criação da Coordenação de Defesa Profissional, o primeiro Concurso de Monografia da Carreira,



a concepção e implementação da Semana Nacional da Justiça Fiscal e seus desdobramentos, como a Revista Justiça Fiscal, a qual tenho a honra de ter sido o idealizador e seu di-

retor de Redação até a presente data. Outro ponto que merece destaque foi o atendimento pessoal e direto, pelo Presidente, a todas as demandas, inclusive com resposta pessoal na lista de discussão ou via e-mail pessoal ao Procurador. A celeridade com que implementávamos as respostas rendeu inúmeras congratulações e elogios durante nossa Presidência.

Agora é a hora de lutarmos firme pela importante campanha dos honorários advocatícios e também pelo Movimento Nacional de Reforma da Advocacia Pública consubstanciado nas PECs 443/09 e 452/09.

Aldemario Araujo Castro (2004-2005)

Presidi o SINPROFAZ por cerca de onze meses, nos anos de 2004/2005, completando o período de mandato do ex-Presidente Sérgio Luís Rodrigues.

Esse curto lapso temporal ocorreu depois da primeira greve da Advocacia Pública Federal. Assim, de forma quase natural, as atividades sindicais voltaram-se principalmente para questões organizacionais.

Buscou-se aprimorar o Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, notadamente no campo

da troca de experiência entre os membros da carreira e da transparência e documentação, em projeto, da relação com os patrocinadores.

Também foi dispensada especial atenção para a propositura, acompanhamento e divulgação de ações judiciais. Ressalte-se todo um trabalho junto aos escritórios de advocacia em relação à ação da VPNI e à ação das férias de 60 (sessenta) dias.

Várias iniciativas foram adotadas



no campo das atividades de estudo e formação. Foram lançadas publicações específicas acerca de importantes questões de interesse dos PFNs, obteve-se descontos especiais para

aquisições de obras e cursos na área do direito tributário e foi confeccionado o primeiro "CD dos PFNs", contendo ampla coletânea de legislação, jurisprudência, doutrina e peças processuais utilizadas na atuação diária dos integrantes da carreira.

Sérgio Rodrigues (2003–2004)

O período de 13 meses (junho de 2003 a julho de 2004) no qual eu tive a honra de ocupar o cargo de Presidente da Diretoria do SINPROFAZ foi, na realidade, a continuação de um trabalho iniciado ainda no ano de 2000, quando muitos dos colegas ingressos naquele ano se indignaram contra a realidade encontrada na PGFN, sendo que esse inconformismo já era compartilhado por vários colegas que já se encontravam na carreira há mais tempo.

Da união e dos ideais desses grupos surgiu um movimento político nacional que culminou com a apresentação de uma chapa para concorrer nas eleições para a Diretoria do SINPROFAZ em 2001, sendo que essa chapa, encabeçada por Paulo Cesar Negrão, e na qual eu figurava como Diretor-Secretário, acabou por ser eleita para o biênio 2001/2003.

Nesse primeiro momento o trabalho foi exaustivo, pois era necessário reestruturar completamente a parte administrativa do sindicato, bem como trabalhar diuturnamente contra as várias mazelas que assolavam a carreira e a instituição, dentre elas, a baixa remuneração (25% dos salários de um Juiz Federal), a ocupação de cargos de chefia por Bacharéis (sem concurso) e todas as consequências inerentes a esse desvio, sem falar na mais absoluta falta de estrutura física e humana das unidades.

Nesses dois anos a nossa carreira conseguiu expulsar os Bacharéis de seus cargos, se impôs funcionalmente e viu, pela primeira vez, um Procura-

dor de carreira, da ativa, ocupar o cargo máximo da instituição.

Esse mesmo grupo organizou o primeiro Encontro dos Procuradores, em Angra dos Reis, onde se discutiram os problemas e as propostas que iriam nortear a condução do sindicato nos anos vindouros.

Ao final desse mandato (2001/2003), muita coisa ainda estava por ser feita, motivo pelo qual o mesmo grupo de pessoas formou uma nova chapa, agora por mim encabeçada, para dar sequência ao trabalho iniciado pela gestão anterior.

Presidência

O ponto principal da pauta sindical à época era a questão salarial, e foi esse o mote para a decretação da primeira greve (2003/2004) de advogados públicos da história da República. A greve trouxe como consequência, senão a solução, pelo menos uma pequena recomposição salarial, e explicitou para a carreira os caminhos que deveriam ser percorridos no futuro, bem como a identificação dos obstáculos e dos adversários que deveriam ser enfrentados e derrotados.

O movimento grevista possibilitou, ainda, a aproximação das carreiras jurídicas, tendo ocorrido nessa época a criação do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, em decorrência dos entendimentos surgidos no âmbito da União Nacional da Advocacia Pública (UNAP), ambos os Fóruns dirigidos, por aclamação dos



demais, pelo Presidente do SINPROFAZ.

Nesse período, também, foi feito um cuidadoso trabalho estratégico de aproximação política com o governo, o que resultou

na ocupação de cargos importantes na administração pública por colegas Procuradores da Fazenda, os quais, no exercício de seus cargos, puderam colaborar com as demandas administrativas e funcionais de interesse de nossa carreira e da PGFN.

O resultado da atuação política do SINPROFAZ fez com que o Encontro dos Procuradores de 2003 (Florianópolis) fosse prestigiado por vários parlamentares, dentre eles o Deputado José Eduardo Cardoso, o qual, posteriormente, viria a ser o Presidente da Comissão do Advogado Público da Câmara, o Ministro do STF Carlos Ayres, os Ministros do STJ Castro Meira e Teori Zavasky, este último de fundamental importância na recente alteração da jurisprudência referente ao “crédito prêmio do IPI”, a maior vitória da PGFN nos últimos anos, êxito esse que já começava a ser construído nos contatos iniciados àquela época e, ainda, o Ministro de Estado Alvaro Ribeiro da AGU e o Subchefe da Casa Civil Dias Toffoli, o qual futuramente viria a ser AGU e Ministro do STF.

Houve a implementação dos estudos na área jurídica do sindicato, com a propositura de várias ações judiciais (VPNI, férias 60 dias, dentre outras) que ainda causam grande expectativa para a maioria da carreira.

Paulo Cesar Negrão (2001–2003)

Tive a imensa honra de presidir o SINPROFAZ entre o segundo semestre de 2001 e o primeiro de 2003.

Os colegas que ingressaram na carreira após 2003 talvez não tenham idéia da crise então vivenciada pela PGFN, como, de resto, pelo serviço público em geral.

Os vencimentos dos Procuradores da Fazenda restaram congelados

ao longo de praticamente todo o governo FHC e, em janeiro de 2003, já após o último aumento concedido naquele governo, o vencimento líquido de um Procurador da Fazenda de segunda categoria estava em torno de R\$ 4.800,00 (para efeito de comparação em relação ao poder de



compra, é bom lembrar que a cotação do dólar no mês de janeiro de 2003 girava em torno de R\$ 3,50).

O achatamento dos vencimentos refletia-se na evasão de talentos: no concurso de 2000, por exemplo, de 640 aprovados, somente 428 tomaram posse.

Por outro lado, o número de Procuradores da Fazenda Nacional era manifestamente insuficiente para dar conta das amplas atribuições da PGFN e, para piorar, essa situação era utilizada pelo Governo como pretexto para a contratação de bacharéis, sem concurso público, para o exercício do cargo de Procurador-Sectional da Fazenda.

O Procurador-Geral da Fazenda Nacional e seu antecessor não perenticiam a nossa carreira.

Ficava, então, claro que o SINPROFAZ precisaria lutar, principalmente, em duas frentes: a recomposição dos vencimentos e a reconquista dos cargos de chefia para a carreira, com a exoneração dos não concursados.

A luta foi intensa, com direito a greves, manifestações e representações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União, mas entendo justo considerar que o SINPROFAZ acabou colecionando mais vitórias do que derrotas, principalmente no que se refere à retomada da instituição por membros da carreira.

No dia 12 de fevereiro de 2003, foram, finalmente, exonerados os bacharéis, por determinação do então

Advogado-Geral, Dr. Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, que tomara conhecimento do ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público Federal, em decorrência de uma das várias representações encaminhadas pelo SINPROFAZ.

O SINPROFAZ organizou, também, ao final de 2002, a histórica lista tríplice, eleita pelo voto direto dos Procuradores, sendo os três mais votados, pela ordem, os Drs. Aldemario Araujo Castro, Ricardo Lodi e Francisco Tadeu.

As articulações políticas envolveram Deputados e Senadores do Partido dos Trabalhadores que vencera as eleições daquele ano, com muitas movimentações em Brasília e nos estados da Federação, empreendidas tanto pela Diretoria do SINPROFAZ, quanto por Procuradores engajados na luta.

O Governo Lula, contudo, acabou por optar pelo quarto nome mais votado, Dr. Manoel Felipe do Rego Brandão, fato considerado, tanto pela Diretoria do SINPROFAZ, quanto pela esmagadora maioria dos sindicalizados como um importante avanço para a categoria.

De fato, ainda que por um breve período, chegaram a integrar a

cúpula da PGFN nada menos do que três dos quatro Procuradores mais votados pela categoria: o Dr. Manoel Felipe, como já dito, e os Drs. Francisco Tadeu e Aldemario Araujo Castro, na qualidade de Procuradores-Gerais Adjuntos.

Foi nesse período, também, que o SINPROFAZ realizou os dois primeiros encontros nacionais (Angra dos Reis - RJ e Costa do Saúpe - BA), coroados de sucesso e que já se tornaram uma tradição em nossa carreira.

Hoje, certamente, há, ainda, muitos desafios, como a carreira de apoio, o problema das promoções, os crônicos cortes orçamentários, a revisão de nossa lei complementar etc. Por isso, é preciso que todos os Procuradores continuem a empreender seus esforços no sentido de prestar apoio ao SINPROFAZ que, assim, cada vez mais, alcançará a relevância e a representatividade necessárias para novas conquistas.

Não poderia encerrar sem prestar uma sincera homenagem a todos os colegas, membros da Diretoria e Sindicalizados, que tanto colaboraram com o SINPROFAZ naqueles dias de luta, aos quais, de fato e de direito, pertencem todas as vitórias alcançadas.



Luciano Haddad (1997-1999/1999-2000)

Posso dizer que o SINPROFAZ deixou de ser carioca para ser nacional na minha primeira gestão. É daquela época o embrião da estrutura administrativa, da informatização com implementação do primeiro sítio de entidade sindical pública que se tem notícia, bem como a criação da lista de discussão que promoveu um "boom" na intercomunicação dos PFNs.

Destaco ainda a implementação do ordenamento jurídico interno do SINPROFAZ - isto é, a vigência do Estatuto do SINPROFAZ -, elaborado por comissão multifacetária composta por alguns valorosos colegas. Como adendo, foi na minha gestão ainda que o Sindicato contratou assessoria político-parlamentar e assessoria de imprensa.

Ricardo Lodi (1995-1997)

O SINPROFAZ era praticamente restrito a Rio e São Paulo. O grande desafio daquela época foi tornar o sindicato verdadeiramente nacional, o que a gente fez através de assembleias no Brasil inteiro. Trouxemos a sede do sindicato para Brasília. Foi uma época difícil também porque a Procuradoria naquele tempo era governada por pessoas de fora da carreira. Começaram inclusive a nomear gente também de fora da carreira para exercer o ofício dos Procuradores seccionando. Tivemos na época que fazer uma série de representações.

O Sindicato tinha pouco dinheiro, eram poucos Procuradores, poucos filiados. Era um tempo de construção e vejo que esse esforço valeu a pena porque hoje o SINPROFAZ é uma potência.





Sumário

- 4 SINPROFAZ atualiza Manual do Contribuinte
- 5 Reforma dos Códigos Processuais tramita no Senado Federal
- 8 Procuradores iniciam protesto contra MP 507
- 10 Mobilização é o caminho para aprovar PEC 443
- 11 Para Ler: Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar
- 12 Mais um passo para a integração dos Advogados Públicos dos países do Mercosul
- 13 Presidente Dilma recebe demandas do Forum Nacional
- 14 O trabalho de excelência dos PFNs lotados na CASTF
- 17 20 anos do SINPROFAZ: ex-presidente relembra anos de luta
- 18 SINPROFAZ, uma história de lutas, por Agostinho Netto
- 21 XI CONPAF aborda ações do Movimento de Reforma da Advocacia Pública Federal
- 22 Sindicato atualiza layout do site e aperfeiçoa conteúdo
- 24 Confira a programação do X Encontro Nacional de PFNs
- 26 SINPROFAZ participa de Congresso de Direito Constitucional em Brasília
- 28 Procuradora fortalece imagem da PFN junto ao Judiciário
- 32 Justiça Fiscal abre espaço para manifestações de aposentados
- 37 Os desafios nas seccionais de Blumenau-SC e Ilhéus-BA
- 39 As prioridades para 2011 da nova presidência da Anape
- 41 Anauni lança anuário para divulgar trabalho da AGU
- 43 As raízes fidalgas das funções jurídicas
- 47 Conheça o New Fiesta, novo sedan da Ford

Presidente Dilma rompe mais uma “tradição”

Um ano, cinco edições, nenhuma personalidade na capa da Revista Justiça Fiscal. Contudo, a histórica eleição da primeira mulher Presidente do Brasil autorizou a quebra dessa “tradição”. Dilma Rousseff acaba de romper mais um tabu. Simples e tímido em se comparando a todos os outros, mas muito significativo para nossa “equipe” de cinco integrantes.

“Presidente Dilma, ela já sabe o que queremos” é a chamada de capa. Sabe o que queremos porque acompanhou, nesses últimos oito anos, o trabalho árduo, múltiplo e efetivo das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Procurador do Banco Central, em defesa da União. Sabe o que queremos porque não obstante todo o investimento da última década a Advocacia-Geral da União ainda carece de investimentos outros, de instrumentos e da consolidação do processo de recuperação remuneratória iniciada pelo atual governo.

E mais, sabe o que queremos porque recebeu, pessoalmente, do autor destas linhas, em 22 de outubro de 2010, em Belo Horizonte, documento com as principais reivindicações da Advocacia Pública.

O crescimento da Advocacia Pública segue em marcha constante e crescente. São vários os exemplos: a interlocução efetiva conseguida com atores políticos, o Movimento Nacional de Reforma da Advocacia Pública e, por mais paradoxal que possa parecer, a esdrúxula reação de entidades de outras Carreiras de Estado, incomodadas com a agenda legislativa da Advocacia Pública e as conquistas que pouco a pouco vamos conseguindo. A reação de outras Carreiras é a certeza de que estamos no caminho certo.

O avanço institucional que almejamos depende do efetivo engajamento de cada um de nós. Vamos em frente, defendendo as políticas de Estado e ajudando a consolidar o novo Brasil.

João Carlos Souto
Diretor de Redação da Revista Justiça Fiscal

Senado avança na reforma do CPC

À frente da gestão da Universidade do Legislativo desde que se aposentou como ministro do STJ em 2009, Carlos Mathias apóia reivindicação dos Advogados Públicos consubstanciada em emenda ao projeto de lei que atualiza o Código de Processo Civil brasileiro

“Fiquei apenas três dias aposentado”. Com esta declaração, o vice-reitor da Unilegis, Carlos Mathias, iniciou bate-papo com a reportagem de Justiça Fiscal. Ele comentava como surgiu o convite para gerir a Universidade do Legislativo logo após sua aposentadoria como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Com uma trajetória profissional brilhante nos meios jurídico e acadêmico, Carlos Mathias estreou como operador do Direito, integrando importante banca de advocacia. Anos depois, passou a atuar na advocacia pública como Procurador do DF. Na carreira, chegou ao cargo de Subprocurador-Geral. De lá, seguiu para o Tribunal Regional Federal, sendo nomeado para ocupar vaga de desembargador federal após indicação em lista da Ordem dos Advogados do Brasil.

No TRF da 1ª Região, Mathias continuou atuando até dois anos antes de se aposentar, quando foi convocado para o exercício de ministro do STJ. Em todo esse período, conduziu também um vasto caminho na vida acadêmica. De professor de História, migrou para o magistério na área de Direito. Entre as disciplinas que lecionou, destaque para o Direito Civil e para o Direito Autoral, cadeira que ajudou a fundar na Universidade de Brasília.



A harmoniosa convivência entre Direito Público e Direito Privado garantiu um acúmulo de experiência ao magistrado que agora, aposentado, Carlos Mathias aplica no dia-a-dia como vice-reitor da Unilegis. “Na Unilegis, eu pude recuperar, retomar minhas atividades de administração universitária”. Durante mais de 20 anos, Mathias foi conselheiro de educação e chegou a presidir o Conselho de Educação do DF e a dirigir, por duas vezes, o curso de Direito da UnB.

O vice-reitor ressalta, entretanto, que são ambientes universitários muito distintos. Enquanto nas universidades convencionais o seu foco era a formação de profissionais de Direito, advogados, futuros juízes, futuros membros do Ministério Público, entre outras carreiras jurídicas, na Unilegis a meta é aperfeiçoar os conhecimentos dos servidores já graduados ou não das casas legislativas. “A Unilegis é diferente porque é uma universidade especializada que, além dos cursos presenciais, atende a uma demanda expressiva com cursos à distância, especialmente para as assembleias legislativas e câmaras de vereadores”, informa Mathias.

Enriquecendo o debate

À frente do órgão acadêmico e executivo da Unilegis, Carlos Mathias tem trazido para o ambiente da universidade o debate de temas muito importantes para o País, como é o caso da reforma de códigos processuais. O assunto, que está na ordem do dia do Senado, foi amplamente discutido no 7º Seminário Internacional Ítalo-Ibero-Brasileiro de Estudos Jurídicos. Organizado por Mathias desde a primeira edição, o evento deste ano colocou em pauta os



novos rumos do Direito Processual.

As reformas dos códigos processuais em países como Portugal, Espanha e Itália permitiram maior dinamismo para o Direito. Por esse motivo, o seminário reuniu especialistas desses países, cujas experiências têm influenciado bastante o trabalho dos senadores que analisam a reforma do Código de Processo Civil. “Muitos institutos acolhidos no projeto em tramitação no Congresso são de inspiração nos códigos processuais desses países que têm tradição e sistemas jurídicos que sempre influenciaram o nosso, de igual modo como o brasileiro influencia outros”, revela o vice-reitor da Unilegis.

A despeito de terem sido muito bem elaborados, o Código de Processo Penal brasileiro é de 1941 e o Código de Processo Civil, de 1973. Mudanças são necessárias principalmente porque a realidade é dinâmica. A formulação do Código Penal, por exemplo, baseou-se em uma situação de criminalidade completamente diversa da atual.

“Hoje, a criminalidade não é mais localizada, é internacionalizada. Não é mais piramidal, ela tem tentáculos, se ramifica. É como um leque com várias frentes, inclusive legais, de atuação. Ou seja, é organizada”, alerta Mathias. Outra característica que deve ficar muito clara, segundo o desembargador aposentado, é que o novo código penal será um instrumento que não estimulará a impunidade. Infelizmente, o código em vigor coloca a impunidade como um dos grandes geradores de criminalidade.

Os senadores estudam modificações no Código de Processo Civil (CPC) e no Código de Processo Penal (CPP) em projetos que tiveram origem no Senado. Mathias ressalta a importância de a iniciativa ser oriunda de um órgão do Legislativo, o que a expõe à crítica das forças vivas da sociedade através de seus representantes.

O projeto de reforma do CPP (PLS 156/09) já está na pauta do plenário do Senado. Contudo, sua discussão foi interrompida

para aguardar manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF). Até chegar neste ponto, foi intensamente debatido por uma comissão temporária de senadores e também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa.

O PLS 166/10, que trata da reforma do CPC, é examinado em comissão temporária e depois também terá que passar pela CCJ do Senado. O colegiado especial realizou audiências públicas nas cinco regiões do País. Como parte do trabalho de ampliar a discussão, o relator-geral da comissão, senador Valter Pereira (PMDB/MS), fez visitas institucionais a autoridades como os presidentes do STF, STJ, do Conselho Federal da OAB e ao ministro da Justiça. Para o senador Pereira, as alterações são necessárias para “desobstruir os canais da Justiça e possibilitar, ao mesmo tempo, rapidez e qualidade nas decisões judiciais”.

É o que reforça Carlos Mathias. “Qual é o grande flanco do Judiciário Brasileiro? É a morosidade. E isso se aplica tanto ao Código Penal quanto ao Código Civil”. Ele completa o raciocínio citando o jargão forense que, com humor, qualifica os processos no Brasil: aqui o processo corre, mas não anda. Para o desembargador aposentado, que muitas vezes se deparou com processos – em julgamentos de questões previdenciárias, por exemplo – que tramitavam há 10, 20 anos, “o grande impacto da reforma dos códigos é tornar a Justiça brasileira mais ágil”.

“Não é função do Estado alimentar litígios. Ele tem que resolvê-los. Esse discurso de que o importante não é ganhar, mas competir é princípio de Jogos Olímpicos, não é princípio jurídico”, critica Mathias. ■

Emenda da Advocacia Pública

Os senadores apresentaram 65 emendas ao projeto de lei do novo Código de Processo Civil (CPC). O prazo para a apresentação do relatório final da matéria encerra-se em 25 de novembro. A expectativa é que a votação deva ocorrer até 22 de dezembro.

O campeão no encaminhamento de alterações ao texto, que hoje conta com 970 artigos, foi o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que apresentou 37 emendas. Em seguida, vem o líder do governo na Casa, senador Romero Jucá (PMDB-RR), com 10 emendas. Tanto o senador Regis Fichtner (PMDB-RJ) como o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) apresentaram sete emendas. Já a senadora Níura Demarchi (PSDB-SC) apresentou duas emendas. O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) é autor de uma emenda ao projeto, que também recebeu uma emenda do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A única emenda apresentada pelo senador Mozarildo Cavalcanti foi uma iniciativa encampada pelo Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. A emenda assegura aos advogados públicos o recebimento de honorários de sucumbência.

Os dirigentes do Fórum Nacional participaram desse trabalho, com especial destaque para o Secretário-Geral Jorge Messias, que também é diretor parlamentar do SINPROFAZ. É importante registrar ainda a participação do presidente do Fórum, João Carlos Souto, do PFN Aldemario Araujo Castro e da Procuradora Federal Meire Monteiro, Presidente da Comissão Especial do Advogado Público da OAB Federal.

Apesar de algumas dificuldades para implementar a emenda como a ausência de senadores em Brasília e as dúvidas desses parlamentares sobre como se processaria a concessão de honorários, o Fórum Nacional logrou êxito e já convoca os PFNs à mobilização, nos mesmos moldes do trabalho que vem sendo realizado no acompanhamento das PECs 443 e 452 (Reforma da Advocacia Pública).

O vice-reitor da Unilegis, Carlos Mathias, que já atuou como advogado público, considera a reivindicação dos honorários absolutamente legítima. “É um estímulo a mais no cotidiano desses profissionais que garantem importantes êxitos ao Estado brasileiro”. Ele também opina que o incentivo pode melhorar e aperfeiçoar o trabalho da Advocacia Pública. “O senador Mozarildo está de parabéns pela iniciativa, assim como a representação dessas categorias e o Estado que será beneficiado com um corpo de servidores ainda mais aguerridos”, conclui.

Fórum reuniu-se com a candidata, agora presidente, Dilma Rousseff

A presidente eleita, Dilma Rousseff, recebeu o Fórum Nacional da Advocacia Pública no dia 22 de outubro de 2010, entre o primeiro e o segundo turno da eleição. A entidade foi representada por seu presidente, João Carlos Souto, a presidente da ANPPREV, Meire Monteiro, e o ex-deputado Carlos Mota, vice-presidente da ANPPREV, durante ato de campanha que reuniu autoridades e políticos mineiros e de outros estados (prefeito de Salvador, prefeito de Aracaju, entre outros), no late Clube, na Pampulha, em Belo Horizonte.

Na oportunidade, a então can-

didata ouviu explicações sobre a importância, o funcionamento e a necessidade de continuar fortalecendo a Advocacia Pública e a AGU, além de conhecer as principais reivindicações das carreiras representadas pelo Fórum. Em resposta, ela concordou com a relevância da Advocacia Pública e manifestou o interesse em contar com a AGU e seus profissionais para o “Brasil seguir mudando”.

O contato do Fórum com a então candidata e atual presidente eleita, Dilma Rousseff, foi fundamental para ressaltar a importância da Advocacia Pública e apresentar os anseios

institucionais da AGU e das carreiras, bem como manifestar a concordância dos advogados públicos com a política de reconstrução do Aparelho de Estado e de valorização dos servidores públicos, especialmente os integrantes das carreiras de Estado.

A organização do evento, numa deferência especial aos advogados públicos, convidou o presidente Souto e a Dra. Meire para subirem ao palco e promoveram a entrega oficial do documento com as ponderações do Fórum da Advocacia Pública e também posarem para fotos com a então candidata Dilma Rousseff. ■

Cristiano Trad/O Tempo



Meire Monteiro Mota (Anpprev), Dilma Rousseff e João Carlos Souto (Sinprofaz). Ao fundo, o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha

Justiça Fiscal abre espaço para manifestação de aposentados

Três Procuradores da Fazenda aposentados foram ouvidos pela revista para traçar um paralelo entre a PGFN de ontem e de hoje. A experiência de cada um evidencia que, a despeito dos avanços, a instituição tem problemas que se repetem

Fotos: Arquivo pessoal



Norma Rodrigues



Frederico Veiga



José Vilaço

Neste número, a seção de entrevista faz homenagem aos Procuradores da Fazenda Nacional aposentados. Membros da carreira em épocas diferentes, Norma Rodrigues, Frederico Veiga e José Vilaço não mais atuam na PGFN, mas têm muitas experiências a compartilhar com os colegas PFNs da ativa.

Comente sua trajetória profissional, especialmente até o ingresso na PGFN.

NORMA - Meu ingresso na PFN/SP se deu no ano de 1987,

mediante concurso público. À época já contava com experiência profissional, de mais de 15 anos, adquirida, inicialmente, como escrevente no Fórum João Mendes Junior, em São Paulo. Posteriormente, ingressei no Departamento Jurídico de um grande grupo empresarial da época, liderado pela Cia. Comercial de Vidro do Brasil – CVB, como advogada. Nessa organização atuei durante cinco anos, em vários ramos do direito privado, angariando conhecimentos que me foram de grande utilidade ao longo da minha vida profissional. Atuei

ainda, durante dois anos, como advogada no Departamento Jurídico da Credicard, de onde saí para montar meu próprio escritório, o que fiz, com sucesso. A posterior decisão de me tornar Procuradora da Fazenda Nacional se deveu mais ao fato de que poderia continuar exercendo, simultaneamente com as funções do cargo público, a advocacia privada e não estaria submetida a horários rígidos.

FREDERICO - Tive uma próspera banca advocatícia, com ênfase no direito empresarial

(Civil, Comercial, Trabalhista e Tributário), até 1992 quando prestei concurso para as iniciais 45 vagas para a carreira de PFN, motivado pela insegurança causada pelo insano Plano Collor. Participei dos concursos para AFTN (1991) e para Juiz de Direito do Estado do Amazonas (1992) – tendo logrado aprovação em ambos. Por que optei por ser PFN? Primeiro: em relação à carreira de AFTN, como procurador, eu poderia continuar advogando com as restrições legais e como auditor-fiscal não – na época ainda não havia sido criada a AGU; segundo: preteri a magistratura porque à época o PFN recebia melhor remuneração do que um juiz estadual (hoje a remuneração de um juiz-substituto de 1ª Entrância recém nomeado está em torno de R\$20 mil/mensais). Além disso a minha lotação inicial seria no interior do Amazonas, em cidade que não oferecia condições mínimas de vida digna.

JOSÉ - Ainda estudante, após passar por empregos na iniciativa privada, ingressei por concurso público como Auxiliar de Fiscalização no quadro do Fisco do DF e, após enquadramento em novo plano de carreira e aprovação em curso de formação, fui promovido ao cargo de Auditor Fiscal de Tributos do DF. Concomitantemente, fui professor do ensino médio da Fundação Educacional do DF.

Graduado em Administração, após curso de pós-graduação em Administração Pública, na

Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, conclui a graduação em Direito e, contratado pela Cia. Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras-CAEEB, passei a atuar na Assessoria Jurídica do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica do Ministério das Minas e Energias.

Convidado para trabalhar no governo do Estado de Mato Grosso do Sul, participei da criação e fui o primeiro Chefe da Assistência Judiciária, vinculada à Secretaria de Justiça daquele Estado, cumulativamente com as atribuições de Secretário Adjunto de Justiça, sendo titular o hoje Desembargador do Tribunal de Justiça-MS, Dr. Claudionor Miguel Abes Duarte.

Antes do advento da CF de 1988, nossa atuação se limitava a dar pareceres sobre matéria tributária, em processos administrativos, atuando de forma indireta nos feitos judiciais, de interesse da União Federal

Paralelamente atuei no magistério jurídico superior, lecionando na FUCMAT, hoje Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande e na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em Goiânia.

Como era o trabalho na instituição durante o período em que integrou a carreira?

NORMA - Antes do advento da CF de 1988, nossa atuação se limitava a dar pareceres sobre matéria tributária, em processos administrativos, atuando de forma indireta nos feitos judiciais, de interesse da União Federal, mediante o envio de subsídios aos Procuradores da República, titulares da representação judicial da União Federal. Promulgada a nova Carta Magna, quase enlouquecemos de tanto trabalho, especialmente porque recebemos a representação judicial sem estarmos materialmente preparados e em número insuficiente de Procuradores para vencer o desafio que nos havíamos proposto. Não se pode esquecer que na época utilizávamos máquina de escrever. Eu fui a primeira na PFN de São Paulo a apresentar petições elaboradas em computador, seguida logo depois por outros colegas, sendo que todos os equipamentos eram pagos de nosso bolso. Somente anos depois a Administração começou a instalar computadores e impressoras à disposição dos Procuradores.

FREDERICO - Sem comentários. Havia um único procurador que era o procurador-chefe, respondendo pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Simplesmente inexistia de fato a PFN do Amazonas.

JOSÉ - Ingressei na carreira de Procurador da Fazenda Nacional,

através do primeiro concurso público, realizado em 1982, assumindo o cargo em Goiânia, acumulando as funções de Substituto e Assistente do Procurador-Chefe, na gestão do saudoso Licério Albuquerque Paiva.

Ingressaram também pelo mesmo concurso, assumindo na mesma época, as Procuradoras da Fazenda Nacional Maria das Graças Rodrigues Rocha, Neila Cruvinel Batista de Siqueira e Teresinha Silva França.

Com o retorno do Dr. Licério ao Rio de Janeiro, fui designado pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Cid Heráclito de Queiroz, para assumir a chefia do órgão, que abrangia também o território do atual Estado do Tocantins.

Contando com a contribuição de valorosos e dedicadas colegas e auxiliares de apoio, conseguimos elevar aquela unidade de terceira para segunda categoria, não obstante as precárias condições de trabalho, devido às deficiências de estruturas físicas, falta de equipamentos e escassez de pessoal.

Recorda de casos pitorescos/ inusitados que mereçam ser compartilhados com os colegas Procuradores da Fazenda que ainda estão na ativa?

NORMA - Para os dias de hoje me parece pitoresco o modo como trabalhávamos nos primeiros anos de representação judicial. Por ser de uso geral a máquina de escrever, elaborávamos uma minuta de contestação padrão,

A estrutura material teve um incremento enorme. Utilizávamos máquinas de escrever na Procuradoria. Hoje temos computadores para todos os Procuradores e para o apoio. Isto sem contar os prédios em que estão instaladas quase todas as unidades e os veículos

da qual tirávamos cópias xerográficas e inseríamos, à mão, o número, nome das partes e outros dados do processo. Bastava um processo trazer novo argumento, ou no caso de ser necessário impugnar questão processual, e tínhamos que alterar a minuta padrão, inserindo nesta impugnação adicional, para atender àquele caso específico, o que se fazia recortando a petição padrão para nela remendar o adendo.

FREDERICO - Eu e mais três procuradores que assumimos os cargos juntos deparamo-nos com um fato patético: a PFN do Amazonas perdia prazos rotineiramente. Ressalvo, contudo, que não era por culpa do procurador-chefe, profissional honrado e digno, que não poderia humanamente dar conta sozinho de mais de 15 mil processos naquela data.

JOSÉ - Embora tenham ocorrido alguns, não me recordo de nenhum caso pitoresco/inusitado que mereça ser trazido a público.

Que pontos poderia destacar comparando a PGFN de ontem e hoje, em particular no que se refere à estrutura, salário e status da carreira?

NORMA - Quanto à estrutura institucional, houve pouca alteração, pois continuam quase as mesmas unidades centrais e descentralizadas que existiam quando ingressei. A estrutura material, sim, teve um incremento enorme, pois, como disse, quando entrei utilizávamos máquinas de escrever na Procuradoria. Hoje temos computadores para todos os Procuradores e para o apoio e, pelo que sei, de boa qualidade. Isto sem contar os prédios em que estão instaladas quase todas as unidades e os veículos. Ainda falta, por óbvio, a carreira de apoio, pela qual sempre lutamos. Especificamente quanto à carreira de Procurador da Fazenda Nacional, a estrutura em três categorias é o que nos coloca em igualdade com o Ministério Público Federal e a própria Magistratura. Atualmente, não se pode dizer que a remuneração é ruim, mas devo dizer que já tivemos situação melhor, paritária com as demais carreiras jurídicas que mencionei. Agora, no tocante ao *status*, parece-me que, ultimamente, os Procuradores têm sido acometidos de uma síndrome de falta de auto-estima. Não sei bem qual o motivo, mas quando ingressei na PGFN nós tínhamos certeza da importância do órgão e do valor de nossa carreira. É importantíssimo que isto seja recuperado.

FREDERICO - Na qualidade de aposentado, mas que não frequenta as instalações de nossa PFN em Manaus, tenho conhecimento de que aumentou sensivelmente o número de Procuradores, o que é salutar, bem como a unidade dispõe de reforço de estagiários, inexistentes há dezoito anos. Sobre o pessoal de apoio, não tenho notícias de que tenha aumentado. Referentemente ao salário todos sabem que não é compatível com a complexidade e relevância do múnus do cargo; está defasado em pelo menos 20% para ajustar-se à simetria das remunerações das PGE's e das PGM's das capitais de todo o país. O status da carreira vem decaindo desde a criação da AGU, principalmente em relação aos membros do Ministério Público da União.

JOSÉ - Na época de meu ingresso na PGFN, os Procuradores não passavam de simples burocratas, sem nenhum prestígio e não contavam sequer com estrutura mínima necessária ao exercício das relevantes atribuições que lhes eram destinadas pela legislação. A remuneração era tão irrisória, que chegava a ser constrangedor exibir o contracheque quando necessário à comprovação de rendimentos.

Hoje, não obstante o sempre noticiado excesso de trabalho, a deficiência de estrutura e escassez de pessoal, graças à corajosa, competente e relevante atuação do SINPROFAZ, nas pessoas de seus dirigentes, a carreira é uma das mais respeitadas do serviço

público, cuja remuneração serve de referência para outras, inclusive da própria advocacia pública, embora ainda muito se tenha para conquistar.

E o perfil dos membros da carreira, modificou ao longo dos anos?

NORMA - Sim, porque no passado os membros da PFN eram advogados já experientes, enquanto hoje muitos que ingressam na carreira chegam com muitos conhecimentos teóricos, mas pouca prática processual.

Não obstante o excesso de trabalho, a deficiência de estrutura e escassez de pessoal, graças à corajosa, competente e relevante atuação do SINPROFAZ, a carreira é uma das mais respeitadas do serviço público

FREDERICO - Hoje a grande maioria dos membros constitui-se de jovens.

JOSÉ - O primeiro concurso público realizado para ingresso na PGFN data de 1982, quando então a carreira iniciou uma importante trajetória de recrutamento e seleção de quadros de excelente formação

acadêmica, refletindo no bom desempenho profissional, digno de registro, quer pelos reflexos na arrecadação quer pelo destaque que os Procuradores da Fazenda Nacional vêm alcançando na cátedra, na literatura jurídica especializada e em muitas outras atividades, e no exercício de cargos relevantes. Ou seja, de meros burocratas, passaram a formadores de opinião e formuladores de políticas públicas de grande interesse social.

A que atividades você passou a se dedicar após a aposentadoria?

NORMA - Continuei advogando, o que venho fazendo há anos, mas ultimamente estou apenas administrando os processos que aguardam decisões nas instâncias superiores. A demora e a má prestação jurisdicional retiraram-me todo entusiasmo que tinha pela advocacia.

FREDERICO - À advocacia privada em pequena escala, à leitura universalista e à produção de um primeiro romance que está em fase final.

JOSÉ - Aposentei na carreira em 1993, quando então fui convidado para instalar a PFN no recém-criado Estado de Tocantins. Quando estava concluindo a incumbência, fui nomeado Procurador-Chefe da Procuradoria da União, naquele Estado, também com a responsabilidade da instalação do órgão recém-criado, que passou a funcionar em parte das dependências ce-

didadas pela PFN. Em seguida fui nomeado para o mesmo cargo no Estado de Goiás, onde instalei o órgão, permanecendo na respectiva chefia até 1988. Com a inestimável contribuição de valorosos colegas PFNs, dentre os quais merecem destaque o Dr. Rogério Tobias de Carvalho, atualmente Juiz Federal no Rio de Janeiro, o Dr. Roberto Rodrigues de Oliveira, que me sucedeu na chefia do órgão e a Dra. Ana Elizabete Zafrede Zanine, Procuradora Federal.

Instalada a unidade da AGU em Goiás, esta passou a servir de modelo para estruturação das demais onde a falta de um corpo jurídico melhor preparado, vez que requisitados de diversos órgãos, não constituiu obstáculo para que evitasse a condenação da União em processos milionários, como era costume antes da atuação da instituição.

Concomitantemente e até o presente, tenho me dedicado ao ensino do Direito Tributário, através do Instituto Goiano de Direito Tributário-IGDT, de que sou presidente, promovendo diversos congressos e cursos de pós-graduação.

Como você avalia a atuação do SINPROFAZ para viabilizar e consolidar as conquistas da carreira nos últimos 20 anos?

NORMA - Acho extraordinário o trabalho que tem sido efetuado pelas sucessivas Diretorias, especialmente a partir da constituição do Fórum Nacional das Carreiras

Públicas, tornando visível a carreira do advogado público.

FREDERICO - Fundamental.

JOSÉ - A atuação do SINPROFAZ nos últimos anos constitui-se em um divisor de águas na concretização e na consolidação das conquistas da carreira, a ponto de se poder afirmar, sem sombra de dúvidas, que a existência da carreira está nitidamente dividida em antes e depois da atual fase da atuação do Sindicato.

As administrações do nosso sindicato têm sido bem sucedidas nas suas missões. Para aprofundar o relacionamento com os aposentados talvez um bom caminho seria o incentivo à sua participação nos congressos e seminários dos PFNs

De que maneira o Sindicato poderia aperfeiçoar a relação com os PFNs aposentados bem como os serviços prestados aos filiados?

NORMA - Acho que uma forma de se melhorar esse relacionamento seria estimular entre os filiados inativos de uma mesma região a realização de reuniões para discutir interesses destes, sob a coor-

denação de delegados regionais nomeados especialmente para tratar dos aposentados.

FREDERICO - No geral creio que as administrações do nosso sindicato têm sido bem sucedidas nas suas missões. Para aprofundar o relacionamento com os aposentados talvez um bom caminho seria o incentivo à sua participação nos congressos e seminários dos PFNs.

JOSÉ - O SINPROFAZ deveria ceder mais espaços institucionais aos aposentados, seja incentivando maior participação nas decisões, seja oportunizando a este segmento a indicação de PFNs aposentados, efetivamente comprometidos com a defesa dos interesses destes, para concorrer nas eleições para os órgãos gestores do sindicato, seja concitando-os a escrever artigos e comentários a serem publicados nos veículos de divulgação da carreira, vez que, com mais tempo livre e, supostamente, com mais experiência e vivência no serviço público, poderiam prestar relevantes contribuições em assuntos de interesse da carreira.

Quanto aos serviços prestados, entendo que os aposentados deveriam ser melhor assistidos pelo sindicato na busca de seus direitos funcionais junto à administração pública, através de uma assessoria para acompanhar processos de interesse individual, ou de grupos de aposentados, que nem sempre têm relação com as defesas coletivas propiciadas a todos os filiados, especialmente aos ativos. ■

Por dentro das Seccionais de Ilhéus e Blumenau

A cada edição, *Justiça Fiscal* elabora matérias com foco na atuação de Procuradores lotados em diferentes unidades da PGFN. As seccionais de Ilhéus e Blumenau, apesar da distância geográfica, enfrentam dificuldades que se assemelham, conforme foi revelado na edição de novembro de 2010.

Seccionais

Interior com jeitão de capital

Criadas com estrutura para cidades do interior, seccionais de Ilhéus e Blumenau se desenvolvem e se aproximam mais da realidade local

Há tempos que as ruas pacatas e pouco movimentadas deram espaço a prédios altos, fábricas e centros comerciais bem desenvolvidos nas cidades de Ilhéus e Blumenau. Apesar de localizadas no interior da Bahia e de Santa Catarina, o plantio de cacau e a indústria têxtil fizeram das duas cidades importantes pólos econômicos dentro dos estados e até mesmo no país.

As primeiras mudas de cacau chegaram à região de Ilhéus ainda na metade do século XVIII, mas foi com a política de doação de terras do governo no início do século XX que o plantio da fruta se tornou a principal atividade econômica local. Logo foi construído um porto e a cidade alcançou o posto de maior exportadora de cacau do Brasil, posto que trouxe um desenvolvimento repentino para a região.

Enquanto a cidade de Ilhéus crescia em meio à efervescência cultural provocada pelo intercâmbio com importadores europeus, em Santa Catarina, uma pequena vila fundada por imigrantes alemães começava a desenvolver um importante pólo da indústria têxtil nacional. A cidade acompanhou o crescimento das fábricas e rapidamente Blumenau se tornou uma das áreas mais importantes da região. Atualmente, construções antigas, com fachadas características da cultura alemã, dividem espaço com prédios modernos e lojas que atraem tanto turistas quanto consumidores interessados nas roupas produzidas no local.



O procurador Fábio Ruthzatz chefiou a seccional de Blumenau-SC por duas vezes

A chegada da PFN

Mesmo estabelecidas como importantes centros dos estados da Bahia e de Santa Catarina, Ilhéus e Blumenau levaram muitos anos para receberem sedes seccionais da Procuradoria da Fazenda Nacional. E como em todos os estados, o começo não foi fácil.

A seccional de Blumenau foi fundada em 1997. Começou funcionando de favor em um pequeno espaço cedido pela Procuradoria da União, caso semelhante ao de dezenas de outras sedes da PGFN instituídas em todo o país. Mas com o passar dos anos, a seccional foi sendo estruturada e alcançou um nível mais próximo da importância da região. "Após anos de carência na parte estrutural, notadamente relativa a quadro de pessoal, houve sensível melhora das condições com a nomeação de dois servidores e a contratação de empregados oriundos do extinto BNCC e da Eletrosul", conta o procurador-seccional Fábio Ruthzatz.

No cargo pela segunda vez, Fábio se recorda bem dos tempos em que a seccional funcionava precariamente e comemora o crescimento da instituição. "A situação atual permite uma melhor distribuição do serviço e a melhoria na qualidade do trabalho, pois em outros tempos a função principal do procurador seccional era 'apagar incêndios', o que infelizmente ainda acontece em muitos lugares", ressalta.

Assim como em Blumenau, a situação na seccional de Ilhéus melhorou bastante nos últimos anos. "Começou funcionando precaria-

o procurador Fábio Ruthzatz foi transferido recentemente para a seccional de Joinville-SC

Novembro • 2010 37



Sumário

4	Vice-presidente da República recebe dirigentes do Fórum Nacional
5	Lula agraciado com título de Benemérito da Advocacia Pública Federal
6	Quanto Custa o Brasil pra Você?
8	Titular da Consultoria-Geral da União é Procurador da Fazenda
11	O Caso Battisti na visão da defesa do governo italiano
16	SINPROFAZ apresenta Campanha Nacional da Justiça Fiscal ao presidente da Câmara
19	Refis da Crise e a representação do SINPROFAZ no MPF
20	Combate ao crime organizado é desafio para Presidente Dilma
22	Cobertura do X Encontro Nacional de Procuradores da Fazenda
28	Como ficou a seccional de Nova Friburgo após tragédia natural
30	Regulamentação do acesso a dados sigilosos é tema de artigo
32	Valores da Advocacia Pública foram expostos na Câmara Federal
34	Agenda dos Procuradores da Fazenda no Congresso Nacional
36	Como funciona a defesa do Estado na República Argentina
39	Estado do Rio de Janeiro cria Dia Nacional da Educação Fiscal
41	Programa de remuneração por rendimento na carreira de PFN
43	Justiça Fiscal: retrospectiva dos dois primeiros anos da revista

Avanços, consolidação, intercâmbio internacional e exposição

A presente edição da Revista Justiça Fiscal coincide com o mês em que se comemora a “Semana Nacional da Justiça Fiscal”, ambas iniciativas nossas implementadas durante o nosso segundo mandato na Presidência do SINPROFAZ (2007-2009).

Na relativamente longa exposição de motivos (registrada em cartório) do ato de criação da Semana Nacional da Justiça Fiscal, em 2009, busquei demonstrar, em síntese, a necessidade de se conjugar: 1. simplificação do Sistema Tributário Nacional. 2. Redução da carga tributária sobre o consumo (tributo indireto) e sobre produtos essenciais (cesta básica). Essas medidas, registramos alhures, contribuem para uma melhor distribuição de renda, considerando que a tributação indireta afeta a camada mais humilde da população, configurando-se na antiisonomia tributária, de modo que a Semana Nacional da Justiça Fiscal, como foro permanente de discussão sobre tão relevante tema, é a (uma das) porta (s) de entrada para o crescimento econômico e para um país mais justo.

Neste ano de 2011, a Semana Nacional da Justiça Fiscal tem um apelo midiático ainda mais abrangente, com incursões e estande no Aeroporto de Brasília e a criação do site www.quantocustaobrasil.com.br

A edição n. 7 da nossa Revista acolhe um texto, em espanhol, de autoria de Nora Patricia Vignolo, intitulado *La Abogacia Pública en la República Argentina*. A autora é Presidenta da *Asociación de Abogados de la Procuración Del Tesoro de la Nación de la Republica Argentina* e com ela nos reunimos quando o Fórum Nacional participou, como convidado, do III Congresso Internacional de Advocacia Pública, em Buenos Aires, de 1º a 4 de novembro de 2010.

A então candidata Dilma Rousseff foi objeto de matéria na p. 13 da Revista Justiça Fiscal n. 6. Desta feita o ex-Presidente Lula é tema de reportagem, por ocasião da entrega do título de Benemérito da Advocacia Pública, honraria concedida pelo Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. Nos dois encontros o autor destas linhas esteve presente, na condição de Presidente do Fórum, e em ambos com registro fotográfico publicado na Revista Justiça Fiscal.

A Exposição Valores da Advocacia Pública Federal, iniciativa do Fórum Nacional, ocupou importante espaço na Câmara dos Deputados. Em um primeiro momento de 21 a 25 de fevereiro de 2011, no corredor de acesso ao Salão Verde, seguramente o local mais movimentado da Casa do Povo. Em seguida, de 14 a 31 de março, com um estande no Espaço Mário Covas, bem em frente ao corredor das Comissões. Essa Exposição é tema de reportagem nesta edição e nela as sete entidades que compõem o Fórum Nacional expuseram gráficos, informes, folders com a produção e a contribuição de cada uma das quatro Carreiras para a sociedade brasileira. Uma importante ferramenta de aproximação institucional das Carreiras com o Parlamento.

João Carlos Souto
Diretor de Redação da Revista Justiça Fiscal

Lula recebe Diploma Benemérito da Advocacia Pública Federal

No último dia como presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva também foi agraciado com comenda instituída pelo Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal

Em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados aos Advogados de Estado e à Advocacia da União, Luiz Inácio Lula da Silva foi a primeira personalidade homenageada com o Diploma de Benemérito da Advocacia Pública Federal e com a Comenda do Mérito Professor Teixeira de Freitas. O ex-presidente encontrou-se com representantes do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal na despedida do cargo em 31 de dezembro de 2010.

A audiência com Lula ocorreu no Palácio do Planalto, em Brasília, com a presença do Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams. As entidades que compõem o Fórum foram representadas no evento pelo presidente João Carlos Souto, dirigente licenciado do SINPROFAZ; pela presidente da ANAJUR, Joana Mello; e pela presidente da ANPPREV, Meire Monteiro.

Além do ministro Adams, participaram do encontro: o ministro substituto Fernando Luiz Albuquerque Faria, a adjunta Rosângela Oliveira, o procurador-geral federal Marcelo Siqueira, e a procuradora-geral da Fazenda Nacional Adriana Queiroz, integrando a comitiva do ministro da Fazenda Guido Mantega.

A homenagem a Lula foi proposta pelo presidente do Fórum, João Carlos Souto, em setembro de 2010 e aprovada, por unanimidade, por todas as entidades de classe que representam a Advocacia Pública Federal.

Em ofício encaminhado à Casa Civil



Foto: Ricardo Stuckert/PR

Lula foi a primeira personalidade homenageada com o diploma

da Presidência da República, o Fórum apresentou os motivos da homenagem dos advogados públicos ao Presidente Lula. "Trata-se de reconhecimento pelo muito que foi feito em seu Governo em prol de toda a Advocacia Pública Federal. O sentimento que permeia a maior parte dos integrantes das Carreiras que integram o sistema da Advocacia-Geral da União (AGU) é de agradecimento."

E continua: "Sua ação nesses últimos oito anos consolidou o papel da Advocacia Pública no Brasil. Reconhecemos também que muito ainda tem a ser feito, o que não nos impede, ao contrário, nos aponta, que este mo-

mento deve ser de reconhecimento, agradecimento e celebração de todas as conquistas."

Em rápidas palavras, o presidente Souto agradeceu, em nome do Fórum Nacional e dos integrantes das carreiras da AGU, por tudo que foi feito durante a gestão de Lula em favor das carreiras da Advocacia-Geral da União, registrando a necessidade de os avanços terem continuidade no governo da Presidente Dilma.

De pronto, o ainda Presidente Lula agradeceu a homenagem, a atuação da AGU e dos advogados públicos no período em que esteve à frente do comando do País. ■



Ações do SINPROFAZ marcam Semana e Dia Nacional da Justiça Fiscal

Criada pelo Sindicato em 2009 com o objetivo de promover um debate democrático sobre a questão tributária no Brasil, a Campanha Nacional da Justiça Fiscal chega à terceira edição

O Aeroporto JK, em Brasília, foi o ponto de partida da campanha Justiça Fiscal em 2001. Entre os dias 14 a 18 de março, quem passou pelo local esbarrou em figura insólita circulando pelo saguão. Uma simpática formiguinha, carregando um sobrepeso nas costas para alertar os cidadãos sobre a excessiva carga tributária brasileira.

A iniciativa faz parte da campanha *Quanto Custa o Brasil pra Você?*, idealizada pelo SINPROFAZ. Do aeroporto, a atividade se expandiu e a formiguinha também desfilou pelos corredores do Congresso Nacional. A expectativa do Sindicato é que este movimento ganhe as ruas e siga em frente por todo o país.

Com esta irreverente e interativa campanha, o SINPROFAZ espera que a sociedade compreenda a relevância da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, que atua efetivamente contra a sonegação e a evasão fiscal, defendendo o patrimônio que é de todos os brasileiros.

No aeroporto foi montado um estande, onde ocorria a exibição de vídeos e a distribuição de publicações sobre o trabalho dos Procuradores da Fazenda. Além disso, a formiguinha, que é o símbolo da campanha, circulava pelo saguão distribuindo materiais promocionais e convidando todos os cidadãos para visitarem o site www.quantocustaobrasil.com.br.



Ao navegar na página, o internauta poderá acompanhar tudo sobre a campanha

Site

No ar desde o dia 14 de março, o site esclarece os objetivos da campanha, entre os quais, despertar a consciência tributária como primeiro passo para que o cidadão tenha condições de exigir dos poderes constituídos atitudes efetivas que reduzam o peso da carga tributária e promovam a Justiça Fiscal no Brasil.

Ao navegar na página, o internauta poderá acompanhar tudo sobre a campanha, ler artigos e entrevistas sobre a questão tributária no país, ver vídeos e interagir através das redes sociais. Merece destaque uma lista de produtos e serviços com a respectiva carga tributária inciden-

te. A fonte desta informação é o IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

Para descontrair e ao mesmo tempo aprender mais sobre este tema tão complexo ao público geral, o site oferece aos visitantes o *Jogo da Formiga*, uma maneira divertida de compreender o alto custo dos impostos, ajudando a dona formiguinha a fazer compras e pagar contas.

Histórico da campanha

Desde a deflagração da campanha em 2009, o Sindicato celebra, no mês de março, a Semana Nacional da Justiça Fiscal. Em 17 de março, comemora o Dia Nacional

da Justiça Fiscal, objeto de projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados. O PL 5.948/09, que cria o Dia Nacional da Justiça Fiscal, aguarda inclusão na ordem do dia do plenário.

Ao mesmo tempo em que toma frente num debate tão importante para o País, com esta campanha o Sindicato se aproxima da sociedade e torna mais acessível o entendimento sobre o papel do Procurador da Fazenda Nacional.

Explica à sociedade que a atuação do PFN é decisiva e imprescindível para estabelecer a "isonomia" entre o devedor e o cidadão que paga tributos, compelindo o primeiro a cumprir com suas obrigações tributárias. O que se afirma aqui sobre "cidadão" se aplica, sem restrições, às empresas.

A ação do PFN contra empresas que não honram suas obrigações tributárias impede ou dificulta que essas atuem de forma predatória contra aquelas que cumprem e recolhem os tributos devidos. A carreira colabora, portanto contra a concorrência desleal, que causa desequilíbrio e desemprego. E mais: defende uma Justiça Fiscal mais ampla, com implementação de medidas que simplifiquem o sistema tributário, tornando-se mais justo e equilibrado. Essas medidas passam pela redução da



"Formiguinhas" chamaram atenção de quem circulava pelo Aeroporto JK

carga tributária sobre consumo (tributo indireto) e sobre produtos essenciais (como cesta básica), o que contribuiria para uma melhor distribuição de renda, considerando que tributação indireta afeta a camada mais humilde da população, configurando-se na antiisonomia tributária.

Personagem

Quem também aparece no site *Quanto Custa o Brasil pra Você* é o Antenor, o Procurador Antenado.

O personagem foi criado junto com o lançamento da Semana e do Dia Nacional da Justiça Fiscal, ainda na gestão de João Carlos Souto na presidência do SINPROFAZ.

As tiras do Antenor foram conce-

bidadas para abordar diversas situações comuns, não apenas aos Procuradores, mas a todos os cidadãos que, como Antenor, acreditam ser possível viver em um Brasil melhor e mais justo.

Antenor, desde a adolescência, revelou enorme consciência do mundo em que vive. Sempre esteve preocupado com a qualidade de vida, com o meio ambiente, com a educação, a saúde e a segurança dos brasileiros. Nunca teve dúvida da Carreira a seguir. Tornou-se Procurador da Fazenda Nacional porque sempre acreditou que essa Carreira lhe possibilitaria implementar a Justiça Fiscal, o modo mais rápido e eficaz de distribuição de Justiça Social. ■



Presidente da Câmara recebe diretoria do SINPROFAZ

Em audiência no gabinete da presidência da Câmara, diretores do Sindicato apresentaram ao deputado Marco Maia as ações relacionadas à Semana Nacional da Justiça Fiscal

Na reunião, ocorrida em 17 de fevereiro, o presidente da Câmara, deputado Marco Maia, recebeu o presidente do SINPROFAZ, Anderson Bitencourt Silva, o diretor de Assuntos Parlamentares da entidade, Jorge Messias, além do PFN João Carlos Souto, diretor da Revista Justiça Fiscal e presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal.

Ao abrir a audiência, o deputado Marco Maia agradeceu a homenagem que o SINPROFAZ realizou em Porto Alegre, por meio de outdoors espalhados pela cidade, congratulando o parlamentar gaúcho pela eleição à Presidência da Câmara.

O desarquivamento das PECs 443 e 452 e a composição das respectivas comissões especiais foram assuntos abordados no encontro. Na exposição do assunto, os dirigentes do SINPROFAZ solicitaram apoio do presidente Marco Maia às proposições legislativas de interesse da Advocacia Pública Federal, inclusive no tocante ao reconhecimento do direito à percepção de honorários sucumbenciais pelos integrantes da AGU. Nesse sentido, oportuno consignar que o atual presidente da Câmara já manifestara seu apoio aos pleitos dos PFNs em artigo publicado na quarta edição da Revista Justiça Fiscal.

Na audiência, o presidente da Câmara também foi informado sobre a realização da Semana Nacional da Justiça Fiscal e a



Marco Maia ouviu com simpatia os projetos do SINPROFAZ

comemoração do Dia Nacional da Justiça Fiscal em 17 de março, objeto de projeto de lei que tramita na Casa. O PL 5.948/09, que cria o Dia Nacional da Justiça Fiscal, aguarda inclusão na ordem do dia do plenário. A iniciativa foi recebida com simpatia pelo deputado Marco Maia.

Do encontro com o presidente da Câmara, resultou também a entrevista a seguir.

No ano que abre a 54ª Legislatura, quais são as prioridades de agenda na Câmara? Que temas devem ser pautados de imediato?

Uma das minhas principais me-

tas como Presidente é construir uma agenda positiva para a Câmara, isto é, uma agenda de debates e votações que dêem respostas mais rápidas às demandas que emergem da sociedade. Já são muitos os desafios que se impõem a este Parlamento. Além das reformas política e tributária, precisamos votar projetos e promover ações visando a erradicação da pobreza, que melhorem a saúde, a educação, que combatam efetivamente as drogas, que previnam os desastres naturais.

No caso da reforma política, já demos os primeiros passos para que ela se realize: criamos na Câmara e no Senado comissões especiais para

tratar do assunto, o que garante que avançaremos e aprofundaremos esta discussão nos próximos meses. Muitas das mudanças propostas são pontos de muita divergência, como a lista fechada e o voto distrital, e acredito que a reforma política só acontecerá a partir do momento em que conseguirmos criar consensos. Por isso, como presidente, incentivarei ao máximo o aprofundamento dos debates e discussões sobre o assunto. E, se ao final não houver consenso sobre uma ampla reforma política que mude totalmente a estrutura da política e do sistema eleitoral brasileiros, vamos construir acordos para avançar em temas e pontos específicos. Não devemos nos restringir à perspectiva de que as medidas que o Brasil precisa só acontecerão com a realização de grandes reformas, mas sim, que por meio de mudanças pontuais, podemos dar respostas positivas à sociedade brasileira.

O mesmo acontece com a reforma tributária. A presidente Dilma Rousseff enumerou como prioridades alguns pontos que ela acredita essenciais para contribuir com a reforma tributária, como a desoneração da folha de pagamento.

Acredito que esta possa ser uma boa estratégia. Porque quando se fala em reforma tributária, há diversos lados, com interesses divergentes – a União, o empresário, os municípios, o cidadão. E temos que encontrar mecanismos que atendam às demandas de cada um. É uma equação delicada, mas acredito que podemos resolvê-la.

A presidente Dilma Rousseff fez questão de entregar pessoalmente e fazer a leitura da Mensagem do Governo ao Congresso Nacional. Qual é o significado deste ato e em que medida sinaliza como será a relação entre Executivo e Legislativo na atual legislatura?

A vinda da presidente Dilma Rousseff demonstra, primeiramente, a sua disposição em dialogar com o Parlamento. A mensagem da presidente explicitou os temas que são preocupações tanto do Executivo, quanto do Legislativo, como as reformas política e tributária, o combate ao crack, entre outros. Preservada a independência entre os três Poderes – e aqui incluo o Judiciário - trabalharemos sintonizados para votar e aprovar matérias de interesse da sociedade.

O senhor, logo depois de eleito, fez defesa contundente da viabilização das emendas parlamentares. Como pretende tratar deste assunto com o Executivo, que acaba de anunciar um corte de R\$ 50 bilhões no orçamento?

A garantia de execução das emendas parlamentares é uma de nossas principais preocupações. As emendas não podem ser entendidas como um privilégio dos deputados. Elas são a garantia de que as políticas públicas chegarão na ponta, naquele pequeno município em que as grandes ações do Governo, muitas vezes, não atendem às necessidades imediatas da população. Nós sabemos do impacto em uma cidade pequena da aquisição de uma máquina agrícola, da construção de um posto de saúde ou de uma quadra poliesportiva. Precisamos fazer com que o Executivo entenda que as emendas apresentadas devem ser viabilizadas, pois são a socialização do Orçamento e dialogam diretamente com as necessidades do cidadão.

Quais são as expectativas do senhor sobre o relacionamento da base governista com a oposição ao Governo na Câmara?

A base governista da presidente Dilma Rousseff na Câmara será essencial para dar sequência ao projeto iniciado pelo Presidente Lula. Ainda que tenha saído mais enfraquecida das últimas eleições, a oposição exerce uma função extremamente importante no Parlamento e deve ser respeitada. Não podemos esquecer que fomos oposição por vários anos e lutamos para que tivéssemos voz, expressamos nossa opinião, discutimos e participamos de decisões importantes. Garantir a liberdade da oposição é essencial para o fortalecimento da nossa democracia. Na Câmara e no Congresso, buscaremos, através do diálogo, o consenso para avançar na produção legislativa.



Em que medida a sua experiência como dirigente sindical pode contribuir na condução dos trabalhos na Câmara dos Deputados?

A minha experiência como sindicalista me permitiu participar de debates, negociações e reuniões não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o mundo. Conhecer a realidade de outros países nos dá mais subsídios para buscar soluções para os nossos problemas, para aperfeiçoar nossos serviços públicos e para ver o quanto ainda podemos avançar – ou até mesmo o quanto já avançamos. Essa experiência contribui para a atividade parlamentar como um todo, no debate com os colegas, na proposição de projetos.

Sem dúvida, a compreensão do poder do diálogo e da negociação é a principal herança que trago dos tempos de sindicalista. Temos de ser incansáveis na busca do consenso, permitindo que avancemos até nas questões mais delicadas. Após vários anos no sindicalismo, percebi que, às vezes, produzir um pequeno resultado é mais importante e fundamental para aquele momento do que você

ficar estacionado sem conseguir nenhum benefício, nenhuma solução.

Qual é a opinião do senhor sobre o uso de medidas provisórias pelo Poder Executivo? Considera que há excesso na edição de MPs?

Esta questão das medidas provisórias também é um ponto que o Congresso Nacional e o Executivo devem dialogar melhor. Reconheço a legitimidade do Executivo em editar MPs para assuntos urgentes. Muitas vezes o Governo precisa recorrer a este recurso para executar ações emergenciais que não podem aguardar o tempo do rito legislativo. Vamos dialogar com o Executivo para que as medidas provisórias se restrinjam a esses assuntos essenciais.

O último presidente da Câmara, Michel Temer, um constitucionalista, entendeu que as MPs trancam somente a pauta das sessões ordinárias, mas as sessões extraordinárias podem apreciar projetos de outra natureza. Isto foi essencial para que conseguíssemos avançar na produção legislativa. Somente no ano passado, a Câmara debateu e votou

quase 300 proposições, além das MPs. A manutenção deste entendimento aliada à redução no envio de medidas provisórias pelo Executivo permitirá que o Parlamento exerça efetivamente seu papel legislador.

Em dezembro de 2010, foi instalado o escritório da AGU na Câmara. Como o senhor avalia essa parceria entre o Legislativo e a instituição responsável pela defesa administrativa e judicial da União?

O escritório foi instalado mediante um acordo técnico entre a AGU e a Câmara e tem como objetivo aperfeiçoar os trabalhos inerentes à atuação judicial das duas instituições. Este diálogo mais facilitado, mais próximo, possibilita que elas trabalhem de forma mais articulada. Isto permitirá o aprimoramento do trabalho da Procuradoria Parlamentar da Casa e que alcancemos vitórias com a defesa eficaz da União em sua concepção completa. Em última instância, este novo escritório da AGU contribuirá para o fortalecimento da imagem dos deputados e da Casa. ■

Audiência com Vice-Presidente da República, Michel Temer

Aluizio Assis



Os dirigentes do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal reuniram-se, em 16 de fevereiro, com o Vice-Presidente da República, Michel Temer, no Palácio do Planalto, em Brasília.

No encontro, trataram das propostas de emenda à Constituição que tramitam no Congresso e beneficiam a Advocacia Pública.

Após ouvir os dirigentes, Michel Temer disse que “via com bons olhos” as propostas e afirmou que compreendia a importância da Advocacia Pública. Temer foi o relator, na Câmara Federal, da Lei Complementar nº 73/93, que instituiu a Lei Orgânica da AGU.

Na oportunidade, o Vice-Presidente foi convidado a visitar a exposição “Valores da Advocacia Pública”, na Câmara dos Deputados, uma iniciativa do Fórum.

Além do convite para a mostra, os dirigentes comunicaram a decisão do Fórum em conceder-lhe o título Benemérito da Advocacia Pública. Michel Temer mostrou-se satisfeito com a homenagem agradecendo aos dirigentes. A solenidade de entrega do título ainda não tem data definida.

Dez anos de integração

Cerca de 300 Procuradores da Fazenda lotados em todo o País participaram do X Encontro Nacional da Carreira, promovido pelo SINPROFAZ e que já se tornou uma tradição



“Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país crescer aceleradamente, sem destruir o meio ambiente”. As palavras da presidente Dilma Rousseff em discurso proferido no Congresso Nacional, na ocasião de sua posse, expressam a clara evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, que deixou de ser

visto apenas como ilusão de ativas ambientais e hoje é tratado como uma das diretrizes do Estado. E qual é o compromisso da justiça tributária com essa missão denominada pela Presidente?

Foi justamente essa a questão que norteou os três dias de palestras e debates do X Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, realizado em novembro de

2010, na cidade de Búzios, no Rio de Janeiro.

“Elegemos a temática do desenvolvimento sustentável e do destacado papel da tributação no atual contexto histórico. Nosso Brasil, que sempre foi conhecido como país do futuro, caminha a passos largos para ocupar lugar de destaque no mundo desenvolvido. Queremos, portanto, dar nossa contribuição para esse

importante debate”, declarou o presidente do SINPROFAZ, Anderson Bitencourt, na abertura do evento.

Tradicional entre os PFNs de todo o país, o encontro reuniu mais de trezentos procuradores que debateram diferentes aspectos sobre a relação entre tributação e desenvolvimento sustentável, além de outros temas jurídicos e assuntos específicos da carreira como a questão remuneratória e estrutural da PGFN.

“O encontro é muito importante por possibilitar essa interação com os colegas de todo o país, além do crescimento profissional por meio das palestras e debates que certamente se refletem no nosso trabalho cotidiano”, afirmou o procurador Carlos Augusto Peixoto Reis, que está lotado em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

Veja, nas páginas seguintes, uma síntese dos assuntos abordados no evento.



Ministro Toffoli participou pela quarta vez do Encontro de PFNs



Movimentação no corredor de acesso ao auditório



Exemplares de Justiça Fiscal foram distribuídos aos participantes



Retrospectiva gráfica dos dez encontros do SINPROFAZ

“Valores da Advocacia Pública” foram expostos na Câmara Federal

A mostra, promovida pelo Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, reuniu painéis informativos sobre as carreiras e entidades que integram a Advocacia Pública. SINPROFAZ foi um dos expositores

O presidente do SINPROFAZ, Anderson Bitencourt, delegados sindicais e Procuradores da Fazenda lotados no Distrito Federal participaram da inauguração da mostra “Valores da Advocacia Pública”, na Câmara dos Deputados, em 23 de fevereiro.

O advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams, e os deputados federais Bonifácio Andrada (PSDB/MG) e Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA) também estiveram presentes no evento.

Os parlamentares têm fortes laços com as questões da Advocacia Pública Federal. Bonifácio de Andrada é o autor da PEC 443/09. Sérgio Carneiro, procurador parlamentar da Câmara, foi quem negociou o acordo de cooperação para instalar o escritório da Advocacia-Geral da União na Casa.

A exposição, promovida pelo Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, ficou montada por uma semana, entre os dias 21 a 25 de fevereiro, no corredor de acesso ao plenário da Câmara dos Deputados. Na



Deputado Sérgio Barradas Carneiro parabeniza dirigentes do Fórum pela iniciativa

abertura da mostra, o presidente do Fórum, João Carlos Souto comentou que se tratava de um projeto antigo, que foi sendo amadurecido pelos dirigentes do colegiado. Ele agradeceu a boa vontade do presidente da Casa, Marco Maia (PT/RS), em ceder o nobre espaço para dar visibilidade aos feitos das carreiras e das entidades sindicais e associativas.

A iniciativa do Fórum teve como objetivo apresentar ao Parlamento e à sociedade o cotidiano, a importância e o papel da Advocacia

Pública para assegurar as políticas públicas. Esses dados foram reunidos em painéis informativos assinados pelas entidades sindicais e associativas que compõem o Fórum: SINPROFAZ, ANAJUR, ANAUNI, ANPAF, ANPPREV, APAFERJ e APBC.

Durante toda a semana em que ficou instalada, a mostra foi conferida por membros das carreiras da Advocacia Pública Federal, deputados, funcionários da Câmara, jornalistas e outros visitantes que compareceram ao local.



Deputado Paulo Rubem Santiago visita exposição; movimentação durante a inauguração da mostra; campanha dos honorários ilustra um dos painéis



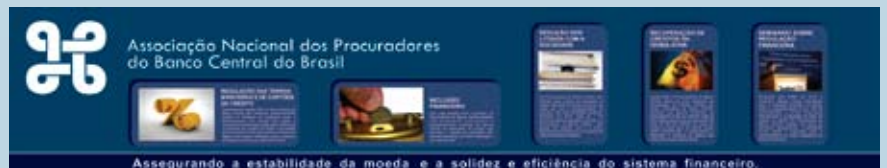
Impressões

Gostaria de parabenizar o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal pela Exposição Valores da Advocacia Pública na Câmara dos Deputados. Estive na solenidade de abertura e fiquei impressionada com a qualidade do material exposto e a enorme mobilização e interesse de todos que transitam pelo local em conhecer um pouco mais sobre nossas atividades.

Jeanine Vaz, Procuradora da Fazenda Nacional lotada no Acre

Parabéns ao Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal e ao presidente Souto por mais essa iniciativa.

Marcos Freitas, Procurador da Fazenda lotado no Distrito Federal



Painel do SINPROFAZ divulga ações, campanhas e publicações da entidade sindical

Justo incentivo

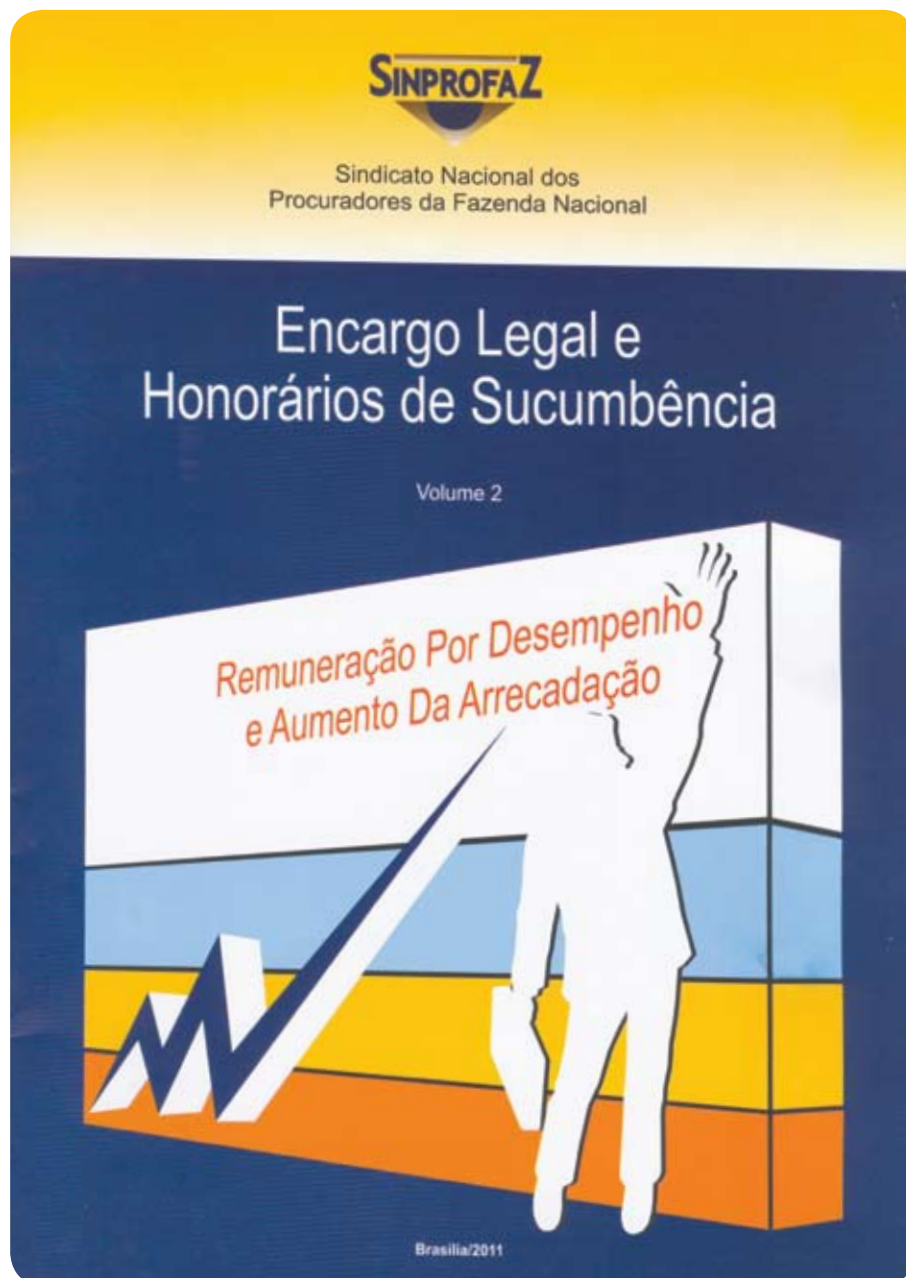
Estudo publicado pelo SINPROFAZ mostra que o programa de remuneração por rendimento na carreira de Procurador da Fazenda Nacional pode ampliar a arrecadação do erário nacional

Há anos, o SINPROFAZ, em conjunto com o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, vem lutando ao lado de outras carreiras pelo direito dos Procuradores aos Honorários de Sucumbência e a melhor aplicação dos recursos do Encargo Legal. Questão que poderia começar a ser equacionada com a instituição de um sistema de remuneração por desempenho na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Essa tese é defendida no estudo “Encargo Legal e Honorários de Sucumbência: Remuneração por Desempenho e Aumento da Arrecadação”, realizado pelos economistas Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto e Tânia Paula Sant’Ana. É a segunda edição publicada pelo SINPROFAZ, que demonstra a maneira como sistemas de remuneração vinculados ao desempenho relacionam o salário do trabalhador ao resultado do seu trabalho.

No estudo, os economistas detalham diferentes abordagens e teorias já desenvolvidas para a aplicação de programas de remuneração por performance. Também exemplificam a execução desses sistemas em diversos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A tendência geral é de que sejam observados maiores níveis de produtividade em estabelecimentos com metas de trabalho e avaliações de desempenho individuais, nos quais se baseiam uma remuneração adicional.



“Ao oferecer uma remuneração de mercado, acrescida de um valor que depende da consecução de metas organizacionais, então a organização atrairá os trabalhadores mais eficientes, conseguirá mantê-los em seus quadros por mais tempo, e terá maior produtividade, melhores resultados. Tais resultados são tão ou mais importantes no setor público, que no setor privado, especialmente ao se tratar de núcleos estratégicos do Estado, como é o caso da Fazenda Nacional”, explica a pesquisadora Tânia.

Teoria da remuneração por desempenho

Por meio de análises qualitativas e quantitativas, diferentes pesquisadores comprovaram que o trabalhador normalmente terá preferência pela remuneração mais alta que conseguir obter pelo menor esforço. Sendo assim, se a remuneração não está relacionada ao esforço, para qualquer nível de remuneração o trabalhador tende a escolher o menor nível de esforço possível, que será aquele que lhe garante a permanência no emprego.

No entanto, se for introduzido um esquema de remuneração por

performance, de forma que a remuneração total dependa positivamente do nível de esforço, então o trabalhador terá incentivo em elevar seu rendimento. Intuitivamente, ele aumentará a sua aplicação, na medida em que uma parte do ganho de produtividade seja repartida com o trabalhador como forma de compensação pelo seu cansaço físico, esgotamento mental, entre outras questões resultantes do maior esforço.

Em síntese, os ganhos de produtividade resultantes de uma remuneração por desempenho devem ser maiores em empregos nos quais os trabalhadores pouco têm a perder em caso de baixo esforço e muito têm a ganhar em caso de maior esforço.

Sendo assim, no caso da PGFN, onde os Procuradores têm, depois de vencido o prazo de estágio probatório, estabilidade no cargo, a implantação de sistemática de remuneração por performance tenderá a incentivar os servidores a se esforçarem em patamar superior ao que lhes é requerido formalmente.

Diferentes abordagens

Sistemas de remuneração por

produtividade já são aplicados no serviço público em diversos países. “Dois terços dos 30 países-membros da OCDE já introduziram, em algum grau ou para determinado número de carreiras do setor público, uma ligação entre a avaliação de desempenho e a remuneração dos seus quadros de servidores”, revela a autora do estudo.

Os principais elementos desses sistemas implantados pelo mundo são:

- Abrangência – Pode ser aplicado a todo o serviço público ou apenas a algumas carreiras estratégicas para o Estado.

- Centralização – A regra para a aplicação do sistema pode ser única para todos os setores do serviço público, ou abrir espaço para que cada carreira desenvolva seu próprio método.

- Forma de Remuneração – O mais comum é que a remuneração por desempenho seja paga por meio de um bônus anual, mas também pode ser uma progressão salarial dentro da carreira.

- Financiamento – Em geral, há um grande nível de controle pelo órgão central de orçamento e finanças.

O caso do SINPROFAZ

Com base em fórmulas desenvolvidas pelos pesquisadores, é possível verificar que um mecanismo de remuneração por performance capaz de impulsionar em 5% a produtividade da PGFN geraria em cinco anos um recolhimento de receita próximo de 4,4 bilhões de reais, usando como indexador o IPCA.

Números que demonstram não apenas a viabilidade econômico-

financeira da adoção da remuneração por desempenho para a carreira de PFN, mas também o crescimento na arrecadação da União que essa medida geraria.

“A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional reúne condições ímpares para o estabelecimento de um sistema de remuneração por desempenho. Em primeiro lugar, possui a capacidade de estabelecer seu próprio método de

maneira descentralizada. Em segundo lugar, tem arrecadação de recursos orçamentários próprios [Honorários de Sucumbência e Encargo Legal]. Por último, pela especificidade das competências dos PFNs, ligadas à arrecadação de débitos tributários, tanto as metas quanto o desempenho dos servidores são quantificáveis e facilmente monitoráveis”, conclui a economista.



Sumário

SINPROFAZ no lançamento da Frente Parlamentar por um Sistema Tributário Justo

4

5

9

11

13

16

18

20

22

24

27

30

32

35

38

40

Continuam ações da campanha “Quanto custa o Brasil pra Você?”

Redes sociais contribuem para divulgação de iniciativas do Sindicato

Artigo comenta os números da carga tributária brasileira

Em julgamento histórico, STF reconhece direitos de parceiros homoafetivos

Papel e atribuições da Coordenação de Assuntos Tributários da PGFN

Ricardo Cueva é primeiro PFN a assumir o cargo de ministro do STJ

Balanço da atuação do SINPROFAZ no biênio 2009-2011

Novos diretores do Sindicato tomam posse

Lei de Execução Fiscal revisitada em livro de PFNs da nova geração

Procuradoria da Fazenda no Acre é referência para o país

A acalorada discussão sobre o exame da OAB

Procuradores da Fazenda se capacitam para atuação parlamentar

Responsabilidade Civil Contemporânea, por Otavio Luiz

Embaixador dos EUA comenta as relações com o Brasil

Depois de 10 anos, Rock está de volta ao Rio

Fixando a “marca” PFN/SINPROFAZ

No período em que exerci a Presidência do SINPROFAZ, mais precisamente durante o segundo mandato, esbocei e tornei público um projeto de visitas a Escolas de 2º Grau e Faculdades, preferencialmente de Administração, Direito, Economia e Jornalismo, com a finalidade de explicar para os jovens (e igualmente para os não tão jovens) o que é nossa Carreira, como funciona, o que faz, a importância da PGFN e o significado da Campanha Justiça Fiscal.

A proposta agasalhava uma finalidade nobre. Informar, levar ao cidadão comum noções da Justiça Fiscal e do funcionamento de um braço da máquina de defesa judicial e extra-judicial da União - a PGFN - bem como disseminar a importância da Carreira, sua relevância estratégica, e, ao final, fixar a “marca” PFN/SINPROFAZ.

Outros projetos, aliados ao tempo escasso e afazeres múltiplos acabaram postergando a implementação da idéia.

A Campanha “Quanto Custa o Brasil pra Você”, idealizada neste ano de 2011 pela agência de Marketing que atende ao SINPROFAZ, incorporou a mensagem e a filosofia da “Semana Nacional da Justiça Fiscal”, que criei em 2009, que por sua vez gerou esta Revista Justiça Fiscal, que é mais que consequência, é árvore que tem produzido bons frutos.

Essa Campanha - bem como as “formiguinhas” que tomaram o país - contribui de forma decisiva para aproximar a Carreira do grande público, torná-la mais conhecida. E nessa linha, da Semana Nacional da Justiça Fiscal, bem como da Campanha atual, penso relevante retomar a idéia da Educação Fiscal, da busca de demonstrar à sociedade a importância de conhecer melhor como funciona o Estado, o que pode e deve ser feito para tornar a tributação mais razoável, e, ainda, a relevância de se pedir a nota fiscal e da importância das Carreiras do Fisco (a exemplo dos Analistas Tributários), entre outras questões relevantes. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem trilhando caminho idêntico com o programa “STJunior”.

Digno de registro, a posse da nova Diretoria do SINPROFAZ, liderada pelo Dr. Allan Titonelli, que sucede ao Dr. Anderson Bitencourt, Presidente do Sindicato nos últimos dois anos, responsável por inovar e dar seguimento a políticas vitoriosas adotadas nos últimos anos no âmbito da entidade sindical.

A presente edição registra desde a posse do Dr. Ricardo Vilas-Boas Cueva como Ministro do STJ, o primeiro PFN a galgar esse posto, às lembranças das primeiras edições do Rock in Rio, objeto da talentosa pena do PFN, roqueiro e ensaísta Waller Chaves, nosso cronista do Planalto Central. É a pluralidade, marca da Revista Justiça Fiscal, desde o primeiro número.

João Carlos Souto
Diretor de Redação da Revista Justiça Fiscal
Coordenador do CEJURIS

Mobilização por Justiça Fiscal conquista novos apoios

Depois do sucesso no lançamento em Brasília, SINPROFAZ realizou mais cinco ações da campanha “Quanto Custa o Brasil pra Você?”. As formiguinhas passaram pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Macapá e Ribeirão Preto



Fotos: Divulgação

Formiguinhas abordam pedestres no calçadão de Copacabana e na região do Pão de Açúcar

Assim como ocorreu em Brasília, as formiguinhas carregando o sobrepeso da carga tributária brasileira chamaram atenção e esclareceram à população da capital fluminense a necessidade de reforma tributária.

Com combate à sonegação e promoção da Justiça Fiscal, a passagem da campanha do SINPROFAZ “Quanto Custa o Brasil pra Você?” pela cidade do Rio de Janeiro teve ótimo resultado.

As formiguinhas chegaram ao Aeroporto Santos Dumont no dia 4 de abril e ficaram na cidade maravilhosa até o dia 8 de abril. Durante uma semana, além de circular pelo aeroporto, elas visitaram a Cinelândia, a Universidade Cândido Mendes, a Assembleia Legislativa, entre outros pontos no Rio de Janeiro.

Na Cinelândia, as formiguinhas tiveram a companhia de Valéria Ferrari, que é coordenadora do Grupo de Educação Fiscal do Rio de Janeiro.

O programa de Educação Fiscal existe no Rio há 11 anos e, em nível de Brasil, há 15 anos. “A PGFN é gestora do programa nacional e participa conosco aqui no Rio fazendo um excelente trabalho, neste mesmo viés da campanha do SINPROFAZ, que é da educação tributária, conscientizando o cidadão da importância do tema - justamente por ele pagar o tributo – e da participação dele contribuindo para o controle social dos gastos”, explicou Valéria.

A agente fazendária revelou ainda que “inicialmente, o programa leva ao cidadão a informação sobre

o papel das instituições públicas, mostrando, por exemplo, qual é o papel que a PGFN desempenha e como afeta diretamente a vida do cidadão”.

Mídia

Na imprensa, a receptividade foi acolhedora. O presidente do SINPROFAZ, Anderson Bitencourt, que é natural do Rio, concedeu entrevistas e contou com o apoio de outros PFNs lotados no estado no esforço de divulgação da campanha.

Nas entrevistas, o presidente Anderson reiterou que a iniciativa, na verdade, é a terceira edição da Campanha Nacional pela Justiça Fiscal, que teve início em 2009. “A ideia da campanha este ano é trazer a sociedade para o debate da reforma tributária, que esperamos



Avenida Paulista foi o principal ponto de concentração das formiguinhas, que também circularam pela Praça da Sé

seja inserida na ordem do dia do Parlamento e do Governo”.

Sobre o ideal de Justiça Fiscal, o dirigente tem dito que a equação é simples. “Se todos pagarmos os tributos de forma geral, a carga tributária vai diminuir para todos. Se todos os empresários, aqueles que têm uma participação maior na produção das riquezas do país, contribuíssem mais ativamente, o peso que recai sobre a população em geral, e principalmente sobre o assalariado, vai diminuir. Então, a Justiça Fiscal é fundamental para que se alcance, ao final, a Justiça Social que tanto almejamos”.

Anderson também comentou sobre o papel da carreira, relacionando suas atribuições ao combate à sonegação fiscal, “uma vez que o PFN atua para coibir a prática ilegal da sonegação através da cobrança judicial dos tributos”.

“Formigueiro em São Paulo”

Entre os dias 25 a 29 de abril, as formiguinhas voltaram a circular por outra grande cidade brasileira. Chegaram a São Paulo, a capital financeira do Brasil.

A ação em São Paulo foi a maior realizada até o momento. As atividades se concentraram na tradicional Avenida Paulista.

Durante a visita a São Paulo, a equipe de reportagem da campanha entrevistou 51 pessoas entre estudantes, professores, empresários, trabalhadores e Procuradores da Fazenda, que acompanharam as formiguinhas em alguns dos pontos visitados na cidade, como Praça da Sé e campus da PUC e do Mackenzie.

Apoios

A OAB de São Paulo apoiou a iniciativa, o que ficou registrado em depoimento do advogado e diretor da Ordem, Anis Kfour Jr. “Essa é uma campanha importante porque desenvolve a cidadania, e ser cidadão é também saber quanto nós pagamos de imposto. O brasileiro é o povo que paga uma das mais altas cargas tributárias e sofre com a prestação de serviços, que ainda tem muito a melhorar”.

E completou: “na medida em que o cidadão começa a tomar conhecimento sobre quanto paga de imposto, cobra por um serviço mais eficiente e pelos direitos que a Constituição assegura. Por isso, esta iniciativa do SINPROFAZ é muito importante e a OAB a apóia, especialmente pelo seu objetivo de conscientizar a população”.

O professor titular de Direito

Tributário da Faculdade Mackenzie/SP, Eduardo Jardim, também opinou sobre a campanha, considerando a ideia de “excelência exemplar”.

A grande virtude da campanha, segundo o acadêmico, “é conscientizar a sociedade para que cobrem de candidatos e de partidos, e também façam pressão de fora para dentro, no sentido de que haja uma contrapartida a uma carga tributária que é a maior do planeta”.

Se não for precedida por uma campanha como esta, uma reforma tributária verdadeira, de fato, não se concretizará. Para Jardim, “a reforma tributária correta é aquela que simplesmente irá respeitar a Constituição, ou seja, cumpra aquilo que já está disciplinado na carta cidadã: limitar o poder tributário do estado, proclamar valores sociais e estabelecer a capacidade contributiva para que o cidadão pague conforme possa”.

Recife

A quarta ação da campanha teve início no dia 9 de maio. As formiguinhas desembarcaram no Aeroporto Internacional de Guararapes, onde ficaram até o dia 13 de maio.

Nas costas, elas continuavam carregando a pesada e complicada carga tributária do Brasil, mas

seguiram trabalhando sem parar, promovendo a reforma tributária e o combate à sonegação. Ao longo da semana, além da presença constante no aeroporto, o formigueiro se instalou por outros importantes pontos da capital pernambucana como a praia de Boa Viagem.

No encerramento da agenda em Recife, as formiguinhas compareceram a uma atividade especial com a presença do chefe da Casa Civil do Governo de Pernambuco, Francisco Tadeu Alencar, um dos apoiadores da campanha.

Tadeu Alencar é Procurador da Fazenda Nacional, filiado ao SINPROFAZ.

Esclarecer a sociedade

Para a doutora em Direito Tributário, Mary Elbe Queiroz, é necessário rediscutir a forma de tributação, hoje feita no produto. Segundo ela, seria melhor tributar sobre a renda, ou seja, quem ganha mais deveria pagar mais. Elbe Queiroz disse que “é importante que todo mundo se junte para debater e conhecer essa carga tributária”, e elogiou a iniciativa do SINPROFAZ, que muito contribui para esse esclarecimento.

Temos uma carga tributária que equivale às cobradas em países de primeiro mundo e, para a doutora

Mary Elbe Queiroz, “é necessário que a sociedade tenha conhecimento de quanto se paga de tributo para reivindicar mudanças para a classe política”.

O secretário de Transportes do Estado de Pernambuco, Isaltino Nascimento, destacou a importância da campanha para esclarecer a população e compartilhar com a sociedade as mudanças necessárias para a aplicação e arrecadação dos impostos. “A campanha do SINPROFAZ é extremamente válida porque vai possibilitar que possamos ouvir o País como um todo”, declarou.

Café da manhã no Amapá

No dia 20 de junho de 2011, o SINPROFAZ promoveu um café da manhã em Macapá, divulgando a campanha “Quanto Custa o Brasil Pra Você?” aos parlamentares da bancada federal, estadual e outras autoridades locais. O Sindicato foi representado pelo presidente, Anderson Bitencourt, acompanhado do diretor-secretário, Allan Titonelli.

O evento contou com a participação do senador Randolfe Rodrigues (PSol-AP), do deputado federal Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), do ex-deputado federal Seabra, do ex-presidente da Assembleia Legislativa do Amapá, Lucas Barreto, assessores

de alguns parlamentares, do vice-presidente da OAB/AP, Paulo Campelo, do ex-vice-ministro da AGU e secretário de Saúde do Amapá, Evandro Gama, e de Procuradores da Fazenda Nacional.

No discurso proferido pelo presidente do SINPROFAZ, foi sustentado que a concretização da Justiça Fiscal no país pressupõe, necessariamente, a realização de uma reforma tributária e o efetivo combate à sonegação fiscal, sendo imprescindível, quanto a este último aspecto, o fortalecimento da carreira de PFN, com o estabelecimento de um conjunto de prerrogativas e garantias funcionais que possibilitem o exercício de uma verdadeira Advocacia de Estado, e, além disso, a devida estruturação da PGFN. Sob tal enfoque a campanha tem revelado a importância estratégica dos PFNs para o país.

Foi destacado também o trabalho realizado pelo senador Randolfe Rodrigues para o alcance de uma Justiça Fiscal no Brasil, sendo este um dos coordenadores da Frente Parlamentar Mista por um Sistema Tributário Nacional mais justo.

O evento teve grande cobertura jornalística; o presidente do Sindicato concedeu entrevista a diversas emissoras de televisão, rádios e jornais que circulam no Estado.

Foto: Divulgação



Na praia de Boa Viagem, em Recife, formiguinhas chamaram atenção de pedestres e motoristas

Foto: Arquivo SINPROFAZ



Presidente e diretor do SINPROFAZ divulgaram campanha a parlamentares do Amapá

“Também contribuímos”

Parecer da CAT/PGFN sobre a inclusão de dependentes homoafetivos para efeitos fiscais colaborou para os debates que resultaram na decisão do STF favorável à união estável entre casais do mesmo sexo

Em agosto de 2010, um parecer elaborado pela Coordenação-Geral de Assuntos Tributários (CAT) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional movimentou as discussões sobre os direitos homoafetivos em todo o país. O documento, que foi acatado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, concluiu que a legislação prevê a inclusão de companheiros heterossexuais de uniões estáveis como dependentes no Imposto de Renda e que o mesmo deve ser garantido aos parceiros homoafetivos.

“Certamente o parecer, na esteira de decisões judiciais e administrativas precedentes, contribuiu para a recente decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a união homoafetiva. Sem dúvida, esse tipo de iniciativa institucional em prol da diversidade sexual influíu ou serviu de reforço para o STF reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Elas abriram caminho para a legitimidade daquele uso”, afirmam as procuradoras Cláudia Regina Cordeiro e Ariella Ferreira da Mota.

“Como dito no parecer, o significado do texto da lei varia de acordo com seu contexto social. O uso da palavra dá os limites do seu significado. Quando esse significado é, de alguma forma, apropriado ou aceito por uma instituição pública, em que pese



Cláudia Gusmão, coordenadora-geral em exercício, e Ariella Ferreira, coordenadora substituta, integram a equipe de dez procuradores lotados na CAT

apenas estar repetindo ou aderindo ao novo uso antes conferido à palavra pela sociedade, esse novo significado vai ganhando caráter oficial para determinados setores”, completam.

A CAT

O parecer histórico sustentado pela CAT é apenas um dos muitos trabalhos relevantes desenvolvidos pela Coordenação ao longo dos últimos 20 anos. “Prestamos uma assessoria jurídica a todos os órgãos do Ministério da Fazenda, inclusive às unidades da própria Procuradoria da Fazenda Nacional, bem como aos demais Ministérios da União, quando suas demandas versam sobre

legislação tributária federal em tese”, revelam as procuradoras.

A Coordenação responde, ainda, pela representação da União junto ao CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária. “A atuação pode ser provocada por dúvidas jurídicas desses órgãos federais ou por ocasião de preparação de programas ou projetos normativos tributários de iniciativa do Executivo, sendo que, no que tange à consultoria na área legislativa, a atuação se estende para as demais fases do processo legislativo e independe da autoria do projeto. O objeto tributário federal, portanto, é suficiente para atrair a nossa competência regimental”, explicam.

Equipe

A CAT é formada por dez procuradores que cuidam de todos os questionamentos tributários em tese, respondendo às dúvidas dos diversos órgãos e da própria procuradoria. “A equipe veio se formando ao longo do tempo, com procuradores altamente experientes e especializados com quem temos o orgulho de trabalhar. Procuramos atuar em conjunto, discutindo teses e debatendo a melhor forma de atuação” destacam Cláudia e Ariella.

A integração da Coordenação com outros setores da PGFN é positiva e funciona por intermédio da Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria e Contencioso Tributário, que congrega sob sua administração a CRJ, a CASTF e a COCAT.

“Pela afinidade de matérias, há uma maior intimidade institucional entre essas áreas, mas o relacionamento com as demais Coordenações subordinadas a outras

Adjuntorias e Departamentos é constante e sempre muito harmonioso. Também nos relacionamos com menos frequência, mas de maneira bastante saudável e cooperativa, com as demais unidades da Procuradoria da Fazenda Nacional, sempre que há necessidade de auxílio mútuo”, relatam.

Desafios

Houve muitos avanços na estrutura de trabalho da CAT ao longo dos anos. Uma década atrás eram apenas quatro procuradores responsáveis que, naturalmente, tinham sua atuação limitada pela imensa carga de trabalho.

“A estrutura física da procuradoria foi modificada e as condições de trabalho também melhoraram sensivelmente. Sem contar o aumento da equipe, que hoje é formada por mais que o dobro do pessoal que tínhamos no ano 2000”, afirmam as procuradoras.

Ainda assim, há muitos desa-

fios pela frente. “Nossas principais demandas estruturais continuam sendo a ampliação da equipe e o acesso a cursos de capacitação, sobretudo na área previdenciária”, concluem. ■

A equipe completa

Ariella Ferreira da Mota;
Cláudia Regina Gusmão Cordeiro;
Flávia Gomes Silveira Lima;
Flaviane Ribeiro de Araújo;
Francisco Targino da Rocha Neto;
Márcia Henriques Ribeiro de Oliveira;
Núbia Nette Alves Oliveira de Castilhos;
Roberto Domingos da Mota;
Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista;
Valéria Saques.



Na foto, seis dos dez membros da CAT: Cláudia, Flaviane, Ariella, Márcia, Núbia e Roberto

Procurador da Fazenda Nacional toma posse como ministro do STJ

No último dia 13 de junho, o Superior Tribunal de Justiça empossou três novos ministros, entre eles o PFN Ricardo Villas Bôas Cueva. Membros da carreira estiveram presentes na solenidade

Também foram empossados Antônio Carlos Ferreira e Sebastião Alves dos Reis Júnior, nomeados pela presidente Dilma Rousseff, aprovados em sabatina realizada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e ratificados em votação no plenário da Casa Legislativa.

A posse, bastante concorrida e prestigiada, contou com a presença do vice-presidente da República, Michel Temer, que representou a presidente Dilma; o procurador-geral da República, Roberto Gurgel; o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante; o presidente do Senado, José Sarney; o ministro Carlos Ayres Britto, representando o Supremo Tribunal Federal; e diversos representantes de associações, sindicatos e entidades da sociedade civil.

Ao dar posse aos novos ministros, o presidente do STJ, ministro Ari Pargendler, destacou que eles chegaram ao STJ precedidos de currículos invejáveis. Os três ministros assumiram cargos no Tribunal da Cidadania em vagas destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil pelo quinto constitucional.

Vagas ocupadas

O paulista Ricardo Villas Bôas Cueva, 48 anos, ficou com a vaga do ministro Nilson Naves, aposentado em abril de 2010. O também paulista Antônio Carlos Ferreira, 54 anos, ocupou a vaga aberta



Cueva assina termo de posse como ministro do STJ

com a aposentadoria do ministro Antônio de Pádua Ribeiro, ocorrida em setembro de 2007. Já o mineiro Sebastião Alves dos Reis Júnior, 46 anos, ocupou o assento do ministro Humberto Gomes de Barros, aposentado em julho de 2008.

Sabatina no Senado

No dia 10 maio, ocorreu a sabatina dos ministros na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a aprovação dos nomes no plenário do Senado. Na CCJ, Ricardo Cueva foi questionado e discorreu sobre sua trajetória profissional na advocacia privada e pública, especialmente durante o período em que ocupou diversos cargos na Administração Pública e contribuiu para a

melhoria do serviço público.

“Imediatamente, depois de formado, fui procurador concursado do Estado de São Paulo, por dois anos, e exerci a função na Procuradoria Judicial do Estado encarregada por ações de responsabilidade civil do Estado. Dois anos depois, também por concurso, ingressei na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que, logo em seguida, em 1988, assumiu a enorme atribuição de representar a União em juízo em matéria tributária. Fui testemunha direta da enorme modificação que se operou em uma carreira que, então, contava com cerca de 140 membros no País todo e, hoje, conta com cerca de 2.200 procuradores.”

E prosseguiu: “nesses mais de vinte anos de Constituição houve uma significativa e profunda alteração no papel e na atuação da advocacia pública, que se sofisticou, se aparelhou e teve que acompanhar a enorme revolução ocorrida no direito público, no número e na importância das demandas que começaram a tomar conta do Judiciário, que também sofreu, nesse período, modificação significativa.”

Participação no Cade

Cueva também fez questão de ressaltar sua participação no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional de 2001 a 2004, “que é um item do meu currículo do qual eu muito me orgulho, porque lá pude ver - destaquei isso quando tomei posse no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) a primeira vez, como conselheiro - que aquele era um modelo de jurisdição administrativa que talvez pudesse ser perseguido em outras searas, porque é um Conselho paritário - metade dos seus membros é oriundo do setor público e a outra metade do setor privado, mediante indicação de entidades de classe - bem como porque é um Conselho muito transparente.”

A importância do STJ

Sobre o Superior Tribunal de Justiça, Cueva enfatizou que no período pós-Constituição de 1988, como criação dela, desanuiu o Supremo Tribunal Federal, abraçando algumas das competências que pertenciam ao Supremo, e passou, com razão, a ser conhecido como o Tribunal da Cidadania, porque sua existência coincide exatamente com a legislação que, de algum modo, deu voz aos direitos difusos e a novos instrumentos de tutela da cidadania em geral, assim como a Ação Civil Pública e as reformas do Processo Civil, que ampliaram o alcance e a importância de algumas dessas inovações do direito material



Posse contou com presença de autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo

no nosso ordenamento, como o Direito do Consumidor e o próprio Direito Antitruste.

Didático no expor, Cueva disse que o “STJ é o Tribunal da Federação porque a ele compete uniformizar a jurisprudência acerca da lei federal, e, portanto, diferentemente dos tribunais ordinários ou dos tribunais de apelação, é o Tribunal que não reexamina prova, analisa apenas a questão jurídica, com papel relevantíssimo de afirmar o que seja o Direito em todo o território nacional.”

Ao final de sua sabatina, Ricardo Cueva assumiu o compromisso de “obedecer, fielmente, os mandamentos constitucionais e legais que definem a natureza e o alcance da competência do STJ, com o intuito de contribuir para a realização da Justiça.”

Novos ministros do Tribunal da Cidadania

O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo e mestre em Direito Tributário pela Harvard Law School. É também doutor em Direito Tributário Ambiental pela Johann Wolfgang Goethe Universität, Alemanha.

Atuou como Procurador do Estado de São Paulo e Procurador da Fazenda Nacional e, ainda, como conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). De 2002 a 2004, foi professor de Direito Empresarial do Ibmec

Educacional S/A, em São Paulo. O ministro Villas Bôas Cueva passou a integrar a Terceira Turma do STJ, responsável por julgar questões de Direito Privado.

O ministro Antônio Carlos Ferreira, 54 anos, é paulista, bacharel em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas. Advogado de carreira da Caixa Econômica Federal há mais de 25 anos, ingressou na instituição por meio de concurso público. Na CEF, já ocupou o importante cargo de diretor jurídico e é presidente do Conselho da Escola de Advocacia da Universidade Caixa. O ministro Antônio Carlos Ferreira passou a integrar a Quarta Turma do STJ, responsável por julgar questões de Direito Privado.

O ministro Sebastião Alves dos Reis Júnior, 46 anos, é mineiro, bacharel em Direito pela Universidade de Brasília e especialista em Direito Público pela PUC/MG. Atuou como advogado das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), da Companhia Nacional de Saúde Mental, e foi consultor jurídico do Ministério da Integração Nacional. Também foi chefe da assessoria jurídica da Empresa Brasileira de Comunicações (Radiobrás - 1998 a 2003) e coordenador-geral da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (1998/1999). O ministro Sebastião Alves Júnior passou a compor a 6ª Turma, competente para julgar casos de Direito Penal e Previdenciário. ■

Unidade da PGFN no Acre é exemplo e organização

Na edição nº 8 de *Justiça Fiscal*, que circulou em junho de 2011, os Procuradores de todo Brasil conheceram as experiências bem sucedidas da unidade da PGFN no Acre. A delegada sindical do SINPROFAZ no estado, Jeanine Leite Vaz de Barros, foi uma das colaboradoras na apuração dos dados para a matéria





Sumário

4	SINPROFAZ visita unidades regionais da PGFN
5	Homenagem ao Subprocurador da Fazenda Nacional, Leon Frejda
6	Atuação decisiva da PGFN no TCU
7	SINPROFAZ debate reforma do Estatuto com filiados
8	Relançamento da campanha “Honorários para todos”
11	Opinião: desvalorizar Advocacia Pública é miopia política
12	AGU como Função Essencial à Justiça em debate
13	O cotidiano da unidade estadual da PGFN em João Pessoa
14	Campanha “Quanto custa o Brasil pra Você?” volta a Recife
16	Artigo: a antecipação de tutela sem a oitiva da União
18	O INSS sob o comando de um Advogado Público
21	Parceria público-privada pode revolucionar educação
24	Para Ler recomenda obra sobre Teoria Pura do Direito
26	ANAJUR comemora 25 anos
28	Congresso do IDP coloca em discussão Estado Social de Direito
30	Justiça Fiscal em pauta na coluna Centro de Estudos
34	Homenagem a PFN e à Advocacia Pública
36	Ética e tributação na visão do Doutor Mario Sergio Cortella
39	Céu de Brasília é um convite à prática de esportes aéreos
41	A história do gol de placa
43	Tudo pronto para 11º Encontro Nacional de PFNs

Da Áustria aos céus de Brasília

Quisera a Revista Justiça Fiscal ter mais páginas para que pudéssemos proporcionar ao público leitor mais informações sobre os temas que ocupam algumas das páginas da presente edição, a de n. 9.

O Professor Otávio Luiz e o Ministro Dias Toffoli lançaram, em agosto, a “Autobiografia de Hans Kelsen”, o gênio austríaco criador do controle concentrado de constitucionalidade das leis. Estive no lançamento. Lá estava metade do mundo jurídico de Brasília. Lá estava também o tetracampeão e Deputado Federal Romário. Sobre esse acontecimento escrevi o texto “Kelsen bateu um bolão”, ampliado e reproduzido nesta edição.

Renato Rezende, jovem e talentoso Reitor da UDF, a mais antiga instituição de Ensino Superior de Brasília, fala, com entusiasmo, sobre perspectivas da Educação Superior no Brasil. Ainda em Brasília a RJF cobriu o encontro nacional de balonismo que coloriu o Céu da Capital, naturalmente belo e inspirador.

A ANAJUR, entidade de classe que representa a Carreira de Advogado da União, completou 25 anos e prestou justa homenagem ao Dr. Saulo Ramos, um dos responsáveis pela criação da AGU. Ricardo Franco, expoente na luta por melhores condições para o advogado público, faleceu no mês de setembro. A RJF presta uma singela homenagem nesta edição.

Heráclio Camargo, PFN em São Paulo, que escreve como se fosse Tennessee Williams, produz um estudo que merece nossa atenção acerca do Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal, com informações detalhadas sobre o evento e os temas nele discutidos.

O SINPROFAZ reedita “Os Números da PGFN”, excelente trabalho de autoria do Procurador da Fazenda Nacional lotado no Estado da Paraíba, Dr. Marco Gadelha, que para nossa honra foi publicado pela primeira vez durante o nosso segundo mandato à frente do SINPROFAZ. Mais do que relevante é em verdade necessário que os Procuradores da Fazenda Nacional, sem distinção, leiam, debatam e, acima de tudo, propaguem esse diagnóstico que demonstra a absoluta condição superavitária da instituição PGFN. Mais uma boa iniciativa do Presidente Allan Titonelli.

Por último, e nem por isso menos relevante, o filósofo Mario Sergio Cortella é entrevistado e discorre sobre “Ética e Tributação”.

Boa leitura.

João Carlos Souto
Diretor de Redação da Revista Justiça Fiscal
Coordenador do CEJURIS

Carreiras da Advocacia Pública estão mobilizadas

Depois da frustração nas negociações com o governo sobre a reestruturação remuneratória das carreiras, Forum Nacional da Advocacia Pública Federal relança campanha “Honorários para todos”

A campanha busca evidenciar a importância de se estabelecer um marco legal que possibilite aos Advogados Públicos Federais a percepção do fruto pelo bom trabalho desenvolvido, conforme já prevê a legislação de mais de uma dezena de Estados em relação a seus Procuradores.

O relançamento da campanha foi uma das medidas encampadas pelas entidades que compõem o Forum Nacional da Advocacia Pública Federal como reação à negativa do governo federal em conceder reajuste salarial às carreiras.

Outra iniciativa recente do Forum e também do SINPROFAZ, individualmente, foi a proposição de ações judiciais, a exemplo do ingresso como amicus curiae no Recurso Extraordinário (RE) 565089, em curso no Supremo Tribunal Federal com repercussão geral, pelo qual é requerida indenização aos servidores públicos em virtude de não terem recebido revisão geral anual em seus vencimentos.

Para retomar o debate sobre a percepção dos honorários, o Forum Nacional convocou os membros das carreiras para ato no Conselho Federal da OAB, realizado em 21 de setembro.

Procuradores da Fazenda



Nacional, Advogados da União, Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central compareceram no relançamento da campanha “Honorários para todos”, principal evento de mobilização promovida pelo Forum Nacional para demonstrar ao governo a necessidade de reestruturação da Advocacia Pública Federal.

A mesa de trabalhos, além dos representantes das entidades que compõem o Forum Nacional, foi composta pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores

de Estado (Anape), Juliano Dossena, e por conselheiros da OAB Federal e das seccionais do Distrito Federal e do Espírito Santo.

O presidente do Forum Nacional, Allan Titonelli, ao comentar sobre a importância de valorização dos advogados públicos, lembrou que “na maioria dos Ministérios com indícios de corrupção, não há membros das carreiras da Advocacia Pública Federal ocupando os cargos de consultor jurídico”.

Na abordagem sobre o tratamento isonômico da AGU em relação às demais Funções Essenciais à Justiça, Titonelli demonstrou que a situação dos advogados públicos federais é também desfavorável na comparação com os Procuradores de Estado. “Isto porque, nas poucas unidades federativas onde o Procurador de Estado não recebe honorários, há equiparação salarial com a Magistratura e o Ministério Público”, revelou. O presidente da Anape, Juliano Dossena, confirmou a declaração de Titonelli.

Projetos

A concretização da percepção dos honorários pelos advogados públicos pode ser resolvida na esfera legal, por projeto de lei. Na Câmara, há duas proposições com este objetivo: o PL 1.754/11,

do deputado Ronaldo Benedet (PMDB/SC), e o PL 2.279/11, do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE).

O deputado Benedet fez questão de comparecer ao evento no Conselho Federal da OAB. Advogado de profissão, informou que a participação neste ato do Forum lhe proporcionava a primeira visita à sede da Ordem. Ele reiterou seu apoio à luta dos advogados públicos dizendo que “os honorários são fruto da competência, da expertise da atuação do advogado, por isso apresentei o projeto que corrige uma injustiça”.

O PL 1.754/11 está com tramitação mais avançada do que o PL 2.279/11. Até o fechamento desta edição, o projeto inclusive já contava com parecer pela aprovação do relator na Comissão de Segurança Pública, o deputado Nelson Pellegrino (PT/BA). A propósito, o PL precisou passar por este colegiado por também autorizar porte de arma aos advogados.

Apoio da Ordem

A acolhida do Conselho Federal da OAB aos pleitos da Advocacia Pública tem sido muito importante neste momento decisivo para as carreiras.

Em suas breves considerações, o secretário-geral da Ordem, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, reforçou que “a OAB estará sempre à disposição para agir efetivamente ao lado do Forum Nacional. Quando forem ao Congresso, nos acionem. Podemos colaborar nas reuniões de comissões, encontro com deputados, redação de pareceres, enfim, em tudo que for preciso fazer para esses projetos andarem”.



Relançamento da campanha ocorreu na sede do Conselho Federal da OAB

É com este mesmo engajamento que o Forum Nacional e a Diretoria do SINPROFAZ esperam contar com a colaboração e senso de defesa das carreiras.

Corpo a corpo

A Diretoria do SINPROFAZ atua de forma permanente no Congresso Nacional com a intenção de convencer os parlamentares sobre a importância de assegurar às carreiras da Advocacia Pública Federal as prerrogativas inerentes às Funções Essenciais à Justiça.

Além das PECs 443/09 e 452/09, a percepção dos honorários advocatícios também está em foco. Nas conversas com os parlamentares, o presidente Allan Titonelli e outros diretores do Sindicato têm reforçado o argumento de que “a medida não representa qualquer impacto orçamentário para o Erário Federal, sendo todo o ônus suportado pela parte adversa e vencida nas demandas que a União e suas Autarquias figuram no pólo da demanda”.

Histórico

A campanha “Honorários para todos” foi lançada pioneiramente no dia 19 de agosto de 2009 no plenário do Conselho Federal da OAB, em Brasília, com a presença do presidente nacional da Ordem, Cezar Britto, e do vice-presidente, Vladimir Rossi Lourenço.

Naquela oportunidade, Cezar Britto, deixou claro que o sucesso da campanha tem relação direta com a primeira decisão do Pleno da OAB de tornar a Comissão Nacional da Advocacia Pública permanente. “Isso significa o reconhecimento interno da importância da Advocacia Pública”, comentou.

O PFN e ex-presidente do SINPROFAZ, João Carlos Souto, que presidia o Forum Nacional da Advocacia Pública Federal naquele momento, destacou o apoio do Conselho Federal da OAB para assegurar o direito de todos os advogados. “Estamos convictos que, com o apoio da OAB, haremos de sensibilizar o governo para a situação absolutamente

irregular, ilegal, inconstitucional da supressão de um direito que é nosso, assegurado por lei e que nos pertence”.

Portanto, a sintonia entre Fórum Nacional e OAB já data daquele período, quando, inclusive, o PFN João Carlos Souto e o ex-presidente da Ordem, Cezar Britto, elaboraram artigo em conjunto que foi publicado no jornal *O Estado de Minas* e no site *Consultor Jurídico*.

AGU Mobilizada

Para efetivar o papel atribuído à Advocacia Pública Federal de Função Essencial à Justiça, é necessário tornar a AGU um órgão mais estruturado e eficiente, permitindo-a defender melhor o patrimônio público e atender os preceitos constitucionais. Para isso ocorrer, é necessário:

- Criar carreiras de apoio, objetivando dar maior celeridade e eficiência nos trâmites operacionais, realizando-se os concursos públicos necessários a esse provimento;

- Implantar remuneração isonômica às demais Funções Essenciais à Justiça e às Procuradorias dos Estados, evitando o elevado índice de evasão e comprometimento da atividade de defesa do Estado;

- Introduzir pagamento de honorários, direito do advogado público, tendo em vista que é dever da parte sucumbente pagar honorários ao advogado da parte adversa, o que configura, na atualidade, como apropriação indébita da União;

- Modernizar as instalações e funcionalidades técnicas dos sistemas de informática;

- Instituir prerrogativas isonô-

INSUSTENTÁVEL

AGU Superavitária e Carreiras Subvalorizadas

- Estrutura insuficiente
- Falta de carreiras de apoio
- Remuneração incompatível com o alto nível de especialização dos profissionais

AGU MOBILIZADA!

micas àquelas existentes para os Magistrados e Promotores, visando dar condições de igualdade no enfrentamento judicial;

- Prover todo o quadro efetivo de Advogados da União, Procuradores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores do Banco Central.

A despeito das enormes conquistas alcançadas pela AGU,

os Advogados da União, Procuradores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores do Banco Central não estão sendo valorizados. Investir na melhoria da eficiência administrativa do país e nos seus órgãos estratégicos (AGU) é evitar desperdícios, defender o patrimônio público e gerar maiores receitas para a União. ■

A situação da unidade da PGFN em João Pessoa

Procurador-chefe da unidade da PGFN em João Pessoa, César Verzulei, revelou à Justiça Fiscal como é o dia-a-dia da equipe de 13 Procuradores da Fazenda e 35 servidores que atuam sob sua coordenação. Um dos desafios da estadual é a digitalização dos processos judiciais e administrativos

Objetivo: ser PFN

Impropriedades comentadas por professores sobre a PGFN serviram de combustível para que Procurador fizesse concurso de ingresso na carreira. Hoje, César Verzulei responde por chefia em unidade estadual

Em 1993, César Verzulei Lima Soares de Oliveira era apenas um colouro de Direito da Universidade Federal da Paraíba, quando começou a ouvir professores falarem sobre como era fácil ganhar processos contra a Fazenda Pública Federal.

"Fiquei contrariado com o que propunham alguns professores, aduzindo que era excelente advogar contra a Fazenda Pública Federal. Diziam que esta não se defendia bem, que perdia tudo e pagava os precatórios em dia", lembra César.

E foi a partir das palavras daqueles professores que o jovem estudante traçou um objetivo. "Resolvi que gostaria de ser advogado público. Sanhei em ingressar nos quadros da AGU/PGFN e prestar a minha contribuição para mudar aquela realidade".

Sete anos depois, o sonho de César Verzulei Lima se tornou realidade. No dia 31 de julho do ano 2000, ele tomou posse no cargo de Procurador da Fazenda Nacional na unidade estadual da PGFN em João Pessoa-PB. Hoje, é procurador-chefe na mesma unidade em que começou e coordena o trabalho de 13 procuradores e 35 servidores, que dificultam bastante a vida dos integrantes da Divisão Ativa do União no Estado.

PFN/PB

Há cerca de 20 anos, a Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado da Paraíba funciona no edifício sede do Ministério da Fazenda em João Pessoa, junto com a Delegacia da

Receita Federal, a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda, o SERPRO e alguns órgãos não fazendários.

"A funcionalidade de estarmos próximos da DRF/JPA é enorme para nós, para eles e maior ainda para o cidadão usuário de nossos serviços", conta o Procurador César, que não tem problemas com relação ao espaço físico da PFN/PB. "Inclusive um órgão não fazendário está saindo do edifício, o que importará em ganho de espaço físico para nossa unidade em breve".

Para ele, o maior desafio para gerenciar a unidade está na multiplicidade de funções. É preciso atender o nível de especialização que a PGFN exige de cada setor (dívida, defesa, consultoria administrativa, gestão de material e recursos humanos) e ao mesmo tempo atender às demandas judiciais e administrativas da instituição (inúmeras requerimentos dos devedores inscritos em DAU).

"Temos que estar atualizados quanto às constantes orientações da CDA e responder aos relatórios

exigidos. Despachamos inúmeros requerimentos dos devedores inscritos em DAU e, simultaneamente, devemos estar atualizados nas questões do direito administrativo para analisar as licitações e contratos, bem como estarmos atentos aos processos judiciais, à equânime distribuição dos prazos, e ainda acompanhar a administração de material de expediente da unidade, mobiliário, diárias".

Outro desafio mais recente é a digitalização dos processos judiciais e administrativos. "São mudanças de grande porte que ocorrem sem prejuízo do trabalho nos demais setores, portanto é um período novo e desafiador", explica.

Satisfação

A carreira de 11 anos na PFN é um orgulho para o Procurador que, desde a faculdade, sonhou em defender o erário nacional. "Minha maior satisfação é o atendimento do interesse público, saber que estamos defendendo corretamente o patrimônio público", conta o Procurador César.

Orgulho que se torna maior ainda quando enxerga os resultados do trabalho à frente da PFN/PB. "Acredito que estamos no caminho correto, pois, fazendo um comparativo da arrecadação gerada pela Procuradoria do nosso Estado com os demais da região, é possível perceber que, contrariando as expectativas, estamos próximos da arrecadação em Estados economicamente superiores. É um forte sinal de que estamos na trilha correta".

Arquivo pessoal



César Verzulei é o procurador-chefe da unidade da PGFN em João Pessoa

Outubro • 2011 13

O INSS sob o comando de um Advogado Público

Após oito meses no comando do Instituto Nacional do Seguro Social, presidente Mauro Hauschild, que é Procurador Federal, imprime ritmo mais dinâmico à Autarquia

Logo que assumiu a presidência do INSS, o Procurador Federal Mauro Hauschild notou que a experiência como Advogado Público o ajudaria na percepção de como a Casa funciona, se organiza, quais são suas finalidades e propósitos.

O ambiente da Previdência Social, que já lhe era familiar, principalmente porque ele havia participado da concepção do novo modelo de gestão do Instituto, voltava a fazer parte de seu dia-a-dia.

“Ao atuar na elaboração do novo modelo de gestão, tive a oportunidade de conhecer aquilo que a Casa planejava para o seu futuro. Chegar à presidência, depois de ter vivenciado o projeto na fase embrionária, e ver que a instituição, de fato, tinha uma linha de pensamento, que foi cumprida, é muito gratificante”, avalia Hauschild.

Na opinião de Mauro, a convicção que se formou durante o governo Lula, seus ministros da Previdência e presidentes do INSS concretiza-se agora no governo Dilma, com o ministro Garibaldi e também com a atual presidência do Instituto: aperfeiçoar a Previdência Social cada vez mais e poder prestar serviços melhores com atendimento de qualidade ao cidadão.

Diagnóstico do sistema

Hoje a Previdência tem sistemas de controle, monitoramento e também conhecimentos mais profundos na



área de auditoria e de corregedoria que permitem que antecipemos os movimentos. Na verdade, ainda corremos atrás, ou seja, o fraudador continua um pouco à nossa frente. Mas, se avaliarmos o processo histórico, há um parâmetro interessante de comparação. Se há alguns anos, quando se falava de fraude, os números rondavam um bilhão de reais, as grandes operações de hoje revelam irregularidades na ordem de cinco milhões de reais e a grande maioria não chega à cifra de milhão.

Isto é uma demonstração de que a Previdência está, a cada dia, se aperfeiçoando e, em parceria com instituições como a Polícia Federal e o

Ministério Público, ocorre uma redução que caminha para a erradicação das fraudes no âmbito do INSS e da Previdência como um todo.

Existe, inclusive, um termo de cooperação técnica entre a Previdência e a Polícia Federal, pelo qual a Previdência transfere recursos para a Polícia Federal que viabilizam as operações e organizam a Delegacia Especializada em Crimes contra a Previdência.

Soluções em andamento

O pagamento indevido de benefícios ainda é um dos problemas a superar. Mas, a cada dia, estamos aperfeiçoando nossas ferramentas

de controle. Por exemplo, há avanços nas negociações com a Dataprev para o aprimoramento dos nossos sistemas. O sistema da malha da GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social) é uma ferramenta importantíssima. Também estamos discutindo com a Caixa Econômica a entrega da base de informações relacionando as pessoas ou instituições autorizadas a enviarem GFIP. Esses dados vão ser confrontados com a base do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais). Será um passo importante poder utilizar esse conhecimento e tecnologia da Caixa para que possamos evitar duplicidade ou informação cadastral de vínculos extemporâneos.

Outra solução em andamento é a integração do CNIS no país inteiro em plataforma baixa, ou seja, todo em sistema web, e a implantação da nova plataforma SIB, que é o Sistema Integrado de Benefícios, com dois módulos específicos: os benefícios de prestação continuada e os benefícios por incapacidade.

Pretendemos concluir essa integração até o final do ano, quando poderemos desligar um conjunto de sistemas desintegrados por estarem obsoletos ou por não trabalharem com uma base unificada de informações.

Portanto, esta etapa que estamos superando agora, da migração das nossas bases de dados para os novos sistemas, talvez seja a grande conquista para a instituição. Não é algo visível para a sociedade, mas que tem reprodução direta para a mesma. Isto porque, quando temos sistemas mais seguros, ficamos menos vulneráveis às fraudes e aos erros. Assim, pagaremos menos benefícios indevidos, o que garantirá a sustentabilidade e o equilíbrio do regime.

Procuradoria-Geral do INSS

A Procuradoria tem um papel muito importante na discussão dos

A Procuradoria tem um papel muito importante na discussão dos planos e objetivos da Casa e vem direcionando seus esforços e pensamentos para viabilizar a implementação de políticas para a Previdência em geral e o INSS em particular

planos e objetivos da Casa e vem direcionando seus esforços e pensamentos para viabilizar a implementação de políticas para a Previdência em geral e o INSS em particular. Seus representantes participam das reuniões como mais uma diretoria, uma instituição integrada, comprometida com todas as políticas que o Instituto está desenvolvendo. Além disso, tem sido importantíssima para garantir trâmite mais rápido e seguro dos processos, de maneira que possamos tocar nossos projetos sem correr o risco de ter algum problema futuro junto aos órgãos de controle.

Merecem destaque também duas questões jurídicas sob a responsabilidade da Procuradoria. Uma delas já vem sendo trabalhada há mais tempo. Trata-se das ações regressivas contra acidentes de trabalho. Hoje temos em torno de 1.300 ações ajuizadas contra empresas que concorreram com culpa ou dolo para ocorrência do acidente de trabalho, e nós registramos mais de 90% de êxito nessas ações. Ou seja, são ações que a Procuradoria tem ingressado, a AGU tem trabalhado e tem tido grande repercussão, porque trazem como consequência principal a mu-

dança do comportamento, da postura das empresas no que se refere à garantia de segurança e saúde do trabalhador, seja na disponibilidade de equipamentos de proteção individual e coletiva seja na melhoria do ambiente de trabalho.

A outra ação na qual a Procuradoria está trabalhando, com muita cautela, será direcionada àquelas pessoas que causam graves acidentes de trânsito tendo como consequência o óbito, afastamento por auxílio doença ou que gere alguma invalidez permanente. Vamos ingressar contra o motorista buscando a reparação para os cofres da Previdência porque, na verdade, o dano causado por um condutor embriagado ou que dirige em alta velocidade ultrapassa os transtornos à vítima individualmente. Ao onerar o INSS, o dano atinge à sociedade porque todo contribuinte do sistema de previdência acaba pagando por um benefício justo, vale ressaltar, mas que foi gerado pela irresponsabilidade de alguém que não adotou todas as medidas preventivas mínimas exigidas de um condutor de veículo. Obviamente, estamos focando nas infrações mais graves; não vamos transformar uma infração leve numa guerra contra o motorista de trânsito.

Previdência Aqui

O Previdência Aqui é um projeto-piloto com cinco unidades instaladas, uma no Rio Grande do Sul e quatro no Rio de Janeiro.

As estruturas foram construídas para facilitar o acesso à Previdência Social, prestando um atendimento ágil dos serviços de menor complexidade que podem ser realizados sem a estrutura das Agências da Previdência Social (APS).

O projeto nasceu de um estudo feito em Porto Alegre. O levantamento registrou que 82% das pessoas que iam às agências da Previdência buscavam informações que poderiam ser prestadas rapidamente. No

entanto, essas pessoas acabavam passando muito tempo na agência por terem que concorrer com todo o fluxo de atendimento daquela APS.

Foi nesse contexto que surgiu o Previdência Aqui. São unidades pequenas, com pessoal reduzido, mas habilitado a fornecer informações diversas à população. Os segurados podem fazer, entre outros serviços, agendamentos, inscrições, remarcar perícias médicas, além de consultar e obter informações sobre os benefícios da Previdência Social.

Os dados iniciais das cinco unidades demonstram que o volume de atendimento diário chega a ser maior do que em uma APS. O desafio agora é mensurar se essas unidades estão diminuindo o comparecimento das pessoas nas agências ou se estão trazendo para dentro do sistema pessoas que ainda não conheciam a Previdência.

Nos dois casos, existem ganhos porque, além da diminuição da tensão na agência, garante-se a inclusão. E o Previdência Aqui tem também este papel de divulgar os programas voltados para o empreendedor individual, o empregado doméstico e a inclusão das donas de casa. Além disso, pode esclarecer às pessoas sobre os canais remotos, como o agendamento pelo número 135 e pela internet, e os serviços disponíveis nos terminais de auto-atendimento dos bancos.

PEX

Para atender à demanda crescente do sistema previdenciário, o governo está investindo na construção de 720 novas agências em todo o país até 2014, por meio do Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX). O plano prevê a construção de APS em municípios com mais de 20 mil habitantes que não contam com unidades próprias da Previdência Social. Para expandir a rede, estão sendo investidos R\$ 616,5 milhões em todas as regiões do país. Com as



obras de recuperação das unidades existentes, o total de investimento é de R\$ 1,1 bilhão.

Já temos 80 agências inauguradas. Até o final do ano, devemos alcançar a meta de 130 agências novas. Há mais um conjunto em construção com inaugurações previstas para 2012.

Apesar de dependermos da disponibilidade orçamentária, temos boas perspectivas para 2012. No Projeto de Lei Orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional, há um volume de recursos bastante expressivo previsto para a construção de novas agências.

Inclusão previdenciária

Uma medida interessante que está sendo implementada agora no mês de outubro é a previdência para as donas de casa. A Receita Federal ainda trabalha na definição do código específico do recolhimento. Seguramente, há uma expectativa muito grande por parte do governo, e o ministro da Previdência, Garibaldi Alves, está muito entusiasmado com essa proposta porque é uma oportunidade para tentar trazer para dentro do sistema mais de dez milhões de pessoas.

Temos também o programa para o empreendedor individual, que compreende um universo de sete milhões de pessoas. Somando

este segmento com os empregados domésticos e as donas de casa, chegamos a um número expressivo. As três políticas podem trazer vinte milhões de novos contribuintes para a Previdência, o que representa um grande salto no que diz respeito à inclusão previdenciária.

Concurso

Consideramos a realização do concurso uma grande conquista neste momento em que há limitação na contratação de servidores.

Apesar de 2011 ter sido o ano de corte de gastos, inclusive de muitos concursos públicos anunciados, o INSS fará concurso público para contratar 2,5 mil servidores – sendo duas mil vagas para técnicos do seguro social e 500 para médico perito.

Será fundamental o ingresso de novos servidores, com a grande maioria deles sendo lotados para atender as demandas do PEX. Antes, contudo, iremos efetivar programas de remoções aos atuais servidores.

Assim como no caso dos servidores, os novos médicos vão atender às demandas do PEX, mas também cobrirão o déficit existente em algumas regiões do país, como a Centro-Oeste e a Norte. A ideia é fazer um grande esforço para contemplar cidades mais desprovidas no Pará, Amazonas e Mato Grosso, por exemplo. ■

Homenagem a PFN e à Advocacia Pública

Em cerimônia de entrega de carteiras na OAB/DF, ex-presidente do SINPROFAZ e presidente de Honra do Forum Nacional, João Carlos Souto, foi agraciado com a Medalha Miranda Lima

Valter Zica/CFOAB



A comenda é concedida pela OAB/DF aos profissionais que prestam relevantes serviços à referida seccional, à Justiça, ao Direito e à cidadania. João Carlos Souto também recebeu convite para ser paraninfo da turma que recebeu as carteiras. Ele estava acompanhado na solenidade pelo presidente do SINPROFAZ e atual presidente do Forum Nacional, Allan Titonelli. O evento ocorreu no último dia 15 de setembro.

Nas breves considerações, João Carlos Souto lembrou que o advogado atua com a liberdade e o patrimônio das pessoas. "O cliente coloca nas nossas mãos sua liberdade, seus bens mais importantes,

e é preciso que os profissionais estejam efetivamente habilitados para a defesa de questões tão relevantes", disse.

O presidente da OAB/DF, Francisco Caputo, teceu inúmeros elogios ao PFN homenageado, segundo ele, "fruto da perspicácia, obstinação, desprendimento na defesa das causas da Advocacia Pública Federal e da sociedade".

Caputo mencionou em vários trechos do discurso a importância estratégica da Advocacia Pública. "Para que o Estado Brasileiro seja melhor defendido, para que o patrimônio público não seja dilapidado, para que nossa sociedade seja protegida, é necessário que a

Advocacia Pública atue com independência e tenha remuneração compatível com a importância das Funções Essenciais à Justiça. Para o bem do nosso Estado Democrático de Direito, é necessário que essa alteração ocorra o mais rápido possível."

O dirigente da Ordem fez questão de ressaltar também o papel do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal para o fortalecimento dos pilares da Democracia, trabalho capitaneado pelo PFN João Carlos Souto, e cujo sucesso vem sendo mantido na nova gestão.

O orador da turma, Gabriel Prado Leal, destacou a impor-

tância da inscrição do advogado público na OAB. "Ao lado de advogados iniciantes que lograram aprovação em um difícil, mas imprescindível Exame de Ordem, temos aqui vários integrantes da Advocacia-Geral da União. Até algum tempo havia dúvidas se um membro da AGU deveria obrigatoriamente estar inscrito na Ordem. O advogado público federal é um advogado, e como tal a inscrição é obrigatória."



João Carlos Souto, Presidente de Honra do Forum Nacional, é cumprimentado por Francisco Caputo, Presidente da OAB/DF

Medalha Miranda Lima

A Comenda foi instituída em 2010 como parte das comemorações do cinqüentenário da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Distrito Federal.

A idéia inicial era prestar homenagens aos ex-presidentes do País, mas, em 2011, a Comenda foi estendida às personalidades reconhecidas pela entidade.

O nome da Comenda também homenageia importante personagem na história da OAB/DF. Leopoldo César de Miranda Filho foi o primeiro presidente da Ordem nos anos de 1960 a 1961.

Miranda Lima foi ministro do TST, oriundo da carreira de assistente jurídico.



Fala PFN

"Meus cumprimentos pela merecida homenagem".

Agostinho Netto

"Parabéns Souto, agora Comendador, homenagem justíssima".

Filemon Rose de Oliveira

"Parabéns a você grande homem. Parabéns meu prezado colega! Parabéns nobre Procurador da Fazenda Nacional! Fico honrado de ter um homem com sua capacidade, índole, desprendimento, e garra, muita garra, um desejo de continuar, de continuar por aquilo que acredita".

João Luiz de Laia

"Parabéns, Souto! Sabemos o quanto você é merecedor dessa homenagem!".

Pedro Aurélio

"A homenagem feita pela OAB-DF é expressão de justo reconhecimento de seu relevante trabalho em prol da Advocacia Pública. Parabéns!".

Roberto Rodrigues de Oliveira

Tudo pronto para o 11º Encontro Nacional de Procuradores da Fazenda

Tradicional encontro que reúne anualmente Procuradores da Fazenda lotados em todo o Brasil ocorrerá entre os dias 17 a 20 de novembro de 2011, no Vila Galé Cumbuco, um dos mais charmosos resorts do litoral cearense



“Ética, Tributação e Desenvolvimento Econômico” são os temas centrais do evento. O SINPROFAZ pretende reunir um grupo plural de convidados para enriquecer os debates sobre os rumos da PGFN e da carreira dentro da temática proposta para o Encontro.

A Diretoria do SINPROFAZ, com apoio das assessorias que atendem ao Sindicato, está ultimando os procedimentos para montar a programação do Encontro. Por isso, sugere aos Procuradores da Fazenda que consultem regularmente o endereço www.encontrosinprofaz.com.br para acompanhar as novidades sobre confirmação de palestrantes, debatedores e outros convidados.

Inovação

O ciclo de palestras do 11º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional contará com uma série de inovações estruturais

e tecnológicas, com o objetivo de dinamizar as apresentações.

Após cada abertura solene, a mesa plenária dará lugar a um ambiente menos formal e mais adequado para valorizar as palestras e debates, visando maior interação com o público.

O palco terá as presenças do palestrante, de um mediador e dois debatedores. Os PFNs poderão participar diretamente do plenário, pedindo a palavra, mas também por meio de mensagens via celular (SMS), via e-mail ou Twitter, incluindo os que estiverem ausentes, mas acompanhando a transmissão pela área restrita do site do SINPROFAZ.

O Resort

Para discutir sobre os rumos da PGFN e da carreira de PFN, para participar de debates de alto nível sobre ética, política tributária e sobre o desenvolvimento de nosso

país. Enfim, não faltam bons motivos para o PFN participar do 11º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda nacional.

Melhor ainda, sabendo que tudo isso vai acontecer em um dos mais belos cenários da costa brasileira, onde a natureza caprichosamente harmonizou praias fantásticas, dunas, lagoas, mangues e coqueiros.

O resort Vila Galé Cumbuco fica a 33 km do centro de Fortaleza.

Para saber mais informações sobre o evento e também sobre as instalações do resort, o PFN pode acessar o site <http://www.encontrosinprofaz.com.br>.

Criado especialmente para divulgação do 11º Encontro, o site contém informações sobre a agência de turismo responsável pelo evento, política de concessão de subsídios aos 300 primeiros Procuradores da Fazenda inscritos e detalhamento dos pacotes.



Sumário

- 4 | PFNs garantem 25 bilhões aos cofres da União
- 5 | STF confirma constitucionalidade do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil
- 7 | Reflexões sobre a legalidade e obrigatoriedade do Exame da Ordem
- 9 | Conferência Nacional da OAB com painel exclusivo para Advocacia Pública
- 13 | Cobertura dos principais acontecimentos do XI Encontro Nacional de PFNs
- 19 | Veja os dados de relatório parcial sobre o I Diagnóstico da Advocacia Pública
- 20 | Mobilização do SINPROFAZ no Congresso Nacional para aprovar PEC 443
- 22 | Em artigo, PFN trata da crise que fragiliza as economias europeias
- 24 | Toma posse novo Defensor Público-Geral da União
- 26 | Coluna Para Ler revela habilidade de Procuradora no universo literário
- 28 | A participação da carreira na formulação do Código Florestal
- 30 | O dia a dia dos Procuradores da Fazenda lotados na Seccional de Petrolina
- 32 | Atribuições do CNJ são referendadas em PEC que tramita no Senado
- 34 | Nova Coluna apresenta os feitos de Grandes Nomes do Direito no Brasil
- 37 | Propriedade intelectual e desenvolvimento em debate no Centro de Estudos
- 39 | O crescimento do mercado náutico nas águas de Brasília

Teresina, Curitiba e Brasília

O presente número da Revista Justiça Fiscal dedica alguns parágrafos à XXI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, que movimentou Curitiba, de 20 a 24 de novembro do corrente ano.

A cada dois anos essa Conferência, que reúne a Advocacia brasileira, se ocupa de temas que ultrapassam os umbrais do Direito, porquanto em sua grande maioria interessa a toda sociedade. Aliás, é oportuno lembrar o relevante papel da OAB, dos advogados, na resistência à Ditadura e no processo de redemocratização do país, entre outros.

A Conferência deste ano de 2011, na Capital do Estado do Paraná, teve um significado especial para a Advocacia Pública. Pela primeira vez ela se fez presente, com espaço físico e temporal, que ocupou todo um dia de discussão de funda relevância, estampada na Carta de Curitiba, que expressa parte da angústia, das vicissitudes, dos projetos e das prioridades de Advogados Públicos Federais, Estaduais, Municipais e de Defensores Públicos dos Estados e da União.

Inevitável o paralelo com uma outra carta, em um outro momento e em outra latitude. Refiro-me à Carta de Teresina, que redigimos em abril de 2006, documento síntese da I Conferência Nacional da Advocacia Pública, realizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com o apoio da Seccional do Piauí.

Em 2006 registrávamos a necessidade de autonomia, do exercício pleno do controle interno da legalidade dos atos da Administração, repudiávamos a terceirização da cobrança da Dívida Ativa e fazíamos constar que os honorários advocatícios pertenciam aos advogados, sem distinção.

A Carta de Curitiba, que tivemos a honra de igualmente colaborar, pugna, entre outros itens, pela extinção da prática da terceirização, pela simetria remuneratória entre as Carreiras que integram as Funções Essenciais à Justiça, pela necessidade de uma Lei Orgânica Nacional da Advocacia Pública, pela inviolabilidade dos advogados e defensores no exercício de suas atribuições institucionais, entre outras recomendações.

Ao fazer uso da palavra em ambas as Conferências (2006 e 2011), observamos que a Advocacia Pública, desde 1988, tem experimentado alguns importantes avanços, embora reconheçamos que ainda há muito a fazer. O Movimento Nacional de Reforma da Advocacia Pública (que lançamos em 2010, quando presidíamos o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, PECs 443/09 e 452/09) é exemplo de que temos procurado imprimir realidade aos compromissos que firmamos em Teresina (2006), que continuamos buscando em Curitiba (2011) e que haveremos de consolidar em Brasília.

Vamos em frente.

João Carlos Souto
Diretor de Redação da Revista Justiça Fiscal
Coordenador do CEJURIS

Constitucional e necessário

Depois de ser contestado no Supremo Tribunal Federal, exame da Ordem dos Advogados do Brasil é considerado constitucional e defendido por especialistas

Os últimos 20 anos foram marcados por uma explosão do número de cursos superiores em todo o país. O crescimento de 1,5 milhão de matriculados em 1991 para os 6,3 milhões em 2011 tem seus lados positivos, mas também trouxe alguns problemas, entre os quais a qualidade dos cursos oferecidos. E esse foi um dos motivos para que, a partir de 1994, o exame da Ordem dos Advogados do Brasil tenha se tornado obrigatório para o exercício da advocacia.

“O crescimento de vagas no ensino superior foi marcado pela proliferação de cursos de Direito com currículos inadequados, corpo docente sem a devida qualificação e bibliotecas ineficientes, e que ignoram a importância da pesquisa, das atividades de extensão e da prática simulada no processo de formação do bacharel em Direito”, avalia o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília Mamede Said Maia Filho.

“Hoje, podemos dizer que o Exame se firmou como a principal garantia de que os cidadãos poderão contar com advogados mais preparados, e que os cursos de Direito de má qualidade não terão como prosperar em seu intuito mercantilista”, completa o professor.

No entanto, nem todos pensam como o professor Mamede.



Arquivo STF

O ministro Marco Aurélio foi o relator do processo no STF

Em 2009, o bacharel João Antonio Volante, que colou grau em 2007, na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), em Canoas-RS, apresentou recurso no STF questionando a validade do exame da Ordem. Para Volante, da mesma forma que qualquer profissional quando se forma e recebe seu diploma não está obrigado à prévia aprovação em um exame para exercer a profissão, o diploma que obteve “é garantia suficiente de que está apto para exercer a sua profissão”.

O recurso foi julgado em outubro pelo Plenário do STF que, por

unanimidade, considerou constitucional a exigência de aprovação prévia em exame da OAB para que bacharéis em Direito possam exercer a advocacia. Como o recurso teve repercussão geral reconhecida, a decisão foi aplicada a todos os demais recursos com o mesmo pedido.

O relator do caso, ministro Marco Aurélio, afirmou que o advogado desqualificado pode causar riscos a quem o contrata, além de danos à coletividade, por prejudicar a busca de justiça. O exame seria, portanto, uma forma razoável de controlar o

exercício profissional, pois os benefícios trazidos pela seleção superam os riscos que profissionais mal qualificados poderiam causar a terceiros, no entendimento dos ministros.

Opinião partilhada pelo presidente da OAB-DF, Francisco Caputo. “Esse sistema é de extrema importância, uma vez que a profissão lida com bens supremos para o ser humano que são a liberdade, a honra e o patrimônio. Soma-se a isso as atribuições legais da advocacia que são defender a Constituição, a ordem jurídica, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, além de promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em todo país”, defende.

Baixa aprovação

Um dos principais motivos para as contestações sobre o exame da OAB é o alto índice de reprovação. Desde que foi unifi-

Eugenio Novaes



Ophir Cavalcante, presidente do Conselho Federal da OAB



Valter Zica

Francisco Caputo, presidente da OAB-DF

cado em todo o país, o número de aprovados, que já era pequeno, se tornou ainda menor. Nas três provas realizadas em 2010, o percentual de sucesso ficou entre 13% e 17%. Em 2011, um número recorde de fracasso: 90,26% dos 106.891 inscritos reprovaram na primeira avaliação do ano.

“Cerca de 70% dos alunos formados por universidades públicas e particulares de boa qualidade passam no exame. O problema são as faculdades ruins, de fundo de quintal”, justificou o presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, em entrevista ao portal de notícias G1. Segundo ele, há 1,3 milhão de bacharéis em Direito no país sem inscrição na OAB. E apenas 700 mil profissionais aptos a advogar.

O presidente da OAB-DF, Francisco Caputo, defende a unificação do exame, o que acabou resultando em um aumento no número de reprovados em todo o país. “A unificação das provas e a contratação de uma instituição de renome,

como a FGV [Fundação Getúlio Vargas], para sua elaboração e aplicação, aliadas a uma fiscalização constante do Conselho Federal, têm tornado o exame mais consentâneo com o objetivo da lei que o instituiu, que é a verificação das condições mínimas do bacharel para o exercício da advocacia, resguardando a sociedade dos maus profissionais”, conclui.

Opinião dos estudantes

Principais interessados no exame da OAB, estudantes de Direito divergem sobre a necessidade da prova. “Acho necessário. Sabemos que hoje há um grande número de faculdades que não preparam corretamente os estudantes e a prova exclui aqueles que não se qualificaram de maneira adequada para exercer a profissão”, declara o aluno do 4º semestre de Direito da Universidade de Brasília, Arthur Antunes.

Já para Bernardo Mota, o exame da ordem é desnecessário. “Pra mim, essa obrigatoriedade precisa acabar. É a única profissão que precisa de uma prova para ser exercida”, defendeu o estudante do 6º semestre do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília.

Perto de se tornar bacharel em Direito, Rafael Passos, lembra que um mal profissional não prejudica a profissão e sim quem depende dela. “Acho a prova necessária, pois um advogado desqualificado prejudica principalmente o cliente, que muitas vezes desconhece os próprios direitos e não pode lutar sozinho por eles”, afirma o graduando do 7º semestre de Direito no Centro Universitário do Distrito Federal. ■

Ética e Tributação em debate sob os ares de Cumbuco

Tradicional encontro da carreira reuniu Procuradores da Fazenda lotados em todo o Brasil, entre os dias 17 a 20 de novembro, no Vila Galé Cumbuco, um dos mais charmosos resorts do litoral cearense

O presidente do SINPROFAZ, Allan Titonelli, compartilhou a mesa de abertura com o deputado Mauro Benevides (PMDB-CE); o Procurador-Chefe da PFN no Ceará, Luiz Dias Martins Filho, representando a Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, Adriana Queiroz; e outros dois PFNs palestrantes da primeira noite do evento: Francisco Tadeu Barbosa de Alencar, atual secretário chefe da Casa Civil do Estado de Pernambuco; e Alexandra Maria Carvalho Carneiro, coordenadora de atuação da PGFN no STJ.

Compuseram também a mesa a Adjunta do Advogado-Geral da União, PFN Rosângela Silveira; o presidente da ANPAF, Rogério Filomeno; o diretor da ANPM, Miguel Hissa; o representante do senador José Pimentel (PT-CE), Onésimo Guimarães; e o filósofo e professor Dr. Mario Sergio Cortella, que proferiu a palestra inaugural do evento, abordando o tema Ética, Comportamento Social e Tributação.

No pronunciamento à plateia de PFNs e convidados, o presidente do SINPROFAZ, Allan Titonelli, justificou a escolha da temática do XI Encontro: Ética, Tributação e Desenvolvimento Econômico.

“Ética porque é necessário discutir o comportamento social dentro de uma perspectiva de coerência da conduta; tributação por ter pertinência à atividade desempenhada pelos PFNs e pela



Mesa de debates reuniu autoridades do Legislativo Federal

relevância para o Estado moderno; por fim, desenvolvimento econômico porque é o que proporciona crescimento com distribuição de riquezas”, esclareceu Titonelli.

Em complemento, Titonelli ressaltou que o Procurador da Fazenda é o agente capaz de garantir a isonomia entre o devedor e o cidadão que paga seus tributos, através da cobrança de créditos da União. “Na medida em que todos passarem a contribuir, haverá maior disponibilidade de caixa para a execução das políticas públicas, bem como será possível viabilizar maior transferência da carga tributária, saindo da incidência sobre consumo para a renda”.

Contudo, esses objetivos somente

serão alcançados, alertou Titonelli, “se o princípio da capacidade contributiva for o vetor de interpretação e execução do Sistema Tributário Nacional, onde cada cidadão contribuirá na medida de suas riquezas, concretizando, conseqüentemente, a isonomia tributária, e garantindo uma Justiça Fiscal”.

É na perspectiva de alterar esta realidade que o SINPROFAZ atua e prioriza a adoção de iniciativas que proporcionem consciência fiscal ao cidadão.

Na oportunidade do discurso de abertura, portanto, o presidente do SINPROFAZ não poderia deixar de comentar as campanhas de educação e conscientização fiscal encampadas pelo Sindicato.

SINPROFAZ e Fórum Nacional defendem simetria

Em seminário da Comissão Especial da PEC 443/09, dirigentes enfatizaram que a simetria entre as Funções Essenciais à Justiça atende ao preceito constitucional. Portanto, não pode haver distinção remuneratória

Durante o evento, realizado no dia 1º de dezembro, os representantes das carreiras jurídicas defenderam a exclusividade no texto da PEC 443/09, que regula o subsídio dos Advogados Públicos. Além do Fórum Nacional, estiveram presentes outras entidades associativas da Advocacia Pública: ANAPE, ANPM, UNAFE e ANAUNI.

Na mesma linha de argumentação, o Defensor Público-Geral Federal Haman Tabosa de Moraes, o presidente da ANADEF Gabriel Faria de Oliveira e um representante da ANADEP advogaram em defesa do tratamento isonômico para as Funções Essenciais à Justiça.

O seminário foi dividido em duas mesas. A primeira foi destinada às discussões das demandas das Carreiras Essenciais à Justiça; Carreiras Jurídicas e Carreiras de Estado - conceitos, histórico, atribuições e fundamentos constitucionais. Na segunda mesa, o foco foi nas Carreiras que pleiteiam constar da PEC 443/09, enquadramento constitucional.

O presidente do SINPROFAZ e do Fórum Nacional, Allan Titonelli, que compôs a mesa de debates, enfatizou a necessidade de tratamento isonômico entre as Funções Essenciais à Justiça. "O Constituinte Originário não fez nenhuma hierarquização entre os órgãos ou instituições que compõem as Funções Essenciais à Justiça. Elas deveriam ter o tratamento isonômico, e isso inclui a remuneração", disse.



Ainda segundo Titonelli, a proposta não quer trazer uma diferenciação de carreiras. "Em nosso país não existe o regime de castas, de hierarquização de carreiras. Se for para fazer uma revisão geral dos subsídios, que seja para todos os servidores públicos, não apenas para alguns", enfatizou.

A Diretora-Secretária do Sindicato, Kalyara Melo, ressaltou que "a carreira de PFN está dentro do capítulo IV da Constituição – Das Funções Essenciais à Justiça conjuntamente com os membros dos ministérios públicos. Ou seja, a justiça pode ser entendida como um sistema em que o Constituinte Originário elegeu os atores essenciais para que essa engrenagem funcionasse. Assim, para que essa engrenagem funcione de forma harmônica, sem colapso dessa sistemática, todos os atores, salvo o advogado privado,

que não é remunerado pelo Estado, devem possuir garantias, prerrogativas e responsabilidades iguais."

Fizeram também uso da palavra, defendendo a exclusividade da PEC em relação às Funções Essenciais à Justiça, a vice-presidente do Fórum Nacional, Joana Melo, a presidente da Comissão Nacional da Advocacia Pública da OAB, Meire Monteiro, o presidente da APBC, Fabiano Jantalia, e o ex-deputado federal e vice-presidente da ANPPREV, Carlos Mota.

Os membros da Comissão Especial decidiram prorrogar os trabalhos do colegiado por mais 20 sessões. Ou seja, a poucos dias do encerramento do ano legislativo, não será mais possível a votação do parecer em 2011. Fica, portanto, transferido para 2012 o encerramento desta etapa de deliberação da PEC 443.



Advocacia Pública Federal mobilizada por melhores condições

O último seminário em 2011 para debater a PEC 443/09 também serviu para denunciar as condições de trabalho às quais a Advocacia Pública Federal está sendo submetida.

Durante todo o dia 1º de dezembro, foram feitas panfletagens e manifestações nos corredores da Câmara e do Senado.

O presidente do SINPROFAZ e do Fórum Nacional, Allan Tiltonelli, destacou que “a despeito das enormes conquistas alcançadas pela AGU, os Advogados da União, Procuradores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores do Banco Central não estão sendo valorizados. Investir na melhoria da eficiência administrativa do país e nos seus órgãos estratégicos (AGU) é evitar desperdícios, defender o patri-

mônio público e gerar maiores receitas para a União.”

O movimento objetiva demonstrar que, para a efetivação do papel atribuído à Advocacia Pública Federal de Função Essencial à Justiça, é necessário tornar a AGU um órgão mais estruturado e eficiente, permitindo-a defender melhor o patrimônio público e atender os preceitos constitucionais. Para isso ocorrer, é preciso:

- Criar carreiras de apoio, objetivando dar maior celeridade e eficiência nos trâmites operacionais, realizando os concursos públicos necessários a esse provimento;
- Modernizar as instalações e funcionalidades técnicas dos sistemas de informática;
- Prover todo o quadro efetivo de Advogados da União, Procura-

dores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores do Banco Central;

- Implantar remuneração isonômica às demais Funções Essenciais à Justiça e às Procuradorias dos Estados, evitando o elevado índice de evasão e comprometimento da atividade de defesa do Estado;
- Instituir prerrogativas isonômicas àquelas existentes para os Magistrados e Promotores, visando dar condições de igualdade no enfrentamento judicial;
- Introduzir pagamento de honorários, direito do advogado público, tendo em vista que é dever da parte sucumbente pagar honorários ao advogado da parte adversa, o que configura, na atualidade, como apropriação indébita da União. ■



Seccional de Petrolina cuida de região do Vale do Velho Chico

Não é somente a ponte Presidente Dutra que liga Juazeiro e Petrolina. Seccional da PGFN na cidade pernambucana também engloba os processos relativos aos contribuintes da vizinha cidade baiana

Seccionais

Pernambucana, com sotaque baiano

Mesmo localizada na terra do maracatu e do frevo, Seccional de Petrolina é responsável por quase toda a região do Vale do "Velho Chico", incluindo cidades do norte da Bahia

Arquivo pessoal



Armandade entre a pernambucana Petrolina e a baiana Juazeiro está até em letra de música. "Juazeiro-Petrolina, tão linda, tão linda", já cantava o forró do Trio Virgulino. Separadas apenas pela tradicional Ponte Presidente Dutra, as duas cidades são as mais importantes da região do Vale do Rio São Francisco.

Há três anos, a proximidade física entre Petrolina e Juazeiro também se tornou jurídica. "Em 2008, a unidade da PSFN/PLA/PE passou a ser responsável, também, pelos processos relativos aos contribuintes domiciliados na cidade vizinha. Estamos responsáveis pela representação judicial da União em seis Varas Federais, sete Varas Trabalhistas e mais de duas dezenas de comarcas distribuídas pelo Sertão de Pernambuco e região do Vale do São Francisco, englobando as unidades da Federação de Pernambuco e Bahia", conta o Procurador-Seccional de Petrolina, Marlene Montalvão de Albuquerque.

A região é um importante pólo exportador de frutas e de desenvolvimento tecnológico da fruticultura irrigada. Recentemente, também se tornou o segundo pólo vitivinícola do Brasil, com produção anual de 7 milhões de litros de vinho, (15% da produção nacional), sendo um terço deles de vinhas finas, premiados nacional e internacionalmente.

"Até 2008, a Seccional contava apenas com um Procurador e quatro servidores. Desde então, houve um acréscimo de três Procuradores", relata o Procurador, que ressalta o desafio de cobrir uma área tão extensa e importante. "Houve uma melhora significativa nas condições de recursos materiais e humanos na unidade, mas há certa dificuldade em se promover a representação judicial da União junto a órgãos da Justiça tão pulverizados, em uma malha com um raio de quase 450 km de distância da sede da PSFN Petrolina".

Satisfação com a carreira

Tão logo concluiu o curso de Direito, o pernambucano Marlene Montalvão assumiu o posto de Procurador da Fazenda Nacional. "Particpei de um concurso regionalizado da PGFN em 2003 e vim trabalhar em Petrolina por opção", relata o Procurador.

Para Montalvão, trabalhar em uma unidade reduzida oferece a oportunidade de desenvolver diferentes habilidades profissionais. "Quando se está em uma Seccional, não há como distribuir

30 Dezembro • 2011

Justiça